



**PLANO DE
DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**
IFMS 2019
2023



**INSTITUTO
FEDERAL**
Mato Grosso do Sul

Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023

Luiz Simão Staszczak
Reitor

Diego Henrique Pereira de Viveiros
Pró-Reitor de Administração

Daniela Matté Amaro Passos
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional

Delmir da Costa Felipe
Pró-Reitor de Ensino

Airton José Vinholi Júnior
Pró-Reitor de Extensão

Marco Hiroshi Naka
Pró-Reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

Hilda Ribeiro Romero
Diretora-Geral do *Campus* Aquidauana

Rosane de Brito Fernández Garcia
Diretora-Geral do *Campus* Campo Grande

Diretor-Geral do *Campus* Corumbá
Sandro Moura Santos

Diretor-Geral do *Campus* Coxim
Francisco Xavier da Silva

Diretor-Geral do *Campus* Dourados
Carlos Vinícius da Silva Figueiredo

Diretor-Geral do *Campus* Jardim
Nilson Oliveira da Silva

Diretor-Geral do *Campus* Naviraí
Matheus Bornelli de Castro

Diretor-Geral do *Campus* Nova Andradina
Claudio Zarate Sanavria

Diretor-Geral do *Campus* Ponta Porã
Marcos Pinheiro Vilhanueva

Diretor-Geral do *Campus* Três Lagoas
Ápio Carnieli e Silva

Comissão Central de Elaboração do PDI

Adriana Orrico Carvalho

Airton José Vinholi Júnior

Aline Maruse Monteiro Mariano Zotelli

André Kioshi da Silva Nakamura

Ápio Carnieli e Silva

Caren Bozzano Nunes

Carlos Vinicius da Silva Figueiredo

Cláudio Zarate Sanavria

Daniela Matté Amaro Passos

Delmir da Costa Felipe

Elaine Borges Monteiro Cassiano

Heberon Luiz Duarte Rodrigues

Hilda Ribeiro Romero

Jane Amaral de Castro

Marcelina Teruko Fujii Maschio

Marco Hiroshi Naka

Marcos Pinheiro Vilhanueva

Matheus Bornelli de Castro

Nilson Oliveira da Silva

Régia Maria Avancini

Sandra da Silva Costa

Sandro Moura Santos

Silvia Aratani Marinho

Ubirajara Cecilio Garcia

Vinícius Villas Boas Neto Bazenga Vieira

William Ricardo Correia Dias

Subcomissão de Levantamento do Diagnóstico do Ambiente Interno e Externo do IFMS – Matriz SWOT

Antonio Eladio Victoria Neves

Carlos Aparecido de Almeida

Caroline Foschaches de Oliveira Quevedo

Elaine Borges Monteiro Cassiano

Elenice Rascopp Mendes

Fabio Henrique Paniagua Mendieta

Fernando Silveira Alves

Isnael de Camargo Dias

Lise Rossi Jones Lima

Marcela Rubim Schwab Leite Rodrigues

Márcio José Rodrigues de Amorim

Nicholas Eduardo Lopes dos Santos

Paula Denise Bazotti

Pedro Fonseca Camargo

Rafael Gabriel

Robson Lubas Arguelho

Rozana Carvalho Pereira

Thassiany Cuellar do Nascimento Sato

Subcomissão Organizadora da Participação Social Digital

Gustavo Mitsuyuki Waku
Jane Amaral de Castro
Laura Regine Silveira
Vinícius Villas Boas Neto Bazenga Vieira

Subcomissão de Organização do Congresso

Airton José Vinholi Júnior	Izabel Cristine Rodrigues da Silva	Marcio Norimatsu
Ana Gabriela Félix Ferreira	Jane Amaral de Castro	Michele Nakazato
Ariela Castelani Bertoli	Jhonny Alencar Marchini	Suliane Kelly Aguirre de Barros
Camila Rozenberg da Silva Silvestrini Lopes	José Ricardo Marconato da Silva	

Subcomissão de Elaboração de Cenários Prospectivos e Mapa Estratégico

Ana Lucia Cabral	Manoel Michel Pedroza Moura
Angelino Caon	Nancy Farfan Carrasco
Carlos Aparecido de Almeida,	Pablo Teixeira Salomão
Caroline Aparecida Sampaio Guimarães	Rafael Pereira Faustino
Diego Tadeu da Silva	Régia Maria Avancini
Elisangela Citro,	Reinaldo Mesquita Cassiano
Felipe Faustino de Brito	Simone Silva Hiraki
Isabela Adami Ferreira	Tiago Henrique Santos Brito
José Henrique Galeti	Wagner Antoniassi
Leonardo Simoni	Wellington Martins Louveira

Subcomissão para Aquisições, Logística e Informações Orçamentárias, Patrimoniais e Financeiras

Alessandra de Melo Lima Marques	Edison Silva Sosa	Laura de Souza Fernandes Ramos
Alfredo Gonçalves Béda	Felipe Valerio Schultz	Raony Grau e Silva
Ana Paula de Almeida Silva	Guilherme Semionato Galicio	Sandra da Silva Costa
Angelo Marcal Klipel Reus	Heberton Luiz Duarte Rodrigues	Sergio Paulo de Souza
Danilo Sanches Dantas	Joao Batista de Moraes	Sueli Alves de Almeida
	Joao Otavio Cenedezi Pimenta	

Subcomissão de Apoio Tecnológico e Comunicação

Amauri Baptista Bolzani	Erike de Castro Souza	Paulo César do Carmo Ribeiro
Carlitos Fioravante Vieira de Oliveira	Francisco de Assis Bueno de Almeida Prado	Suellen Suely da Rosa Figueiredo
Douglas Viana Barone	Ingrid de Souza Solique	Vitor Hugo Ferreira Menoni
Edson Alves de Souza	Jonatan Patrick Margarido Orue	William Ricardo Correia Dias
	Maurilio Carvalho Almeida	

Subcomissão de Elaboração do Projeto Pedagógico Institucional

Adriana Smanhotto Soncela	Jose Ricardo Marconato da Silva
Airton Jose Vinholi Junior	Leila da Silva Santos
Ana Gabriela Félix Ferreira	Lindayane dos Santos Amorim de Sá
Ana Lucia Cabral	Marcelo de Oliveira
Angelo Cesar de Lourenço	Marco Hiroshi Naka
Camila Rozenberg da Silva Silvestrini Lopes	Matheus Piazzalunga Neivock
Carolina Samara Rodrigues	Mirelly de Oliveira Costa
Caroline Paiva Aires	Natalli Macedo Rodrigues Falleiros
Dejahyr Lopes Junior	Patricia Inês Marques
Delmir da Costa Felipe	Paula Vianna
Elton da Silva Paiva Valiente	Tania Mara Dias Gonçalves Brizuena
Fabricio Cesar de Paula Ravagnani	Ubirajara Cecilio Garcia
Giane Aparecida Moura da Silva	Wagner Antoniassi
Glaucia Lima Vasconcelos	Wanderson da Silva Batista

Subcomissão de Consulta Pública

André Kioshi da Silva Nakamura	Flávia Regina Grego	Renata de Sá Almeida Piassa
Danielli Urbieta Rocha	Lise Rossi Jones Lima	Simone Estigarribia de Lima
Debora Cristina Macorini Ocon	Michell Martins Lopes	Ubirajara Cecilio Garcia

Subcomissão de Audiência Pública

André Kioshi da Silva Nakamura	Matheus Bornelli de Castro
Ápio Carnielo e Silva	Michele Nakazato
Carlos Vinicius da Silva Figueiredo	Nilson Oliveira da Silva
Claudio Zarate Sanavria	Renata de Sá Almeida Piassa
Francisco Xavier da Silva	Rosane de Brito Fernández Garcia
Hilda Ribeiro Romero	Sandro Moura Santos
Marcos Pinheiro Vilhanueva	Ubirajara Cecilio Garcia

Subcomissão de Estrutura Textual e Redação

Adriana Orrico Carvalho	Flávio Amorim Rocha
Ana Gabriela Félix Ferreira	Juliana Lanari de Aragão
Diego Cruz Matos	Lidiane dos Santos Silva
Emerson Ribeiro da Silva do Nascimento	Murilo Ferreira Borges Delmondes

Subcomissão de Revisão da Missão, Visão e Valores

Marco Hiroshi Naka
Paulo Vanderley Souza
Thiago Alexandre Prado
Vinícius Villas Boas Neto Bazenga Vieira

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Aquidauana

Alessandra de Melo Lima Marques	Dionny Antonio Heredia
Alessandra Goes da Costa de Almeida	Hilda Ribeiro Romero
Cristiano Goncalves Dranka	Rosemeire Soares de Sousa

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Campo Grande

Aline Maruse Monteiro Mariano Zotelli	Dilson Almeida dos Santos
Bárbara Borges de Almeida	Elton da Silva Paiva Valiente
Dejahyr Lopes Junior	João Otávio Cenedezi Pimenta

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Corumbá

Felipe Coelho Senna
Laura de Souza Fernandes Ramos
Sandro Moura Santos
Sílvia Barbosa Barros
Wanderson da Silva Batista

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Coxim

Caroline Aparecida Sampaio Guimarães	Paula Vianna
Janayna Garcia Carvalho Barbosa	Sandra da Silva Costa

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Dourados

Alexandra Lara de Souza	Lincio Junior Assunção Nogueira
Carlos Vinicius da Silva Figueiredo	Marlon Glauber Marinho

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Jardim

Elaine Freire Lessa	Nilson Oliveira da Silva
Lise Rossi Jones Lima	Poliana Peres Neves

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Naviraí

João Batista de Morais	Matheus Bornelli de Castro
Kemily Janaina Marques Jara	Ivania Patricia Laguilio

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Nova Andradina

Cláudio Zarate Sanavria	Gessyca Correia dos Santos
Cleyton Pereira Lutz	Leandro Tambosi

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Ponta Porã

Carolina Samara Rodrigues	Luíza Nogueira Cardozo	Patricia Ferreira Duarte
Edison Silva Sosa	Marcos Pinheiro Vilhanueva	Ricardo Antonio Pereira Velho
Lilian Raquel Rios Goncalves	Mozair Barbosa Cezar	Suzani Vanesa Schiefelbein Olmedo

Subcomissão de Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campus* Três Lagoas

Amanda Brito Sampaio	Lurian Cassia Sa de Rufino Wege
Ápio Carnielo e Silva	Sabrina Ferreira Kinoshita

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES DO PDI 2019-2023

Nº	RESOLUÇÃO DO CONSELHO SUPERIOR	RESUMO DA ALTERAÇÃO REALIZADA

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
APC	Associação Paranaense de Cultura
Art.	Artigo
Ascom	Assessoria de Comunicação Social
Asint	Assessoria de Relações Internacionais
ATex	Atividades de Extensão
Audit	Auditoria Interna
AVEA	Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
BIM	<i>Building Information Modeling</i>
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica
Cemid	Centro Municipal de Inclusão Digital
Cerel	Central de Relacionamento
Ceua	Comissão de Ética na Utilização de Animais
CGSTI	Comitê Gestor da Segurança de Tecnologia da Informação
CGTI	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CI	Conceito Institucional
CIS	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Coadi	Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional
Codir	Colégio de Dirigentes
Coead	Coordenação de Educação a Distância
Coepe	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
Cogea	Coordenação de Gestão Acadêmica
Coidi	Coordenação de Inclusão e Diversidade
Concea	Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal
Conif	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Cosup	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
Cread	Centro de Referência em Tecnologias Educativas e Educação a Distância
DCE	Diretório Central de Estudantes
DDR	Discagem Direta a Ramal
Digem	Diretoria de Gestão da Moradia Estudantil
Digep	Diretoria de Gestão de Pessoas
Digra	Diretoria de Graduação
Dinter	Doutorado Interinstitucional
Dirad	Diretoria de Administração
Direb	Diretoria de Educação Básica
Diren	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
Direr	Diretoria de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Diret	Diretoria Executiva da Reitoria
Dirge	Direção-Geral
Dirge AQ	Direção-Geral Aquidauana
Dirge CB	Direção-Geral Corumbá
Dirge CG	Direção-Geral Campo Grande
Dirge CX	Direção-Geral Coxim
Dirge DR	Direção-Geral Dourados
Dirge JD	Direção-Geral Jardim
Dirge NA	Direção-Geral Nova Andradina
Dirge NV	Direção-Geral Naviraí
Dirge PP	Direção-Geral Ponta Porã
Dirge TL	Direção-Geral Três Lagoas
Dirin	Diretoria de Engenharia e Infraestrutura
Dirti	Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DOU	Diário Oficial da União
DVD	<i>Digital Video Disc</i>
EaD	Educação a Distância
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
e-MEC	Sistema de Cadastro de Instituições e Cursos de Educação Superior do Ministério da Educação
Enade	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes dos Cursos de Graduação
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Ennceja	Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
e-Ouv	Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal
e-Sic	Sistema do Serviço de Informação ao Cidadão
Etica	Secretaria da Comissão de Ética
Febrace	Feira Brasileira de Ciências e Engenharia
Fetec	Feira de Tecnologias, Engenharias e Ciências de Mato Grosso do Sul
FIC	Formação Inicial e Continuada
Forde	Fórum de Desenvolvimento
Forem	Fórum dos Executivos dos Municípios dos Campi
Forproext	Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal
Gabin	Gabinete da Reitoria
Gb	<i>Gigabyte</i>
Hab.	Habitantes
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDD	Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Ifes	Instituto Federal do Espírito Santo
IFMS	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IGC	Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
<i>Intel Isef</i>	<i>The Intel International Science and Engineering Fair</i>
IoT	Internet das Coisas
JIF	Jogos dos Institutos Federais Etapa Nacional
JIFCO	Jogos dos Institutos Federais Etapa Centro-Oeste
JIFMS	Jogos do IFMS
Km ²	Quilômetro quadrado
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
Libras	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
m ²	Metro quadrado
<i>Mb</i>	<i>Megabyte</i>
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC	Ministério da Educação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
<i>Moodle</i>	<i>Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment</i>
Mostratec	Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia/Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia
Nadpi	Núcleo de Administração e Planejamento Institucional
Napne	Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NDE	Núcleo Docente Estruturante
Neabi	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
nº	Número
Nuase	Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor
Nuged	Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional
OBR	Olimpíada Brasileira de Robótica
OCC	Orçamento de Custeio e Capital
Ouvid	Ouvidoria
PAA	Plano Anual de Ação
PAE	Plano de Ação Específico
Paes	Programa de Assistência Estudantil
PAET	Programa de Apoio ao Estudante e ao Trabalhador
PD&I	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
PDC	Plano de Desenvolvimento do <i>Campus</i>
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
Peipee	Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito
Pemin	Programa de Empreendedorismo Inovador
PIB	Produto Interno Bruto
Pibaex	Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibic-AF	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Pibic-EM	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio
Pibid	Programa de Iniciação à Docência
Pibiti	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Piepi	Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação
PIT	Plano Individual de Trabalho
Pitec	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica
Pnaes	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
Proad	Pró-Reitoria de Administração
Prodi	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Proeja	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
Proen	Pró-Reitoria de Ensino
Proex	Pró-Reitoria de Extensão
ProfEPT	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Proju	Procuradoria Jurídica
Propi	Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação
QDD	Quadro de Detalhamento da Despesa
RAD	Relatório das Atividades Desenvolvidas
RAE	Relatório Anual Específico
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
RT	Retribuição por Titulação
Rtria	Reitoria
SED/MS	Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul
Semict	Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica
Setec	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Siape	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
Simec	Simpósio de Ensino de Ciências do IFMS
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
Suap	Sistema Unificado de Administração Pública
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats</i> (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TecnolIF	Incubadora Mista e Social de Empresas do IFMS
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termo de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UEE	União Estadual dos Estudantes
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNE	União Nacional dos Estudantes
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VGA	<i>Video Graphics Array</i> (Padrão de Disposição Gráfica para Vídeo)
VoIP	Voz sobre IP

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Processo de elaboração do PDI 2019-2023
FIGURA 2	Linha do tempo sobre o funcionamento dos <i>campi</i> do IFMS
FIGURA 3	Disposição geográfica e áreas de abrangência dos <i>campi</i> do IFMS no estado
FIGURA 4	Organograma do IFMS
FIGURA 5	Composição do Conselho Superior
FIGURA 6	Composição do Colégio de Dirigentes
FIGURA 7	Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
FIGURA 8	Composição do Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional
FIGURA 9	Princípios filosóficos e teórico-metodológicos
FIGURA 10	Mapa Estratégico
FIGURA 11	Mapa Estratégico: temas estratégicos para o Plano de Metas
FIGURA 12	Perfil dos servidores do IFMS
FIGURA 13	Titulação dos servidores docentes por faixa etária
FIGURA 14	Titulação dos servidores técnico-administrativos por faixa etária
FIGURA 15	Infraestrutura do IFMS
FIGURA 16	Eixos e Dimensões para avaliação institucional
FIGURA 17	Dimensões para avaliação dos cursos de graduação
FIGURA 18	Composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFMS
FIGURA 19	Processo de gestão de riscos

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Resumo das atividades para elaboração do PDI 2019-2023
QUADRO 2	Eixos Tecnológicos e os respectivos cursos ofertados no IFMS
QUADRO 3	Principais diretrizes, políticas, programas e ações institucionais
QUADRO 4	Princípios e objetivos da Política de Extensão no IFMS
QUADRO 5	Fatores de evasão e retenção no IFMS
QUADRO 6	Ações desenvolvidas pelo IFMS relacionadas aos temas da responsabilidade social
QUADRO 7	Previsão de oferta de cursos técnicos no período de 2019 a 2023
QUADRO 8	Previsão de oferta de cursos de graduação no período de 2019 a 2023
QUADRO 9	Previsão de oferta de cursos <i>lato sensu</i> no período de 2019 a 2023
QUADRO 10	Previsão de oferta de cursos <i>stricto sensu</i> no período de 2019 a 2023
QUADRO 11	Macro-Objetivo 1
QUADRO 12	Macro-Objetivo 2
QUADRO 13	Macro-Objetivo 3
QUADRO 14	Macro-Objetivo 4
QUADRO 15	Macro-Objetivo 5
QUADRO 16	Classes e níveis da carreira da magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
QUADRO 17	Composição das dimensões da Política de Assistência Estudantil
QUADRO 18	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Aquidauana
QUADRO 19	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Campo Grande
QUADRO 20	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Corumbá
QUADRO 21	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Coxim
QUADRO 22	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Dourados
QUADRO 23	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Jardim
QUADRO 24	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Naviraí
QUADRO 25	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Nova Andradina
QUADRO 26	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Ponta Porã
QUADRO 27	Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Três Lagoas
QUADRO 28	Caracterização da infraestrutura da reitoria
QUADRO 29	Caracterização da infraestrutura do espaço locado da reitoria
QUADRO 30	Principais sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação
QUADRO 31	Conectividade e velocidade da internet por <i>campus</i> e reitoria
QUADRO 32	Horário de funcionamento, serviços oferecidos e quadro de servidores das bibliotecas
QUADRO 33	Ações e recursos para promoção da acessibilidade no IFMS
QUADRO 34	Diretrizes para promoção da acessibilidade e atendimento diferenciado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
QUADRO 35	Processos avaliativos no IFMS
QUADRO 36	Diretrizes da Comissão Própria de Avaliação
QUADRO 37	Conceito Institucional do IFMS
QUADRO 38	Conceitos dos cursos de graduação do IFMS
QUADRO 39	Índice Geral de Cursos do IFMS
QUADRO 40	Conceito Enade dos cursos de graduação do IFMS
QUADRO 41	Estrutura de gestão de riscos no IFMS
QUADRO 42	Atividades do Processo de Gestão de Riscos
QUADRO 43	Responsabilidades da gestão de riscos na estrutura organizacional

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Características socioeconômicas das áreas da abrangência do IFMS
TABELA 2	Distribuição de vagas ofertadas pelo IFMS de 2014 a 2018
TABELA 3	Evolução do quadro de professores por titulação
TABELA 4	Evolução no quadro de professores por classe de regime de trabalho
TABELA 5	Previsão do quadro de professores do ensino básico, técnico e tecnológico por ano
TABELA 6	Plano de expansão do quadro de professores por <i>campus</i> no período de 2019 a 2023
TABELA 7	Evolução do quadro de técnicos-administrativos em educação por nível
TABELA 8	Evolução do quadro de técnicos-administrativos em educação por titulação
TABELA 9	Previsão do quadro de servidores técnico-administrativos por ano
TABELA 10	Plano de expansão do quadro de servidores técnico-administrativos no período 2019 a 2023
TABELA 11	Número de auxílios financeiros concedidos pelo Programa de Assistência Estudantil no período de 2014 a 2018
TABELA 12	Número de bolsas e auxílios financeiros concedidos pelo Plano de Acesso, Permanência e Êxito no período de 2014 a 2018
TABELA 13	Número de bolsas concedidas pelo Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica no período de 2014 a 2018
TABELA 14	Número de bolsas concedidas pelo Programa de Empreendedorismo Inovador no período de 2016 a 2018
TABELA 15	Número de auxílios financeiros e bolsas concedidos pelo Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão no período de 2014 a 2018
TABELA 16	Número de estudantes selecionados para estágio interno e de instituições conveniadas para realização de estágio no período de 2014 a 2018
TABELA 17	Número de estudantes que participaram de jogos e eventos no período de 2014 a 2018
TABELA 18	Quantidade de recursos audiovisuais por <i>campus</i> e Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância
TABELA 19	Infraestrutura física das bibliotecas do IFMS
TABELA 20	Acervo bibliográfico do IFMS
TABELA 21	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Aquidauana
TABELA 22	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Campo Grande
TABELA 23	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Corumbá
TABELA 24	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Coxim
TABELA 25	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Dourados
TABELA 26	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Jardim
TABELA 27	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Naviraí
TABELA 28	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Nova Andradina
TABELA 29	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Ponta Porã
TABELA 30	Acervo da biblioteca do <i>Campus</i> Três Lagoas
TABELA 31	Percentual de respondentes do questionário de Autoavaliação Institucional por segmento e ano de aplicação
TABELA 32	Demonstrativo da evolução do orçamento (2014-2018)
TABELA 33	Demonstrativo da necessidade de evolução do orçamento (2019-2023)

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	20
2	MÉTODO.....	21
3	PERFIL INSTITUCIONAL	26
3.1	HISTÓRICO DO IFMS	26
3.2	FINALIDADES	28
3.3	OBJETIVOS.....	29
3.4	MISSÃO, VISÃO E VALORES	30
3.5	INSERÇÃO REGIONAL	31
3.6	ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	34
4	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	36
4.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	36
4.2	ÓRGÃOS COLEGIADOS	38
4.2.1	Conselho Superior	38
4.2.2	Colégio de Dirigentes	40
4.2.3	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.....	40
4.2.4	Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional	42
4.3	ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	43
4.3.1	Colegiados de Cursos.....	43
4.3.2	Núcleo Docente Estruturante.....	43
4.3.3	Conselho Pedagógico.....	43
4.3.4	Comissão de Ética na Utilização de Animais.....	44
5	PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	45
5.1	PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	48
5.2	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	49
5.3	AÇÕES PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS.....	51
5.3.1	Inovações quanto à Flexibilidade Curricular	51
5.3.2	Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular	52
5.3.3	Estágio Curricular Supervisionado	53
5.3.3.1	Estágio obrigatório	54
5.3.3.2	Estágio obrigatório na licenciatura.....	55
5.3.3.3	Estágio não obrigatório.....	55

5.3.4	Incorporação de Avanços Tecnológicos.....	55
5.4	POLÍTICA DE ENSINO.....	56
5.4.1	Educação Básica.....	58
5.4.2	Educação Superior.....	58
5.4.3	Qualificação Profissional.....	60
5.4.4	Educação a Distância.....	60
5.5	POLÍTICA DE PESQUISA.....	61
5.5.1	Iniciação Científica e Tecnológica.....	62
5.5.2	Inovação Científica e Tecnológica.....	62
5.5.3	Empreendedorismo Inovador.....	63
5.5.4	Estímulo e Difusão da Produção Científica.....	64
5.6	POLÍTICA DE EXTENSÃO.....	65
5.6.1	Atividades de Extensão.....	67
5.6.2	Ações de Extensão.....	67
5.6.3	Áreas Temáticas de Extensão.....	68
5.6.4	Linhas Temáticas de Extensão.....	68
5.7	POLÍTICAS DE GESTÃO.....	69
5.7.1	Comunicação com a Sociedade.....	69
5.7.2	Permanência e Êxito.....	70
5.7.3	Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial.....	71
5.7.4	Relações Institucionais.....	72
5.7.5	Internacionalização.....	73
5.8	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	74
6	OFERTA DE CURSOS.....	77
7	PLANO DE METAS.....	84
8	GESTÃO DE PESSOAS.....	96
8.1	PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS.....	97
8.1.1	Seleção e Admissão de Pessoal.....	97
8.1.2	Movimentação de Servidores.....	98
8.1.3	Capacitação e Formação Continuada.....	98
8.1.4	Avaliação de Desempenho.....	99
8.1.5	Controle Funcional e Pagamento.....	100

8.1.6	Atenção à Saúde	100
8.2	PERFIL DOS DOCENTES	101
8.2.1	Composição	101
8.2.2	Plano de Carreira.....	103
8.2.3	Procedimentos para Substituição dos Professores do Quadro	104
8.2.4	Plano de Expansão.....	105
8.3	PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	106
8.3.1	Composição	106
8.3.2	Plano de Carreira.....	108
8.3.3	Plano de Expansão.....	108
9	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	110
9.1	ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA E AO ÊXITO.....	110
9.1.1	Ações de Combate à Evasão e Retenção.....	111
9.1.2	Concessão de Auxílios Financeiros e Bolsas.....	111
9.1.2.1	Programa de Assistência Estudantil.....	111
9.1.2.2	Plano de Acesso, Permanência e Êxito.....	112
9.1.2.3	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica	113
9.1.2.4	Programa de Empreendedorismo Inovador.....	113
9.1.2.5	Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão.....	114
9.1.3	Nivelamento.....	115
9.1.4	Permanência ao Estudante.....	115
9.1.5	Monitoria	115
9.1.6	Apoio Psicopedagógico	116
9.1.7	Mobilidade Acadêmica	116
9.1.8	Ações de Inclusão e Diversidade	117
9.1.9	Oportunidades de Estágio	118
9.1.10	Iniciação à Docência	119
9.2	ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL	119
9.3	ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS.....	120
9.4	AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	120
10	INFRAESTRUTURA	122
10.1	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> AQUIDAUANA.....	123

10.2	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> CAMPO GRANDE.....	123
10.3	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> CORUMBÁ.....	124
10.4	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> COXIM	124
10.5	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> DOURADOS	125
10.6	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> JARDIM.....	125
10.7	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> NAVIRAÍ.....	125
10.8	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> NOVA ANDRADINA.....	126
10.9	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> PONTA PORÃ.....	126
10.10	INFRAESTRUTURA DO <i>CAMPUS</i> TRÊS LAGOAS	127
10.11	INFRAESTRUTURA DA REITORIA.....	128
10.12	INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	128
10.13	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA.....	129
10.14	RECURSOS AUDIOVISUAIS	133
11	BIBLIOTECA.....	134
11.1	INFRAESTRUTURA DAS BIBLIOTECAS	134
11.2	ACERVO DAS BIBLIOTECAS	136
11.3	ACERVO FÍSICO	136
11.4	ACERVO VIRTUAL.....	140
11.5	PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO	140
12	PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA.....	141
13	AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	145
13.1	PROCESSOS AVALIATIVOS INTERNOS	145
13.1.1	Autoavaliação Institucional.....	145
13.1.2	Avaliação do Docente pelo Discente	147
13.2	PROCESSOS AVALIATIVOS EXTERNOS.....	148
13.2.1	Avaliações de Recredenciamento, Reconhecimento e Renovação dos Cursos de Graduação.....	148
13.2.2	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	149
13.3	ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	150
14	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA.....	152
14.1	ORÇAMENTO DO IFMS.....	152
14.1.1	Fontes ordinárias de financiamento	153

14.1.2	Fontes não ordinárias de financiamento.....	153
14.1.3	Matriz Conif.....	153
14.2	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA	153
14.2.1	Demonstrativo da evolução orçamentária nos últimos cinco anos.....	154
14.2.2	Demonstrativo da necessidade de evolução do orçamento nos próximos cinco anos	154
14.3	ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	155
15	GESTÃO DE RISCOS	156

1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para um período de cinco anos, é o documento que identifica a instituição de ensino no que diz respeito à filosofia de trabalho adotada, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações, à infraestrutura organizacional e às atividades que desenvolve ou pretende desenvolver.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS), o PDI está subdividido em 15 capítulos. O primeiro apresenta como o documento está organizado; o segundo aborda o método utilizado para a elaboração do Plano; o terceiro e o quarto trazem informações sobre o perfil institucional e a organização administrativa, respectivamente.

No Capítulo 5, é apresentado o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), composto pelos princípios filosóficos e teórico-metodológicos; organização didático-pedagógica; ações para atendimento das diretrizes pedagógicas; políticas de ensino, de pesquisa, de extensão e de gestão; e aspectos relacionados à responsabilidade social.

O Capítulo 6 dispõe sobre as vagas ofertadas pelo IFMS entre 2014 e 2018, bem como apresenta a previsão da oferta de cursos e vagas durante o período de vigência deste PDI.

O Capítulo 7 traz o Mapa Estratégico do IFMS e o Plano de Metas, que contempla os macro-objetivos, indicadores e metas da instituição para o período 2019-2023.

Os processos de gestão de pessoas e os perfis dos servidores docentes e técnico-administrativos, assim como a projeção de expansão do quadro, estão descritos no Capítulo 8.

As políticas de atendimento aos discentes estão resumidas no Capítulo 9, que descreve, ainda, as ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes; a organização estudantil; o acompanhamento dos egressos; e o estímulo à produção discente e à participação em eventos.

A infraestrutura da instituição é apresentada no Capítulo 10, que aborda tanto a física quanto a tecnológica e os recursos audiovisuais disponíveis para as práticas docentes. Na sequência, apresenta-se a infraestrutura das dez bibliotecas, com informações sobre o acervo e os serviços oferecidos.

A promoção da acessibilidade e de atendimento diferenciado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida é o assunto abordado no Capítulo 12, que apresenta a situação atual na instituição, as ações previstas e as diretrizes para atuação dos setores.

O Capítulo 13 traz informações sobre os processos avaliativos internos e externos e as formas de acompanhamento. Na sequência, apresenta-se a gestão financeira e orçamentária da instituição, enquanto o último capítulo trata da gestão de riscos no IFMS.

2 MÉTODO

Dividido em fases de Preparação, Diagnóstico, Construção e Aprovação, conforme exposto na Figura 1, o processo de elaboração do PDI 2019-2023 durou oito meses e garantiu a participação social em seis etapas. As comunidades interna e/ou externa tiveram a possibilidade de contribuir com a definição de objetivos e metas institucionais. Os trabalhos foram coordenados pela Diretoria Executiva da Reitoria (Diret) e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi).

Figura 1 – Processo de elaboração do PDI 2019-2023



Na fase de Preparação, após a consolidação dos documentos de referência, definiram-se a metodologia e a composição da Comissão Central, 11 subcomissões de apoio e dez de interlocução¹. A equipe responsável pela elaboração do PDI, composta por servidores da reitoria e dos *campi* do IFMS, atuou nas seguintes subcomissões:

- Revisão da Missão, Visão e Valores;
- Levantamento do Diagnóstico dos Ambientes Interno e Externo dos *Campi* e do IFMS – Matriz SWOT;
- Elaboração de Cenários Prospectivos e Mapa Estratégico;
- Organização do Congresso;
- Audiências Públicas;
- Organizadora da Participação Social Digital;
- Elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Estrutura Textual e Redação;
- Consulta Pública;
- Apoio Tecnológico e Comunicação;
- Aquisição, Logística e Informações Orçamentárias, Patrimoniais e Financeiras; e
- Interlocução entre a Comissão Central, Subcomissões e *Campi*.

Na primeira ação da fase de Diagnóstico, o trabalho de revisão da Missão, Visão e Valores foi dividido em três etapas. Inicialmente, determinou-se um prazo para que a comunidade interna pudesse sugerir novos textos em formulário *online* disponibilizado na [página do PDI 2019-2023](#). Foram registradas 26 manifestações, das quais 76,9% eram de servidores e 23,1% de estudantes.

¹ Portaria nº 1.214, de 16/8/2018. Revoga a Portaria nº 653/2018 e designa os membros da Comissão Central e das 21 subcomissões que participaram da elaboração do PDI 2019-2023.

Oito sugestões não foram acatadas por não atenderem às regras de participação. Outras 11 eram propostas de novos textos e sete manifestações indicavam a manutenção da Missão, Visão e Valores vigentes. Em análise do Colégio de Dirigentes (Codir), os membros do órgão colegiado validaram para consulta 12 propostas, sendo 11 com novas redações e uma com a versão atual dos textos.

Na terceira etapa da revisão, utilizou-se a Escala *Likert*, comumente aplicada em pesquisas de opinião. Em formulário *online*, os participantes responderam a perguntas sobre cada uma das 12 propostas, com pontuações que variavam de um a cinco. Foram registradas 131 avaliações, das quais 129 eram de servidores e duas de estudantes. A Proposta 1, com a versão vigente da Missão, Visão e Valores, foi a que obteve o maior número de pontos.

Ainda na fase de Diagnóstico para a elaboração do PDI, aplicou-se nas 11 unidades da instituição a Matriz SWOT, ferramenta de gestão e planejamento estratégico que busca levantar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, e cujo resultado foi utilizado como subsídio para a definição de objetivos e metas.

Aplicaram-se diferentes metodologias para a coleta de informações junto à comunidade interna, dentre as quais realização de reuniões, dinâmicas e oficinas; envio de formulários *online*; compartilhamento de planilhas; disponibilização de painéis e cartazes nos pátios de unidades para afixação e redação de contribuições; além de visitas a salas de aula. O trabalho resultou na Matriz SWOT dos dez *campi* e da reitoria, cuja compilação resultou na Matriz do IFMS.

Para elaborar o cenário prospectivo e iniciar a construção do Mapa Estratégico do IFMS, utilizou-se metodologia específica capaz de subsidiar o planejamento estratégico institucional, por meio da percepção de demandas e anseios da sociedade. Nessa fase, analisaram-se dados e informações do PDI 2014-2018, dos Relatórios Anuais Específicos (RAEs), de gestão e de avaliação institucional. A partir desse levantamento, foi possível analisar os cenários retrospectivo, atual e prospectivo.

A construção, consolidação e validação do Mapa Estratégico do IFMS ocorreu durante o evento "Futuro em Construção", realizado em Campo Grande, do qual participaram representantes de servidores e estudantes, eleitos por seus pares nas 11 unidades; gestores da instituição; e membros da Subcomissão de Elaboração de Cenários Prospectivos e Mapa Estratégico.

Durante o evento, realizou-se o "Workshop de Planejamento Estratégico", em que foram apresentadas a Matriz SWOT dos *campi* e do IFMS, além da análise dos cenários retrospectivo, atual e prospectivo. Em seguida, os 56 participantes dividiram-se em oito grupos, que tiveram a tarefa de analisar os dados e informações apresentados. Cada grupo elaborou uma proposta e, na sequência, foram consolidadas duas propostas para o Mapa Estratégico do IFMS para o período 2019-2023.

No terceiro dia do evento foi realizado, e transmitido aos dez *campi*, o "Congresso do PDI". Na ocasião, os 54 delegados presentes tiveram o desafio de escolher a Proposta A ou a Proposta B de Mapa Estratégico do IFMS. Delimitou-se o tempo de 30 minutos para que representantes dos grupos responsáveis pela elaboração de cada mapa pudessem defender as propostas e, em seguida, foi aberta a

votação. Contabilizaram-se 41 votos para a Proposta A e nove votos para a Proposta B.

A fim de oportunizar mais uma etapa de participação social na elaboração do PDI, realizaram-se audiências públicas nos dez municípios onde o IFMS tem *campus*. As comunidades interna e externa puderam fazer sugestões referentes aos objetivos e metas da instituição. Foram convidados representantes do poder público e da sociedade civil organizada. O participante tinha a opção de se manifestar por escrito, em formulário específico, e oralmente por, no máximo, dois minutos. Ao todo, registraram-se 649 participantes e 420 sugestões.

O processo de elaboração do PDI 2019-2023 contou, também, com a participação social digital. Por meio da ação “O IFMS que eu quero” qualquer cidadão poderia fazer sugestões à instituição em formulário eletrônico. O participante tinha a opção de enviar um texto - desde que respeitado o limite de 350 caracteres - ou um vídeo com, no máximo, 20 segundos. Registraram-se nove participações, das quais sete foram consideradas aptas.

Na fase de Construção, consolidou-se o Plano de Metas durante uma série de reuniões com gestores da instituição. Na oportunidade, definiram-se os objetivos, indicadores e metas de forma coletiva, com base no Mapa Estratégico e em dados e informações levantados na fase de Diagnóstico.

Para a elaboração da minuta do documento, utilizou-se como referência o modelo de PDI do “Guia de Conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino”². Inicialmente, realizou-se o levantamento da legislação vigente, a fim de que fossem observados os elementos mínimos previstos em leis, decretos, portarias, pareceres e resoluções.



A estruturação textual do Plano foi feita com a definição prévia do conteúdo que deveria constar nos capítulos, subcapítulos, seções e subseções. Para isso, analisaram-se os PDIs de outras 17 instituições de ensino federais, entre institutos e universidades, e realizaram-se reuniões com setores detentores de dados e informações no IFMS, bem como entre as subcomissões responsáveis pela redação de capítulos específicos. O documento foi construído a partir de dados e informações repassados pelas pró-reitorias, diretorias sistêmicas e *campi*.

² Documento disponível no [Sistema ForPDI](#).

Quadro 1 - Resumo das atividades para elaboração do PDI 2019-2023

ETAPA	AÇÕES	PERÍODO	RESPONSÁVEIS
 PREPARAÇÃO	Consolidação de documentos referência	março e abril de 2018	Diretoria Executiva da Reitoria
	Definição da metodologia		
	Publicação da Portaria nº 1.214/2018, que designa a Comissão Central e as subcomissões		
 DIAGNÓSTICO	Aplicação da matriz SWOT na reitoria e nos dez <i>campi</i> do IFMS	abril e maio de 2018	Subcomissão de Levantamento do Diagnóstico dos Ambientes Interno e Externo dos <i>Campi</i> e do IFMS – Matriz SWOT
	Construção do cenário prospectivo		Subcomissão de Elaboração de Cenários Prospectivos e Mapa Estratégico
	Revisão da Missão, Visão e Valores	3 a 24 de maio de 2018	Subcomissão de Revisão da Missão, Visão e Valores
	Consolidação e validação do Mapa Estratégico do IFMS no evento Futuro em Construção (<i>Workshop</i> de Planejamento Estratégico e Congresso do PDI)	28 a 30 de maio de 2018	Subcomissão de Elaboração de Cenários Prospectivos e Mapa Estratégico Subcomissão de Organização do Congresso do PDI 2019-2023 Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
	Realização de Audiências Públicas nos dez municípios onde o IFMS tem <i>campus</i>	11 de junho a 4 de julho de 2018	Subcomissão de Audiências Públicas
	Participação Social Digital – O IFMS que você quer	2 a 20 de julho de 2018	Subcomissão Organizadora da Participação Social Digital

Quadro 1 - Resumo das atividades para elaboração do PDI 2019-2023

ETAPA	AÇÕES	PERÍODO	RESPONSÁVEIS
 CONSTRUÇÃO	Elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)	março a agosto de 2018	Subcomissão de Elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI)
	Elaboração do Plano de Metas	julho a setembro de 2018	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
	Elaboração da Minuta do PDI 2019-2023	maio a setembro de 2018	Subcomissão de Estrutura Textual e Redação
	Consulta Pública à Minuta do PDI 2019-2023	3 a 17 de outubro de 2018	Subcomissão de Consulta Pública
	Redação final do PDI 2019-2023	outubro e novembro de 2018	Subcomissão de Estrutura Textual e Redação
 APROVAÇÃO	Análise do PDI 2019-2023	novembro de 2018	Conselho Superior

Fonte: Comissão Central do PDI e Subcomissões 7/2018

3 PERFIL INSTITUCIONAL

A fim de traçar o perfil do IFMS, este capítulo traz informações e dados sobre os principais marcos históricos da instituição, as finalidades previstas na lei que criou os Institutos Federais, os contextos geográfico, econômico, social e cultural nos quais os *campi* estão inseridos, além das áreas de atuação acadêmica definidas pela legislação que rege a educação profissional e tecnológica no país.

3.1 HISTÓRICO DO IFMS

A história da educação profissional no Brasil teve início em 1909, quando o então Presidente da República, Nilo Peçanha, criou as Escolas de Aprendizes Artífices. As décadas seguintes foram marcadas por constantes mudanças, até que em 2008 o Ministério da Educação (MEC) instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.³

Compõem a Rede Federal 38 Institutos Federais – dentre os quais o IFMS –, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 25 Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais, a Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II. De acordo com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), até 2018 eram 659 unidades em todo o país, das quais 643 já se encontram em funcionamento.

O IFMS é a primeira instituição pública federal a oferecer educação profissional técnica e tecnológica em Mato Grosso do Sul. Com *campi* em dez municípios, que abrangem todas as regiões do estado, o Instituto Federal chega à primeira década de história com mais de nove mil estudantes matriculados em diferentes níveis e modalidades de ensino.

O processo de implantação do IFMS teve início no ano de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal de Mato Grosso do Sul, com sede em Campo Grande, e a Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina⁴.

No ano seguinte, com a criação da Rede Federal, foi prevista a instalação de *campi* nesses dois municípios. Em 2009, o MEC criou outras cinco unidades em Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. Nos primeiros dois anos do processo de implantação, o IFMS recebeu a tutoria da UTFPR.

O *Campus* Nova Andradina foi o primeiro a entrar em funcionamento, em 2010⁵. Inicialmente, foram ofertados cursos técnicos integrados e, nos anos seguintes, vagas para ensino superior, qualificação profissional e especialização. A unidade, que é agrária, possui refeitório e alojamento para estudantes. Desde 2016, por meio de parcerias firmadas com a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atividades de ensino passaram a ser oferecidas também na zona urbana deste município.

3 Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

4 Lei nº 11.534, de 25/10/2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais.

5 Portaria MEC nº 1.170, de 21/9/2010. Autoriza o funcionamento do *Campus* Nova Andradina.

Em 2011, o MEC autorizou o funcionamento dos *campi* Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas⁶. As unidades iniciaram as atividades em sede provisória, com a oferta de cursos de educação a distância em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR) e prefeituras municipais. Os anos seguintes foram marcados pela expansão, com a oferta de vagas em cursos técnicos integrados e subseqüentes, qualificação profissional, graduação e pós-graduação.

As obras das sedes definitivas começaram a ser concluídas em 2013, com a entrega dos *campi* Aquidauana e Ponta Porã. No ano seguinte, as unidades de Coxim e Três Lagoas também passaram a funcionar em prédios próprios. A sede definitiva do *Campus* Campo Grande entrou em funcionamento em 2017 e a de Corumbá em 2018.

Os *campi* Dourados, Jardim e Naviraí começaram a funcionar provisoriamente em 2014, com a oferta de cursos de qualificação profissional e idiomas. Na ocasião, tiveram início as obras das sedes definitivas. O MEC autorizou o funcionamento das unidades em 2016⁷, ano em que os *campi* Dourados e Jardim iniciaram as atividades em sede definitiva e expandiram a oferta de cursos. Apenas o *Campus* Naviraí desenvolve suas atividades em sede provisória.

A fim de institucionalizar a oferta de cursos na modalidade a distância, foi criado, em 2015, o Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread)⁸.

Em 2017, o MEC autorizou o IFMS a ofertar graduação e pós-graduação *lato sensu* a distância⁹. No mesmo ano, o Comitê Gestor Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) credenciou a instituição a abrir vagas no mestrado profissional, oferecido por instituições que compõem a Rede Federal e coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). As atividades começaram no segundo semestre de 2018, em Campo Grande, marcando o início do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* presencial da história do IFMS.

Na Figura 2, estão indicados os anos que os *campi* do IFMS iniciaram as atividades, inicialmente em sede provisória e, depois, em instalações definitivas.

A partir do Plano de Metas estabelecido neste PDI, novos capítulos da história da instituição serão escritos pelos próximos cinco anos. Com a colaboração das comunidades interna e externa, espera-se que sejam alcançados os objetivos e metas definidos, o que evidencia a importância da participação social na construção do futuro do IFMS.

6 Portaria MEC nº 79, de 28/1/2011. Autoriza o funcionamento dos *campi* Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas.

7 Portaria MEC nº 378, de 9/5/2016. Autoriza o funcionamento dos *campi* Dourados, Jardim e Naviraí.

8 Resolução Cosup nº 52, de 3/11/2015. Aprova a criação do Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread).

9 Portarias MEC nº 918 e 919, de 15/8/2017. Credenciam o IFMS a ofertar cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância.

Figura 2 - Linha do tempo sobre o funcionamento dos *campi* do IFMS



3.2 FINALIDADES

De acordo com a Lei de Criação dos Institutos Federais¹⁰ e com o Estatuto do IFMS¹¹, a instituição tem por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

¹⁰ Art. 6º da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Define as finalidades e características dos Institutos Federais.

¹¹ Art. 4º do Estatuto do IFMS. Define as finalidades e características do IFMS.

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

3.3 OBJETIVOS

A Lei de Criação dos Institutos Federais¹² e o Estatuto do IFMS¹³ estabelecem como objetivos da instituição:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

12 Art. 7º da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Define os objetivos dos Institutos Federais.

13 Art. 5º do Estatuto do IFMS. Define os objetivos do IFMS.

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

3.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO	VISÃO	VALORES
PROMOVER A EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA POR MEIO DO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO NAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO TÉCNICO E TECNOLÓGICO, FORMANDO PROFISSIONAL HUMANISTA E INOVADOR, COM VISTAS A INDUZIR O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL LOCAL, REGIONAL E NACIONAL.	SER RECONHECIDO COMO UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO DE EXCELÊNCIA, SENDO REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.	<ul style="list-style-type: none"> • INOVAÇÃO • ÉTICA • COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL • TRANSPARÊNCIA • COMPROMISSO SOCIAL

3.5 INSERÇÃO REGIONAL

Situado na Região Centro-Oeste do Brasil, Mato Grosso do Sul faz divisa com São Paulo, Paraná, Goiás e Minas Gerais, referências na produção de alimentos e que abrigam grandes mercados consumidores. Por estar na região de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, o estado é um dos principais acessos ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), sendo que a interligação com países como Argentina e Bolívia é feita por rodovias, ferrovias e as hidrovias Paraná e Paraguai. Mato Grosso do Sul também é um dos caminhos da rota bioceânica, que liga as costas do Atlântico e do Pacífico.

Com 357.145,532 km² de área, o território sul-mato-grossense é formado por 79 municípios e tem população estimada em 2.713.147 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0.729, o que faz o estado ocupar a 9^o posição no *ranking* das 27 unidades da federação. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No último levantamento de Contas Regionais, realizado pelo IBGE em 2015 e divulgado em 2017, Mato Grosso do Sul apresentou o melhor desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) entre os estados brasileiros, com destaque para as riquezas geradas pelo setor agropecuário. Sua economia é baseada, ainda, em atividades industriais – principalmente nos segmentos de transformação e construção civil – e em serviços.

Para atender às demandas produtivas do estado e contribuir com o desenvolvimento social e econômico, local e regional, o IFMS atua em dez áreas de abrangência, de acordo com a Figura 3.

Figura 3 - Disposição geográfica e áreas de abrangência dos *campi* do IFMS no estado



Dessa forma, os *campi* instalados em Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas também atendem moradores dos municípios do entorno, seja com a oferta de educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades de ensino, ou com ações de extensão e pesquisa aplicada.

As características socioeconômicas dos municípios que compõem as áreas de abrangência do IFMS estão detalhadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Características socioeconômicas das áreas da abrangência do IFMS					
ÁREA RELACIONADA AO CAMPUS	MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL(HAB) ¹	IDHM (VARIAÇÃO) ²	ÁREA TOTAL ³ (KM ²)	PIB PER CAPITA ⁴
AQUIDAUANA	ANASTÁCIO	99.491	0,632 - 0,688	30.241,363	R\$ 102.480,51
	AQUIDAUANA				
	BODOQUENA				
	DOIS IRMÃOS DO BURITI				
	MIRANDA				
CAMPO GRANDE	BANDEIRANTES	1.016.781	0,651 - 0,784	47.776,899	R\$ 279.414,24
	CAMPO GRANDE				
	CORGUINHO				
	JARAGUARI				
	NOVA ALVORADA DO SUL				
	RIBAS DO RIO PARDO				
	ROCHEDO				
	SIDROLÂNDIA				
TERENOS					
CORUMBÁ	CORUMBÁ	131.522	0,660 - 0,729	47.638,987	R\$ 37.978,40
	LADÁRIO				
COXIM	ALCINÓPOLIS	132.379	0,660 - 0,729	47.638,987	R\$ 329.699,31
	CAMAPUÃ				
	COSTA RICA				
	COXIM				
	FIGUEIRÃO				
	PEDRO GOMES				
	RIO NEGRO				
	RIO VERDE DE MATO GROSSO				
	SÃO GABRIEL D'OESTE				
SONORA					
DOURADOS	CAARAPÓ	404.808	0,654 - 0,747	20.941,244	R\$ 339.448,80
	DEODÁPOLIS				
	DOURADINA				
	DOURADOS				
	FÁTIMA DO SUL				
	GLÓRIA DE DOURADOS				
	ITAPORÃ				
	JATEÍ				
	MARACAJU				
	RIO BRILHANTE				
	VICENTINA				
JARDIM	BELA VISTA	125.783	0,639 - 0,712	38.088,719	R\$ 133.122,83
	BONITO				
	CARACOL				
	GUIA LOPES DA LAGUNA				
	JARDIM				
	NIOAQUE				
PORTO MURTINHO					

Tabela 1 - Características socioeconômicas das áreas da abrangência do IFMS

ÁREA RELACIONADA AO CAMPUS	MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA	POPULAÇÃO TOTAL(HAB) ¹	IDHM (VARIAÇÃO) ²	ÁREA TOTAL ³ (KM ²)	PIB PER CAPITA ⁴
NAVIRAI	ELDORADO	133.854	0,649 - 0,721	17.590,715	R\$ 153.669,49
	IGUATEMI				
	ITAQUIRAÍ				
	JAPORÃ				
	JUTI				
	MUNDO NOVO				
	NAVIRAI				
NOVA ANDRADINA	ANAUROLÂNDIA	134.983	0,649 - 0,721	17.590,715	R\$ 251.579,78
	ANGÉLICA				
	BATAGUASSU				
	BATAYPORÃ				
	IVINHEMA				
	NOVA ANDRADINA				
	NOVO HORIZONTE DO SUL				
TAQUARUSSU					
PONTA PORÃ	AMAMBAI	204.182	0,588 - 0,701	19.020,935	R\$ 219.133,89
	ARAL MOREIRA				
	CORONEL SAPUCAIA				
	LAGUNA CAARAPÃ				
	PARANHOS				
	PONTA PORÃ				
	SETE QUEDAS				
TACURU					
TRÊS LAGOAS	AGUA CLARA	275.331	0,642 - 0,754	59.080,583	R\$ 718.875,58
	APARECIDA DO TABOADO				
	BRASILÂNDIA				
	CASSILÂNDIA				
	CHAPADÃO DO SUL				
	INOCÊNCIA				
	PARAÍSO DAS ÁGUAS				
	PARANAÍBA				
	SANTA RITA DO PARDO				
	SELVÍRIA				
TRÊS LAGOAS					

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): [2017]¹, [2010]², [2016]³ e [2015]⁴

Os cursos oferecidos pelo IFMS são definidos levando-se em consideração, entre outros fatores, as características socioeconômicas de cada região de Mato Grosso do Sul e as demandas do setor produtivo social, cultural, local e regional.

A atuação do Instituto também relaciona-se com contextos geográfico e cultural do estado. Situados, respectivamente, nas regiões de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, os *campi* Corumbá e Ponta Porã têm a intenção de estabelecer com as cidades dos países vizinhos uma relação de aproximação, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Porém, para que as populações boliviana e paraguaia sejam atendidas pelo IFMS, é necessário que se institua uma política nacional que possa viabilizar acordos de cooperação técnica com instituições instaladas nas cidades dos países que fazem fronteira com o Brasil.

Outra característica regional observada pelo IFMS é a presença de populações indígenas e quilombolas em território sul-mato-grossense. Em atendimento ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), é oferecido auxílio financeiro a

estudantes oriundos dessas comunidades em razão das especificidades históricas e culturais que envolvem esses povos.

Inserido no contexto descrito, e a fim de cumprir as finalidades previstas em lei, o Instituto Federal atua em regime de parceria com instituições públicas municipais, estaduais e federais, e também com a iniciativa privada, seja por meio de Acordos de Cooperação Técnica, Termos de Cessão de Espaço ou Convênios de Estágio, que podem ser firmados pelo IFMS, para abrangência estadual, ou diretamente entre os *campi* e empresas.

3.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O IFMS é uma instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino¹⁴, cujos cursos ofertados atendem a diversos eixos tecnológicos e áreas de conhecimento, seja na modalidade presencial ou a distância.

A legislação¹⁵ estabelece que a instituição deve garantir o mínimo de 50% das vagas em educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Outra exigência legal é que 20% das vagas da educação superior sejam destinadas ao atendimento de cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional.

A fim de atender o disposto na lei, o IFMS oferece 14 opções de cursos técnicos de nível médio em seis eixos tecnológicos: Controles e Processos Industriais, Gestão e Negócios, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Alimentícia e Recursos Naturais, conforme representado no Quadro 2.

Dessa oferta, três cursos são voltados ao público da Educação de Jovens e Adultos por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).

O Instituto mantém a proposta de verticalização das diversas modalidades e níveis de ensino, de maneira a possibilitar uma formação profissional, tanto de nível técnico quanto de nível superior. Dessa forma, os cursos superiores de tecnologia são do mesmo eixo tecnológico do nível médio, conforme relacionado no Quadro 2.

14 Art. 2º da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Traz a definição dos Institutos Federais.

15 Art. 8º da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Estabelece o percentual mínimo de vagas que devem ser oferecidas pelos Institutos Federais por modalidade de ensino.

Quadro 2 - Eixos tecnológicos e os respectivos cursos ofertados no IFMS		
EIXO TECNOLÓGICO	NÍVEL MÉDIO	SUPERIOR DE TECNOLOGIA
 CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS	Eletrotécnica ^{1 e 3}	Automação Industrial
	Mecânica ¹	Processos Metalúrgicos
	Metalurgia ¹	
 GESTÃO E NEGÓCIOS	Administração ²	
 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	Informática ^{1 e 3}	Análise e Desenvolvimento de Sistemas
	Informática para Internet ^{1 e 3}	Jogos Digitais
	Manutenção e Suporte em Informática ^{2 e 3}	Redes de Computadores
		Sistemas para Internet
 INFRAESTRUTURA	Edificações ^{1 e 2}	
	Desenho de Construção Civil ³	
 PRODUÇÃO ALIMENTÍCIA	Alimentos ¹	Alimentos
 RECURSOS NATURAIS	Agricultura ^{1 e 3}	Gestão do Agronegócio
	Agropecuária ¹	Produção de Grãos
	Aquicultura ³	
	Zootecnia ³	

¹ Técnico Integrado; ² Técnico Integrado – Proeja; ³ Técnico Subsequente

Os bacharelados estão ligados às áreas de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia de Pesca), Ciências Sociais Aplicadas (Arquitetura e Urbanismo) e Engenharias (Civil, Controle e Automação). As licenciaturas estão relacionadas à área de Ciências Exatas e da Terra, com a oferta de Licenciatura em Computação e em Química.

Na pós-graduação, são oferecidas as especializações *lato sensu* em Gestão de Organizações e Docência para Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica, coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e ofertado por instituições que compõem a Rede Federal, é a primeira pós-graduação *stricto sensu* oferecida pelo IFMS.

Para qualificar docentes do quadro de pessoal permanente, a instituição oferece o Doutorado Interinstitucional (Dinter) em associação com o Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Conservação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sendo que a oferta é viabilizada por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

4 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa engloba os principais setores da instituição, os órgãos colegiados e os órgãos de apoio às atividades acadêmicas, resumidos neste capítulo.

4.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O IFMS está organizado em estrutura multicampi e a administração central é exercida pela reitoria, cujas competências dos setores estão definidas no Regimento Geral¹⁶.

A reitoria, localizada em Campo Grande, é composta por pró-reitorias; diretorias sistêmicas; e órgãos de apoio e de controle, além do Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread).

As cinco pró-reitorias são: Administração (Proad); Desenvolvimento Institucional (Prodi); Ensino (Proen); Extensão (Proex); e Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Propi), subdivididas em diretorias e coordenações.

As diretorias sistêmicas englobam: Gestão de Pessoas (Digep) e Gestão de Tecnologia da Informação (Dirti), subdivididas em coordenações.

Os órgãos de apoio da reitoria são: Gabinete (Gabin), Diretoria Executiva da Reitoria (Diret), Procuradoria Jurídica (Proju), Ouvidoria (Ouvid); Assessorias de Comunicação Social (Ascom) e Relações Internacionais (Asint), enquanto a Auditoria (Audit) é o órgão de controle interno.

Os campi estão subdivididos em *campus* da capital, em Campo Grande, e *campi* do interior, localizados nos municípios de Aquidauana, Corumbá, Coxim, Dourados, Jardim, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas.

A organização interna é composta por Direção-Geral (Dirge), Diretoria de Administração (Dirad) e Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (Diren). As exceções são as unidades de Campo Grande, que dispõe da Diretoria de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais (Direr); e de Nova Andradina, que tem a Diretoria de Gestão da Moradia Estudantil (Digem).

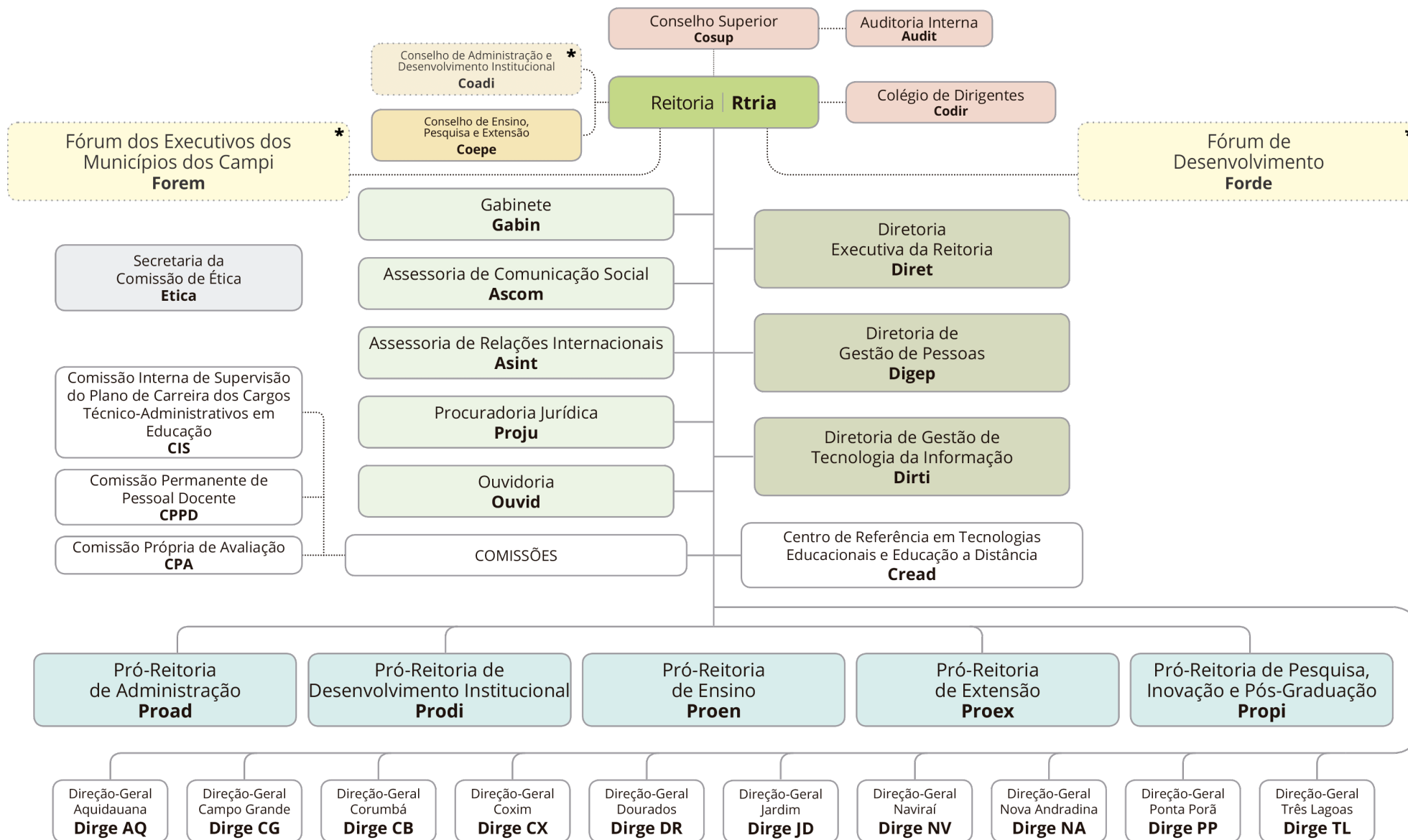
A Dirad é composta de quatro coordenações (Planejamento e Orçamento; Materiais; Administração da Sede; Almoxarifado e Patrimônio), enquanto a Diren é formada por coordenações de eixos e de cursos correspondentes aos oferecidos no *campus*, além das coordenações de Gestão Acadêmica (Cogea) e de Educação a Distância (Coead).

Os órgãos colegiados são organizados em superiores (Conselho Superior e Colégio de Dirigentes), especializados (Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional; e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e consultivos, além de comissões e comitês permanentes.

O organograma do IFMS está disposto na Figura 4, enquanto os organogramas de cada *campus* estão disponíveis no *site* institucional.

¹⁶ Resolução Cosup nº 61, de 28/7/2017. Aprova o Regimento Geral do IFMS.

Figura 4 - Organograma do IFMS



* A ser instituído

4.2 ÓRGÃOS COLEGIADOS

Os processos de gestão institucional consideram a autonomia e a representatividade dos órgãos colegiados, mediante a participação de docentes, técnicos-administrativos, discentes e sociedade civil organizada. Os órgãos colegiados do IFMS estão subdivididos em superiores, especializados e consultivos.

A administração tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes (Codir), composto por pró-reitores e diretores-gerais dos *campi*; e o Conselho Superior (Cosup), formado por representantes da comunidade interna e segmentos da sociedade civil, ambos presididos pelo reitor e previstos na Lei de Criação dos Institutos Federais¹⁷.

O Estatuto do IFMS¹⁸ define como órgãos colegiados especializados o Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional (Coadi) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Coepe).

Os órgãos colegiados consultivos são os Conselhos de *Campi*, o Fórum de Desenvolvimento (Forde) e o Fórum dos Executivos dos Municípios dos *Campi* (Forem) - ainda não instituídos -, além de comissões e comitês permanentes.

A composição, competências, organização e funcionamento dos colegiados são definidos em regimentos próprios e a designação dos membros se dá por meio da publicação de portaria no Boletim de Serviço.

No [site](#) institucional, as páginas do Conselho Superior e do Colégio de Dirigentes divulgam informações sobre as decisões colegiadas, por meio da publicação do calendário de reuniões, convocações, atas, gravações e resoluções.

4.2.1 Conselho Superior

O Conselho Superior é o órgão deliberativo que tem a finalidade de colaborar para o aprimoramento do processo educacional e zelar pela correta execução das políticas do IFMS.

Com mandato de dois anos, o Cosup é composto por representantes da comunidade e da sociedade civil organizada, totalizando 27 conselheiros titulares, conforme exposto na Figura 5.

Presidido pelo reitor, o colegiado é formado por quatro representantes eleitos de cada categoria da comunidade interna (estudante, professor e técnico-administrativo), dois estudantes egressos, quatro membros do Colégio de Dirigentes e o último ex-reitor. Um representante do MEC ocupa uma cadeira do colegiado.

O Conselho conta, também, com seis representantes da sociedade civil, sendo dois de entidades patronais, dois de entidades dos trabalhadores e dois do setor

¹⁷ Art. 10, da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Define os órgãos superiores dos Institutos Federais.

¹⁸ Arts. 26 e 27 do Estatuto do IFMS. Traz a definição do Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

público e/ou empresas estatais. A instituição publica um edital com as regras para habilitação de entidades interessadas.

As competências do Cosup estão definidas no Estatuto do IFMS¹⁹ e complementadas pelo Regimento Interno²⁰, dentre as quais, destacam-se: zelar pela observância dos princípios, finalidades e objetivos do Instituto; apreciar a proposta orçamentária; apreciar e aprovar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão; e aprovar os regulamentos internos e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Figura 5 – Composição do Conselho Superior



¹⁹ Art. 13 do Estatuto do IFMS. Estabelece as competências do Conselho Superior.

²⁰ Resolução Cosup nº 10, de 3/4/2018. Atualiza o Regimento Interno do Conselho Superior.

4.2.2 Colégio de Dirigentes

O Colégio de Dirigentes é o órgão superior de caráter consultivo e de apoio aos processos decisórios da equipe da gestão.

O colegiado é composto pelo reitor, como presidente, cinco pró-reitores e dez diretores-gerais dos *campi*, totalizando 16 membros, conforme representado na Figura 6. Embora não façam parte do Codir, representantes das diretorias sistêmicas e dos órgãos de apoio podem participar como ouvintes.

As competências do Codir estão definidas no Estatuto do IFMS²¹ e complementadas pelo Regimento²², dentre as quais, destacam-se: apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; apresentar a criação e alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional; acompanhar e avaliar a execução do planejamento dos *campi* e da reitoria; e apreciar os assuntos de interesse da administração.

Figura 6 – Composição do Colégio de Dirigentes



4.2.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Coepe é o órgão especializado de caráter consultivo e normativo no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão. O colegiado é composto por 39 conselheiros, sendo presidido pelo Pró-Reitor de Ensino, conforme representado na Figura 7.

Entre os conselheiros natos, além do presidente, estão outros quatro pró-reitores e os sete diretores vinculados às pró-reitorias (Educação Básica; Graduação; Gestão Acadêmica; Extensão; Relações Institucionais; Pesquisa; e Empreendedorismo e Inovação), além do Diretor do Cread. Participam, ainda, os dez diretores responsáveis pelo ensino nos *campi*; o Diretor de Pesquisa, Extensão e Relações Institucionais, de Campo Grande; e o Diretor de Gestão de Moradia Estudantil, de Nova Andradina.

Os conselheiros eleitos representam os docentes, os técnicos-administrativos e os discentes. Entre os professores, há uma representação para cada área (Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas; Linguagens; e Gestão) e uma para cada eixo tecnológico dos cursos ofertados na instituição. Dentre os

²¹ Art. 21 do Estatuto do IFMS. Estabelece as competências do Colégio de Dirigentes.

²² Resolução Cosup nº 62, de 2/8/2017. Aprova do Regimento do Colégio de Dirigentes.

técnicos-administrativos, são eleitos um de nível superior (Classe E) e um pedagogo ou técnico em assuntos educacionais. Os estudantes, por sua vez, escolhem um representante dos cursos técnicos e um da graduação.

De acordo com o Regimento Interno²³, o Coepe é competente para recomendar a criação, alteração ou extinção de oferta de cursos do IFMS, bem como a aprovação de políticas, diretrizes e normas; Projetos Pedagógicos de Cursos; regulamentos; políticas de avaliação; calendários acadêmicos; e modelos de editais-padrão.

Figura 7 – Composição do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão



²³ Resolução Cosup nº 30, de 3/8/2018. Atualiza o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

4.2.4 Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional

O Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional, a ser implantado, é o órgão especializado, consultivo e normativo no que se refere à administração, ao planejamento e ao desenvolvimento institucional.

O colegiado será composto por 55 conselheiros, sob a presidência da Pró-Reitoria de Administração, conforme representado na Figura 8.

O Conselho terá a participação de cinco pró-reitores e sete diretores vinculados às pró-reitorias, sendo dois executivos e cinco das seguintes áreas: Orçamentos, Finanças e Contabilidade; Compras, Licitações e Contratos; Serviços Gerais e Transportes; Planejamento; e Engenharia e Infraestrutura.

No âmbito dos *campi*, participarão os dez diretores de Administração e três representantes de cada Núcleo de Administração e Planejamento Institucional (Nadpi), sendo que estes últimos, somados, totalizam 33 conselheiros. Cada núcleo é formado por um docente, um técnico-administrativo e um estudante do respectivo *campus*, eleitos por seus pares para mandato de dois anos.

De acordo com o Regimento²⁴, o Coadi é competente para propor políticas, diretrizes e normas relativas à administração e gestão; avaliar e recomendar a proposta orçamentária e a matriz interna de descentralização orçamentária para os *campi*; expedir orientações e procedimentos para organização, reestruturação e modernização das rotinas e fluxogramas administrativos; elaborar diretrizes e procedimentos de acompanhamento e avaliação das atividades de administração, planejamento e gestão; e regulamentar o funcionamento dos Nadpi.

Figura 8- Composição do Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional



²⁴ Resolução Cosup nº 73, de 11/11/2016. Aprova o Regimento do Conselho de Administração e Desenvolvimento Institucional.

4.3 ÓRGÃOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Os órgãos de apoio às atividades acadêmicas são: Colegiados de Cursos; Núcleo Docente Estruturante (NDE); Conselho Pedagógico; e Comissão de Ética na Utilização de Animais (Ceua), abordados neste subcapítulo.

4.3.1 Colegiados de Cursos

Os Colegiados de Cursos são instâncias de caráter consultivo subordinadas às Diretorias de Ensino dos *campi*. Para cada curso ofertado no *campus*, seja técnico ou de graduação, deve ser instituído um colegiado.

Dentre as suas principais atribuições estão: propor a expansão, modificação e extinção dos cursos; avaliar as atualizações dos Projetos Pedagógicos de Cursos; propor redução ou ampliação da oferta de vagas; analisar e aprovar os planos de ensino das unidades curriculares; apresentar propostas de atividades extracurriculares; e avaliar a produção acadêmica docente.

Os colegiados dos cursos técnicos são formados pelo coordenador do curso/eixo, que atua como presidente; três professores em efetivo exercício, que ministrem aulas no curso; e um representante dos estudantes.

Os colegiados dos cursos de graduação são compostos pelo coordenador do curso, como presidente; cinco professores em efetivo exercício; um representante dos estudantes; e um técnico-administrativo que atue no curso.

4.3.2 Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante é responsável por atuar no processo de concepção, implantação, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico de Curso (PPC). No IFMS, cada curso técnico e de graduação deve possuir um NDE.

De acordo com o Regulamento do NDE dos cursos técnicos²⁵, o Núcleo deve ser composto por cinco docentes efetivos, sendo quatro titulares e um suplente, e a presidência deve ser exercida pelo coordenador de curso/eixo. Exige-se, ainda, que pelo menos 50% dos docentes sejam da área específica do curso, e os demais do núcleo comum.

No caso da graduação, o Regulamento²⁶ dispõe que os Núcleos devem ser constituídos por cinco docentes que ministrem aulas no curso e um suplente, sendo que a presidência é exercida pelo coordenador. Exige-se, ainda, que pelo menos 60% dos professores tenham titulação acadêmica com pós-graduação *stricto sensu*.

4.3.3 Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é uma instância colegiada para discussão e revisão da prática educativa, que deve ser instituído para cada turma dos cursos ofertados pela instituição.

²⁵ Resolução Cosup nº 56, de 22/12/2014. Aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos Técnicos.

²⁶ Resolução Cosup nº 43, de 15/9/2015. Aprova o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação.

De acordo com o seu Regulamento²⁷, o Conselho tem como finalidades analisar as condições da turma para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem; analisar dados referentes à relação professor-estudante e estudante-estudante; e sugerir medidas pedagógicas a serem adotadas, visando superar as dificuldades detectadas.

O Conselho é composto por todos os docentes que ministram aulas na respectiva turma, o coordenador do curso/eixo e um representante do Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional (Nuged), cujos presidente e secretário são eleitos.

4.3.4 Comissão de Ética na Utilização de Animais

A Comissão de Ética na Utilização de Animais é um órgão colegiado que atua de forma consultiva, deliberativa e educativa nas questões que envolvem o uso de animais em atividades de ensino, pesquisa e extensão, em observância às normas éticas e às legislações nacionais²⁸ e internacionais.

De acordo com o Regimento²⁹, entre as suas principais competências estão examinar e cadastrar os protocolos experimentais ou pedagógicos; supervisionar e sugerir melhorias nas instalações de pesquisa, laboratórios e locais destinados à criação/alojamento dos animais cadastrados, bem como receber denúncias de maus-tratos.

A Comissão é formada por cinco membros titulares e o mesmo número de suplentes, devendo obrigatoriamente compor o colegiado médicos veterinários e biólogos, docentes e pesquisadores que utilizam animais no ensino ou pesquisa científica, e um representante de sociedade protetora de animais no país.

²⁷ Resolução Cosup nº 23, de 3/4/2017. Aprova o Regulamento do Conselho Pedagógico do IFMS.

²⁸ Lei nº 11.794, de 8/10/2008. Cria o Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (Concea).

²⁹ Resolução Cosup nº 67, de 3/11/2016. Aprova o Regimento Interno da Comissão de Ética no Uso de Animais.

5 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) apresenta a proposta pedagógica do IFMS, que contempla os princípios teórico-metodológicos norteadores das práticas acadêmicas, a organização didático-pedagógica, as ações para atendimento das diretrizes pedagógicas, políticas institucionais e, ainda, aspectos relacionados à responsabilidade social.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão apresenta-se como critério articulador dessa proposta, perpassando toda a oferta de educação profissional oportunizada à comunidade sul-mato-grossense. Nesse viés, são conceitos fundamentais: o trabalho como princípio educativo, a pesquisa como princípio pedagógico e a interdisciplinaridade como método.

Assim, o ensino consistente, ancorado em bases científicas, possibilita a realização de pesquisas que, por meio da produção de saberes, podem redimensioná-lo. Essa produção, por sua vez, retroalimenta o ensino, viabiliza a incorporação de novos conhecimentos e a releitura dos já disponíveis. Da mesma forma, a extensão, ao socializar o conhecimento, proporciona o *feedback* para as atividades de ensino e de pesquisa.

No âmbito dos processos finalísticos institucionais, essa tríade relaciona-se ao atendimento das demandas sociais, principalmente quando a produção do conhecimento busca suprir uma necessidade da sociedade, observando os padrões regionais, nacionais e internacionais do avanço científico-tecnológico.

Ressalta-se, também, que o princípio da indissociabilidade está presente nas diretrizes que regulamentam as atividades docentes, cuja distribuição de horários engloba atividades de Ensino; Pesquisa; Extensão; além de Formação Continuada e de Gestão Institucional.

A produção do conhecimento, a interface com diversos setores e a formação do estudante constituem as bases de condução dos processos formativos, que têm o propósito de afastar a concepção estritamente teórica do ensino, garantir a inserção da instituição na sociedade e nortear os esforços da pesquisa para atender às demandas sociais.

Nessa perspectiva, as ações educacionais do IFMS contemplam os fundamentos, princípios científicos e linguagens das diversas tecnologias que caracterizam o processo de trabalho contemporâneo, considerados em sua historicidade. Sustentam-se, ainda, nos princípios do respeito às diferenças de qualquer natureza; da humanização, formando cidadãos capazes de atuar e modificar a sociedade; da inclusão, considerando a pluralidade da sociedade humana; do respeito à natureza e busca do equilíbrio ambiental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável; e da gestão democrática, com participação da comunidade acadêmica nas decisões, garantindo representatividade, unidade e autonomia.

As principais diretrizes, políticas, programas e ações institucionais estão relacionados no Quadro 3.

Quadro 3 – Principais diretrizes, políticas, programas e ações institucionais

<p>Diretrizes para Gestão das Atividades Docentes de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional</p> <p>Resolução nº 14, de 23 de maio de 2018, alterada pela Resolução nº 36, de 15 de agosto de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> regulamenta a distribuição de horários dos docentes em atividades de ensino; de pesquisa; de extensão; de formação continuada e de gestão institucional; especifica cada uma das atividades docentes; institui o Plano Individual de Trabalho (PIT) e o Relatório das Atividades Desenvolvidas (RAD).
<p>Diretrizes para Abertura, Alteração e Extinção dos Cursos Técnicos</p> <p>Resolução nº 25, de 15 de abril de 2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> estabelece os procedimentos a serem adotados para autorização de abertura, alteração e extinção de cursos técnicos do IFMS; estabelece modelos de requerimento, formulário de análise e do Projeto Pedagógico de Curso.
<p>Diretrizes para Criação, Alteração e Extinção dos Cursos de Graduação</p> <p>Resolução nº 41, de 3 de setembro de 2015</p>	<ul style="list-style-type: none"> normatiza a criação, alteração e extinção de cursos de graduação no IFMS; define procedimentos para tramitação dos processos; estabelece o modelo do Projeto Pedagógico de Curso.
<p>Diretrizes para Abertura, Alteração e Suspensão de Cursos de Formação Inicial Continuada</p> <p>Resolução nº 34, de 14 de agosto de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> estabelece os procedimentos a serem adotados para abertura, alteração e suspensão de Cursos de Formação Inicial e Continuada e oferta de vagas, presenciais e a distância; estabelece o modelo do Plano de Oferta e do Projeto Pedagógico de Curso.
<p>Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (Piepi)</p> <p>Resolução nº 11, de 16 de abril de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> possibilita a concessão de bolsa e/ou auxílio financeiro aos servidores do IFMS e colaboradores externos para o desenvolvimento de atividades de ensino, extensão, pesquisa e inovação.
<p>Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes</p> <p>Resolução nº 28, de 3 de maio de 2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> apresenta os objetivos e as etapas do planejamento: diagnóstico (quantitativo e qualitativo) e consolidação do plano estratégico.
<p>Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS (Pitec)</p> <p>Resolução nº 1, de 27 de fevereiro de 2014, alterada pela Resolução nº 5, de 16 de fevereiro de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> possibilita aos estudantes dos cursos de nível médio e superior o desenvolvimento de competências e habilidades nas atividades de pesquisa científica e tecnológica; incentiva a participação dos estudantes em projetos de pesquisa, individuais ou em grupo, desenvolvidos por servidores-pesquisadores do IFMS; concede bolsas e auxílios aos estudantes de nível médio e superior, sendo as bolsas de iniciação científica conforme as categorias do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
<p>Política de Inovação do IFMS</p> <p>Resolução nº 54, de 7 de julho de 2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> dispõe sobre os direitos de propriedade industrial resultantes da produção intelectual do IFMS; regula ações de parcerias que possam gerar produtos ou processos tecnológicos inovadores.
<p>Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão (Pibaex)</p> <p>Resolução nº 25, de 7 de outubro de 2014.</p>	<ul style="list-style-type: none"> apoia as atividades de extensão por meio da concessão de bolsas e auxílios a estudantes do IFMS; define as modalidades e os critérios de concessão.
<p>Política de Assistência Estudantil</p> <p>Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> apresenta os objetivos e os fundamentos da política; organiza a política em dimensão socioeconômica e dimensão do ensino, pesquisa e extensão; trata da gestão dos recursos financeiros.

Quadro 3 – Principais diretrizes, políticas, programas e ações institucionais

<p>Programa de Assistência Estudantil</p> <p>Resolução nº 2, de 29 de janeiro de 2018</p>	<ul style="list-style-type: none"> • apresenta os objetivos e o público-alvo do programa; • define os tipos de auxílio (permanência, transporte, alimentação, moradia, indígena e quilombola, eventual); • estabelece os requisitos para solicitação do auxílio; • aborda a análise, suspensão e cancelamento do auxílio; • trata da gestão e da avaliação do programa.
<p>Programa de Monitoria</p> <p>Resolução nº 7, de 13 de março de 2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • regula a monitoria como atividade optativa nos cursos técnicos e de graduação, que pode ser realizada mediante concessão de auxílio ou de forma voluntária; • trata das atribuições e deveres do monitor, do professor orientador e do coordenador de curso ou eixo; • estabelece as regras do número de vagas de monitoria com auxílios; • define os requisitos para seleção de monitores, bem como a orientação e o controle das atividades.
<p>Programa de Iniciação à Docência</p> <p>Resolução nº 52, de 7 de julho de 2017</p>	<ul style="list-style-type: none"> • trata do projeto de iniciação à docência, da concessão de auxílio e do Seminário de Iniciação Científica; • incentiva o aperfeiçoamento da formação docente dos estudantes de licenciatura; • aborda as exigências para participação no programa.
<p>Programa de Empreendedorismo Inovador (Pemin)</p> <p>Resolução nº 97, de 16 de dezembro de 2016</p>	<ul style="list-style-type: none"> • fomenta os ambientes de inovação nos <i>campi</i> do IFMS, por meio do apoio ao desenvolvimento de ideias e empreendimentos inovadores; • auxilia a criação e desenvolvimento de novos negócios, tendo seu produto protegido e podendo transferir os resultados para a sociedade; • viabiliza apoio por meio de auxílio aos projetos de incubação; • zela pela proteção intelectual e transferência de tecnologia resultantes de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.
<p>Certificação do Ensino Médio e Declaração Parcial de Proficiência</p>	<ul style="list-style-type: none"> • emite Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou Declaração Parcial de Proficiência a pessoas com mais de 18 anos que não concluíram o ensino médio, com base no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) ou no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Fontes: Proen 22/8/2018; Proex 29/8/2018 e Propi 29/8/2018

5.1 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para fazer a abordagem dos princípios filosóficos e teórico-metodológicos, é preciso compreender a educação como uma prática sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, que tem como objetivo formar cidadãos tecnicamente competentes, humanizados, éticos, críticos e protagonistas no nascimento de uma nova sociedade.

Desse modo, os processos pedagógicos desenvolvidos na instituição precisam promover a formação integral dos estudantes e, por esta razão, devem estar fundamentados em concepções básicas. A Figura 9 representa os princípios filosóficos e teórico-metodológicos do IFMS.

Figura 9 - Princípios filosóficos e teórico-metodológicos



* Prática sócio-política realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais.

A primeira concepção relaciona-se à ideia do trabalho como princípio educativo, alinhando a visão de homem, sociedade e educação. Nessa perspectiva, o trabalho é um processo consciente pelo qual a sociedade se constitui, os homens criam e recriam a si próprios e suas relações sociais.

Na educação profissional, científica e tecnológica, assumir o trabalho como princípio educativo significa integrá-lo à ciência, à tecnologia e à cultura, que formam a base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular dos cursos, em seus diversos níveis.

Como segunda concepção, na promoção da formação integral ressalta-se a indissociabilidade entre educação e prática social, que considera a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos; e a ênfase na relação entre teoria e prática nos processos de ensino e aprendizagem e de avaliação, garantindo ao estudante sua participação ativa no processo de construção da aprendizagem.

A educação profissional, científica e tecnológica, ancorada na tríade ensino, pesquisa e extensão, fortalece o trabalho pedagógico executado em todas as ações do IFMS.

A terceira concepção apoia-se na assunção da pesquisa como princípio pedagógico, que trabalha a relação e a articulação dos saberes para a produção de conhecimento e para a intervenção social, com vistas a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional³⁰.

5.2 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização didático-pedagógica compreende um conjunto de elementos sobre os quais são elaborados os Projetos Pedagógicos de Cursos, nos diferentes níveis e modalidades, segundo a legislação educacional vigente.

No IFMS, os Projetos Pedagógicos de Cursos estão alicerçados sobre a premissa de que a educação é um processo de humanização, no qual os tempos priorizam o protagonismo de educandos e educadores.

Dessa forma, todo curso ofertado pela instituição deve estar em consonância com o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica, que abrange a caracterização dos cursos, a forma e o regime de oferta, os critérios de composição das matrizes curriculares, os objetivos, as orientações metodológicas, a avaliação e a certificação.

O IFMS oferta cursos de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades³¹, segundo as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. Eles são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as especificidades da organização didático-pedagógica.

O rol de cursos oferecidos abrange:

- a) cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, conhecidos como cursos FIC, cuja intenção é conduzir o estudante à capacitação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à atualização profissional, em todos os níveis de escolaridade;
- b) cursos de educação profissional técnica de nível médio, entre eles os cursos técnicos integrados, oferecidos para os egressos do ensino fundamental. Dessa forma, são ofertados cursos para os estudantes em idade regular e os cursos integrados para o público da Educação de Jovens e Adultos. Ambos são oferecidos a partir de um PPC que prevê a articulação entre os conhecimentos das diferentes áreas, seja da formação técnica ou da formação básica;
- c) cursos de educação profissional técnica de nível médio subsequentes, oferecidos aos jovens e adultos egressos do ensino médio, em que se prioriza a formação técnica;

³⁰ Art. 6º, I, da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Relaciona a oferta de educação profissional e tecnológica às finalidades e características dos Institutos Federais.

³¹ Arts. 7º e 8º, da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Define os objetivos dos Institutos Federais e estabelece o percentual mínimo de vagas que devem ser oferecidas por modalidade de ensino.

- d) cursos de educação profissional e tecnológica de graduação, podendo ser superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas; e
- e) cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

Os cursos podem ser organizados em regime semestral, seriado ou modular, de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico de Curso. Cada semestre tem o mínimo de 100 dias letivos e carga horária de até 500 horas semestrais, atendendo ao PPC e ao calendário acadêmico.

A admissão para os cursos ocorre, majoritariamente, mediante processo seletivo, via editais públicos. Pode ser realizada por sorteio eletrônico, visando classificar os candidatos com inscrições efetivadas; Exame de Seleção, com aplicação de prova; e Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que usa as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O candidato também pode ser admitido com base na Nota do Enem, considerando-se os três últimos resultados; e por processos de transferência e de portador de diploma, ambos para ingresso no ensino superior.

Existem, ainda, vagas ofertadas mediante celebração de termo de cooperação, no qual a seleção dos estudantes é feita pela instituição parceira.

Cada processo seletivo reserva³², no mínimo, 50% das vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental ou ensino médio em escolas públicas. Deste percentual, 50% das vagas são redistribuídas para atender:

- a) estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*;
- b) candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas; e
- c) pessoas com deficiência.

A distribuição das vagas oferecidas para cada curso é feita entre os candidatos de ampla concorrência e os que optam por concorrer pela reserva de vagas para ação afirmativa (cotas), sendo que todo candidato concorre inicialmente pelo sistema de ingresso por ampla concorrência. Todos os processos seletivos são regidos por editais publicados na **Central de Seleção do IFMS**.

Atendidos os requisitos do processo seletivo, a matrícula é realizada por unidade curricular no período letivo, conforme PPC, em datas previstas no calendário acadêmico, respeitando o turno de opção do estudante, assim como as orientações de matrícula.

Os pedidos de ingresso por transferência externa (para estudantes oriundos de outras instituições) ou interna (mudança de curso ou *campus*) estão condicionados à existência de vagas e à análise da documentação apresentada pelo estudante, cujas normas estão previstas no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica.

³² Lei nº 12.711, de 29/8/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Ressalta-se que, no IFMS, o estudante tem a oportunidade de realizar a mobilidade acadêmica. É o processo pelo qual o discente desenvolve atividades de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural em outro *campus* ou em instituição de ensino, nacional ou internacional, distinta daquela com a qual mantém o vínculo acadêmico.

Com relação ao rendimento escolar, este deve levar em consideração a avaliação contínua, que privilegia os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do processo educativo sobre aqueles obtidos em eventuais provas finais.

A verificação do rendimento escolar é realizada por unidade curricular e deve ser resultante das múltiplas avaliações previamente estabelecidas no Plano de Ensino, variando de zero (0,00) a dez (10,00).

De acordo com o Regulamento, considera-se aprovado na unidade curricular o estudante que obtiver:

- a) frequência igual ou superior a 75% do número de aulas presenciais estabelecidas e/ou atividades programadas; e
- b) média final igual ou superior a sete (7,00), consideradas todas as avaliações previstas no Plano de Ensino, exceto os cursos de Formação Inicial e Continuada ofertados concomitantemente ao ensino fundamental, onde a média deve ser igual ou maior que seis (6,00).

A certificação comprova os resultados dos estudos ao final do ciclo de formação. Cumpridos todos os requisitos previstos no PPC, o estudante se habilita para recebimento do certificado ou diploma, sendo o IFMS uma instituição autorizada a emití-los, cujos procedimentos são definidos no Regulamento para Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas do IFMS³³.

Todas as orientações e regras referentes à organização didático-pedagógica estão contempladas em seu respectivo regulamento. Elas são atualizadas mediante a necessidade, seja por mudança do contexto social e educacional, por alteração na legislação ou quando necessário à melhoria dos processos, visando à permanência e ao êxito dos estudantes. Para que todos tenham acesso, o regulamento é disponibilizado nas bibliotecas e publicado no [site](#) institucional.

5.3 AÇÕES PARA ATENDIMENTO ÀS DIRETRIZES PEDAGÓGICAS

As ações para atendimento às diretrizes pedagógicas apresentam as inovações quanto à flexibilidade curricular, as oportunidades diferenciadas de integralização curricular, o estágio curricular supervisionado e a incorporação dos avanços tecnológicos, abordados neste subcapítulo.

5.3.1 Inovações quanto à Flexibilidade Curricular

Com o intuito de atender aos interesses e expectativas dos estudantes e às diretrizes nacionais, busca-se a flexibilização curricular na organização da oferta

³³ Resolução Cosup nº 37, de 24/8/2018. Aprova o Regulamento para Emissão, Registro e Expedição de Certificados e Diplomas do IFMS.

dos cursos, de modo que o discente tenha acesso a atividades complementares em sua formação.

As possibilidades de flexibilização e formas diversas de integração curricular incluem a participação em atividades complementares, eventos artístico-culturais, científico-tecnológicos ou esportivos, unidades curriculares optativas/eletivas, projetos de ensino e extensão, iniciação científica e atividades de prática profissional.

Tais atividades configuram-se em elementos expressivos para a formação integral almejada nos Projetos Pedagógicos de Cursos, independentemente do nível de escolaridade ou modalidade de oferta dos cursos.

O educando, tendo estimulado o desenvolvimento de sua autonomia, pode ampliar a visão sobre seu campo profissional e a formação geral, por meio da construção de um percurso que vai além do cumprimento da matriz curricular prevista inicialmente no Projeto Pedagógico de Curso. Dessa forma, no decorrer do processo formativo, o estudante pode matricular-se em unidade curricular para fins de complemento de carga horária ou com vistas ao enriquecimento de seu currículo.

A pesquisa pode ser impulsionada por meio de editais internos e externos de fomento; da realização de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica; e do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Quando previsto nos PPC, o TCC é desenvolvido em consonância com as oportunidades de iniciação científica, de atividades extensionistas e prática profissional integradora.

5.3.2 Oportunidades Diferenciadas de Integralização Curricular

A integralização do curso pretendido implica no cumprimento de unidades curriculares previstas na matriz curricular dos Projetos Pedagógicos de Cursos, incluindo atividades diversificadas ou complementares, disciplinas optativas ou eletivas, e reconhecimento de saberes e aproveitamento de estudos anteriores.

As atividades diversificadas e complementares são, por excelência, espaços nos quais estão previstas possibilidades de flexibilização e integração do currículo. Permitem a vivência de atividades em que se expressam os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam a formação integral, omnilateral.

A participação em atividades complementares, eventos artístico-culturais, científico-tecnológicos ou esportivos, unidades curriculares optativas/eletivas, projetos de ensino e extensão, iniciação científica e atividades de prática profissional são possibilidades de flexibilização e formas diversas de integração curricular.

As disciplinas optativas ou eletivas são oportunidades do estudante planejar seu itinerário formativo de acordo com os interesses pessoais, escolhendo dentre unidades ofertadas aquelas que melhor contribuem para o perfil profissional de atuação desejado.

Outras oportunidades diferenciadas de integralização estão relacionadas ao reconhecimento de saberes e aproveitamento de estudos anteriores, por meio

do Exame de Suficiência ou da convalidação, cujos critérios estão previstos no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica.

Como ação de valorização dos conhecimentos adquiridos por meios formais ou informais, podem ser indicados ao Exame de Suficiência os estudantes que demonstrarem elevado aproveitamento nos estudos, conforme período definido em calendário.

Já a convalidação consiste no aproveitamento de conteúdos de unidades curriculares nas quais o estudante tenha sido aprovado, cursadas em outro curso ou instituição, no mesmo nível de ensino. Assim, os estudantes matriculados em cursos de graduação do IFMS poderão requerê-la quando cursaram unidades curriculares em:

- a) outros cursos superiores do IFMS, não simultâneas e anteriores ao período no qual o estudante está matriculado;
- b) cursos superiores de outra instituição, anteriormente ao ingresso no curso do IFMS; e
- c) cursos superiores em outra instituição com a qual há acordo de mobilidade acadêmica.

Para os estudantes de cursos técnicos integrados, a convalidação de unidades curriculares específicas da área profissional poderá ser concedida àqueles que tenham concluído integral ou parcialmente cursos da educação profissional técnica de nível médio ou de qualificação profissional.

Na Educação de Jovens e Adultos, há a possibilidade de ser concedida a convalidação de qualquer unidade curricular do curso para o estudante que tenha concluído integral ou parcialmente cursos de ensino médio, de educação profissional ou não.

Caso o estudante necessite de um período maior para integralização do seu curso, há a possibilidade de que ele amplie o tempo de formação, observados os parâmetros dos regulamentos específicos.

5.3.3 Estágio Curricular Supervisionado

A finalidade do estágio é aproximar o estudante do cotidiano laboral e de situações reais, de forma a possibilitar vivências inerentes ao exercício ético e responsável da futura profissão e do aprendizado de competências próprias da atividade profissional.

No IFMS possui, ainda, os seguintes objetivos: facilitar a futura inserção do estudante no mundo do trabalho e promover a articulação entre este e a instituição; facilitar a adaptação social e psicológica a sua futura atividade profissional; e oportunizar o aprendizado de competências da atividade profissional e a contextualização curricular.

A prática de estágio curricular supervisionado no IFMS é fundamentada em lei; no Regulamento de Estágio dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Cursos Técnicos Subsequentes na Modalidade a Distância e Cursos

Superiores de Tecnologia, Licenciatura e Bacharelado do IFMS; e nos Projetos Pedagógicos de Cursos³⁴.

Para que o estudante possa realizar o estágio, é necessário atender aos seguintes critérios legais:

- a) matrícula regular e vigente no IFMS;
- b) idade superior a 16 anos;
- c) previsão da realização de estágio obrigatório ou não obrigatório no PPC do curso;
- d) existência de Convênio de Estágio entre o IFMS e a pessoa física ou jurídica concedente, ou intermediação por agente de integração, caso seja realizado em outra instituição;
- e) formalização de Termo de Compromisso de Estágio;
- f) relação direta entre as atividades desenvolvidas no estágio e o curso no qual está matriculado;
- g) acompanhamento por professor orientador e supervisor com formação ou experiência na área do curso; e
- h) entrega das documentações e relatórios no prazo previsto na legislação vigente, nos quais devem ser expostas também as práticas inovadoras exitosas desenvolvidas.

O gerenciamento das atividades de estágio ocorre por meio do Sistema de Estágios do IFMS, que otimiza o controle e a organização dos dados referentes à realização do estágio pelos estudantes, bem como a emissão de documentos relativos a essa atividade.

5.3.3.1 Estágio obrigatório

O estágio obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico de Curso, cuja carga horária mínima é requisito para aprovação e obtenção de diploma. O PPC determina, também, a partir de qual semestre o estudante pode realizá-lo.

O IFMS permite a realização do estágio obrigatório de seus estudantes na própria instituição. A seleção é feita por edital e contempla os discentes dos cursos técnicos integrados, subsequentes e superiores, nas modalidades presencial e a distância, conforme demanda institucional dos setores.

Caso o estágio seja realizado em outra instituição, a interlocução do IFMS com a concedente se dá por meio da formalização de Convênio de Estágio, instrumento que estabelece as responsabilidades das duas instituições na execução das atividades pelo estudante.

A partir da análise dos relatórios apresentados pelos estagiários e da avaliação do supervisor, pode-se delinear estratégias para a interlocução e sintonia entre ensino e mundo do trabalho, assim como para a geração de insumos necessários à atualização das práticas do estágio na instituição.

³⁴ Resolução Cosup nº 28, de 9/5/2017. Aprova o Regulamento de Estágio dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Cursos Técnicos Subsequentes na Modalidade a Distância e dos Cursos Superiores de Tecnologia e Bacharelado do IFMS.

É possível, ainda, que o estudante dos cursos técnicos e de graduação (exceto licenciatura) solicite a convalidação das atividades profissionais já exercidas, desde que este exerça atividade profissional correlata ao seu curso na condição de empregado, empresário, servidor público ou autônomo.

Nesse mesmo sentido, pode-se admitir a equiparação de atividades de extensão, monitoria, pesquisa ou iniciação científica e tecnológica como estágio obrigatório, desde que haja a respectiva previsão no PPC.

5.3.3.2 Estágio obrigatório na licenciatura

O estágio curricular supervisionado da licenciatura está previsto no Projeto Pedagógico de Curso, cujo objetivo é colocar o licenciando em contato com a situação real do ambiente escolar, desde a etapa de planejamento e preparação até a regência de aulas, vivenciando o contexto em que se constrói a aprendizagem.

No IFMS, o estágio obrigatório dos estudantes dos cursos de licenciatura ocorre por meio de parcerias com instituições públicas e privadas que ofertam a educação básica nos ensinos fundamental e médio. Os convênios são firmados com a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), prefeituras municipais e escolas particulares.

O acompanhamento do estágio curricular supervisionado dos cursos de licenciatura é feito pelo professor orientador e mediante entrega periódica dos relatórios, nos quais devem ser expostas também as participações em conselhos de classe e/ou reuniões de professores, bem como as práticas inovadoras exitosas desenvolvidas pelo estudante na escola campo de estágio.

5.3.3.3 Estágio não obrigatório

O estágio não obrigatório é compreendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes que possuam vínculo com o IFMS. Diferencia-se do obrigatório por ser desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária do curso.

O acompanhamento dos estágios não obrigatórios é feito por meio dos mesmos instrumentos utilizados para o obrigatório, de forma que a geração de elementos que atualizem o desenvolvimento e a gestão do estágio na instituição são obtidos com base nos relatórios apresentados e avaliações realizadas.

A unidade concedente de estágio não obrigatório deve oferecer ao estagiário o pagamento de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada entre as partes, bem como auxílio-transporte, não podendo haver estágio não obrigatório sem remuneração.

A implementação do estágio não obrigatório remunerado dentro das unidades do IFMS, tanto para seus estudantes, quanto para os de outras instituições de ensino, ocorrerá por meio de editais.

5.3.4 Incorporação de Avanços Tecnológicos

A incorporação dos avanços tecnológicos à atividade educacional é uma das formas para incrementar o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que o

atual perfil do estudante está cada vez mais imerso na realidade tecnológica. Nesse contexto, nos Projetos Pedagógicos de Cursos pode ser prevista a oferta de atividades não presenciais, nos limites estabelecidos pela legislação.

Para as atividades pedagógicas, os professores dispõem de recursos audiovisuais, como projetores, telas de projeção, caixas de som, microfones, televisões, aparelhos de rádio, máquinas fotográficas, gravadores e *notebooks*.

Os docentes também podem utilizar o Moodle, ambiente virtual de aprendizagem, no desenvolvimento de atividades não presenciais. A plataforma possibilita aos estudantes o acesso às ferramentas necessárias para a realização das atividades propostas.

Por meio de contratos de licenciamento de *software*, o IFMS mantém os equipamentos atualizados tecnologicamente, de modo a ofertar suporte tecnológico para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Professores e estudantes podem, ainda, utilizar os laboratórios de informática instalados nos diversos *campi*, com computadores conectados à internet. Além disso, o IFMS possui equipamentos de videoconferência, e *webconferência* e os estudantes possuem *e-mail* do IFMS, que possibilitam a maior comunicação por meio do acesso às ferramentas para comunicação.

A fim de atualizar as ações pedagógicas no IFMS, pretende-se:

- a) garantir a previsão de incorporação dos avanços tecnológicos nos Projetos de Pedagógicos de Curso;
- b) estimular a atualização de conhecimentos por parte dos docentes e demais servidores que desempenham atividades relacionadas ao ensino;
- c) inserir a temática sobre metodologias ativas e a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no programa de formação continuada de servidores;
- d) estimular o uso de metodologias ativas de aprendizagem;
- e) fomentar a utilização de espaços e laboratórios; e
- f) ampliar o uso de tecnologias educacionais a distância.

5.4 POLÍTICA DE ENSINO

A política de ensino tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de ensino no âmbito do IFMS, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais. As grandes áreas de atuação do ensino estão organizadas em Educação Básica, Educação Superior, Qualificação Profissional e Educação a Distância.

Os processos formativos conduzidos pelo IFMS têm seus tempos otimizados primando pela integração dos diferentes campos do conhecimento. Nessa perspectiva, compreende-se que o processo de ensino e aprendizagem acontece de forma dinâmica, pois ambos são relacionados, concretizando na imbricação entre ensino, pesquisa e extensão, na qual se oportuniza aos estudantes a construção de novos saberes para compreender e transformar a realidade.

Visando à formação científica e tecnológica de homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, tendo em vista a formação integral para o mundo do trabalho,

os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos nos cursos de educação profissional e tecnológica do IFMS empregam metodologias pautadas na perspectiva da práxis.

A diversidade das condições de aprendizagem é um fato que não pode ser ignorado. Desse modo, levar em conta o contexto do estudante significa favorecer a transformação da realidade, com a promoção da igualdade de condições de acesso ao conhecimento e satisfação das necessidades do ser humano.

O ensino no IFMS deve zelar pela identidade da educação profissional, científica e tecnológica, a fim de que os programas, planos, projetos e ações coadunem para o atendimento do público prioritário, bem como para a garantia da gestão pedagógica de forma democrática, colaborativa, solidária, transparente, participativa e que favoreçam o acesso, a permanência e o êxito.

As atividades da educação básica e da graduação são planejadas, fomentadas e acompanhadas pela Pró-Reitoria de Ensino, enquanto as atividades da pós-graduação cabem à Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Nos *campi*, o desenvolvimento das atividades compete às diretorias de ensino e coordenações relacionadas.

Todas as atividades referentes ao ensino, especialmente os Projetos Pedagógicos de Cursos, são analisadas por órgãos colegiados. Para isso, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, de Colegiados de Cursos e de Núcleos Docentes Estruturantes, abordados, respectivamente, nos Seções 4.2.3, 4.3.1 e 4.3.2.

Os cursos do IFMS observam os itinerários de profissionalização expressos nos catálogos nacionais de cursos e nas diretrizes curriculares nacionais para os cursos de qualificação profissional, educação básica e superior.

No Projeto Pedagógico de Curso são observadas as bases científicas, tecnológicas e de gestão, por meio da garantia de conteúdos que compõem a formação técnica e científica de cada uma das áreas, previstos na matriz curricular dos cursos, organizada por conteúdos estruturantes, permitindo a possibilidade de integração horizontal e vertical entre as diferentes áreas do conhecimento.

Os currículos são organizados de maneira a articular elementos da formação específica e geral, além de propiciar a integração de saberes teóricos e práticos, visando à preparação para a atuação cidadã no mundo do trabalho, por meio do desenvolvimento do espírito científico, crítico e inovador.

Visando garantir a formação defendida pelo IFMS, os procedimentos para abertura de novos cursos técnicos, de graduação ou de qualificação profissional são norteados pelas diretrizes institucionais, que levam em consideração não só as demandas locais e os arranjos produtivos, mas também as condições da instituição para a oferta. Nessa fase, é fundamental o diálogo com a comunidade acadêmica e a sociedade civil.

A viabilidade da oferta de um novo curso deve analisar, criteriosamente, a disponibilidade ou a previsão de professores e técnicos-administrativos para atender ao curso; a infraestrutura física e tecnológica; os equipamentos

necessários e, principalmente, a previsão orçamentária para atendimento das demandas do novo curso.

Quanto ao desenvolvimento das atividades de Educação a Distância (EaD), a instituição conta com o Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância e uma Coordenação de Educação a Distância em cada *campus*, responsável por acompanhar os cursos EaD ofertados no *campus* ou nos polos de sua área de abrangência. Para os cursos ofertados na modalidade EaD, pode ser utilizado o quadro de servidores da própria instituição ou contar com a contratação de pessoal por meio de fomento externo.

5.4.1 Educação Básica

A educação básica no IFMS abrange os cursos técnicos de nível médio, nas formas articulada (integrada ao ensino médio ou concomitante) e subsequente, inclusive na Educação de Jovens e Adultos.

A instituição deve garantir o mínimo de 50% de suas vagas em cursos técnicos de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos.

A possibilidade de oferta está subdividida em 13 eixos tecnológicos, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) do MEC, que disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio no país.

As diretrizes institucionais dispõem que o Projeto Pedagógico de Curso é elaborado por uma comissão ou Núcleo Docente Estruturante, cujo trabalho é acompanhado pelo Colegiado de Curso.

5.4.2 Educação Superior

A educação superior no IFMS abrange os cursos de graduação, organizados em superior de tecnologia, bacharelado, engenharia e licenciatura, e os cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Embora a possibilidade de oferta seja ampla, a instituição deve orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Os cursos superiores de tecnologia atendem às demandas específicas do mercado de trabalho, cuja oferta está disciplinada no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, agrupada em 13 eixos tecnológicos.

Os cursos de bacharelado e engenharia visam à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento. Com relação à licenciatura, a instituição deve garantir o mínimo de 20% de suas vagas, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

De acordo com as diretrizes institucionais, os Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação são elaborados coletivamente, com base na Lei de Diretrizes e Bases

da Educação³⁵ (LDB), nos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) e demais legislações, cujo processo conta com a participação do Núcleo Docente Estruturante até a aprovação pelo Conselho Superior.

No que se refere à pós-graduação, existe a possibilidade de oferta de curso *lato sensu*, conhecido como especialização, e *stricto sensu*, que se refere ao mestrado e doutorado.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* têm como principal objetivo proporcionar ao estudante o desenvolvimento e o aprofundamento do conhecimento científico e tecnológico, para a atuação profissional de excelência no exercício das funções correspondentes a sua área de formação.

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* fundamenta-se na verticalização dos cursos ofertados no ensino médio e graduação, ou em demandas regionais identificadas, desde que atendidas as condições necessárias de infraestrutura e qualificação profissional docente.

As ações acadêmico-administrativas decorrentes da pós-graduação *lato sensu* devem observar:

- a) criação e fortalecimento de grupos de pesquisa no âmbito institucional, com fins de criação de cursos de excelência profissional;
- b) promoção da formação científica e profissional para o desenvolvimento regional e nacional;
- c) articulação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão;
- d) promoção de ações interdisciplinares e transdisciplinares para o fortalecimento institucional;
- e) produção e divulgação do conhecimento científico no âmbito regional, nacional e internacional; e
- f) articulação de parcerias com entidades públicas e/ou privadas para o atendimento de demandas com a finalidade de alavancar o desenvolvimento local e regional.

Quanto aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a oferta pode ser acadêmica ou profissional, nas modalidades presencial ou a distância, cujos objetivos são qualificar, especializar e aperfeiçoar profissionais nas áreas de tecnologias e de interesse para o desenvolvimento regional. Os programas oferecidos no IFMS devem estar em consonância com as normas do Conselho Nacional de Educação e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Dessa forma, as ações acadêmico-administrativas decorrentes da pós-graduação *stricto sensu* no IFMS devem observar:

- a) formação de pessoal qualificado com aptidão para o exercício de atividades profissionais de ensino, pesquisa e extensão;
- b) ensino voltado a complementar e aprofundar conhecimento em determinada área de estudo para os profissionais da região;
- c) formação de recursos humanos que atendam às exigências de qualificação e expansão do mercado de trabalho;

³⁵ Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- d) intensificação de ações que visem à integração entre ensino médio, graduação e a pós-graduação;
- e) parcerias com entidades públicas e/ou privadas para o atendimento de demandas locais, nacionais e internacionais; e
- f) implementação de ações que contribuam com os pesquisadores na captação de recursos por meio de editais externos.

5.4.3 Qualificação Profissional

A qualificação profissional, ou Formação Inicial Continuada (FIC), conduz o estudante à capacitação, ao aperfeiçoamento, à especialização e à atualização profissional, em todos os níveis de escolaridade, integrados ou não a projetos e programas destinados à formação de jovens e adultos.

Com carga horária mínima de 160 horas e oferta mais flexível, a instituição consegue atender às demandas locais, uma vez que a abertura de um novo curso FIC no IFMS pode ser demandada por instituição pública ou privada, solicitada por servidor ou grupo de servidores ou requerida por qualquer cidadão, desde que haja infraestrutura e quadro de pessoal disponível.

As diretrizes institucionais estabelecem os procedimentos a serem adotados para abertura, alteração e suspensão de cursos de Formação Inicial e Continuada e oferta de vagas, nas modalidades presencial e a distância.

A qualificação profissional também poderá ser ofertada de forma articulada com a Educação de Jovens e Adultos de nível fundamental, em parceria com outros sistemas de ensino, mediante acordo de cooperação, cabendo ao IFMS a oferta da formação profissional e ao parceiro, a formação básica.

5.4.4 Educação a Distância

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação, cuja concepção pedagógica, conteúdo, metodologia e avaliação são os mesmos adotados na modalidade presencial.

Assim, todo curso ofertado no IFMS, seja de qualificação profissional, educação básica, graduação ou pós-graduação, pode ser oferecido na modalidade a distância. A oferta também pode ocorrer por meio de outros programas e projetos de governo, como a Rede e-Tec Brasil ou a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A natureza dos cursos e as reais necessidades do público-alvo irão definir as melhores estratégias, tecnologias e metodologias a serem utilizadas. Por isso, alguns precisam ser planejados de modo a promover não só a interação entre professor/tutor e estudantes, mas também encontros presenciais. Outros, dependendo da carga horária e conteúdo, podem ser ofertados sem tutoria, nos quais o estudante gerencia seus horários de estudo e realiza as atividades e avaliações *online*.

O ambiente virtual de ensino e aprendizagem, que utiliza a plataforma Moodle, permite a integração dos conteúdos em diversas mídias, a formação de grupos de estudo, a produção colaborativa e a comunicação entre professor e estudantes,

por meio de mensagens entre o grupo, fórum de discussão e bate-papo (*chat*). Além disso, os professores podem utilizar videoaulas, *webconferências*, materiais impressos, bem como os recursos existentes nos polos de EaD e no IFMS.

As atividades de aprendizagem e os materiais didáticos devem apresentar o conhecimento de acordo com o contexto, evitando simplificar o domínio do conteúdo, enfatizando a construção do conhecimento e não somente a transmissão de informações. Durante o curso, o rendimento do estudante prioriza a avaliação contínua da aprendizagem.

Para o planejamento, implementação e gestão de cursos, conta-se com uma equipe multidisciplinar e multiprofissional, que engloba o corpo docente e o pessoal técnico-administrativo. O corpo docente é composto por professor formador/autor; mediador/tutor; e coordenadores (de tutoria/de professor mediador; de polo; e de curso), cujas funções estão relacionadas ao conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica.

A equipe técnico-administrativa é formada por profissionais de diferentes áreas, responsáveis pela concepção, produção, disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a Educação a Distância, que engloba a produção e a disponibilização de materiais didáticos.

Devido às especificidades dessa modalidade, é fomentada a capacitação e formação continuada para os profissionais que atuam em EaD. Para isso, são ofertados cursos de qualificação, mas há também a possibilidade de participação em cursos e eventos externos.

5.5 POLÍTICA DE PESQUISA

A política de pesquisa tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar a realização das atividades de pesquisa no âmbito do IFMS, com fundamento nos objetivos definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais³⁶. A atuação da pesquisa na instituição engloba a Iniciação Científica e Tecnológica; a Inovação; o Empreendedorismo e a difusão da produção científica, que serão abordados neste subcapítulo.

As pesquisas científicas são subdivididas em básica e aplicada. A primeira gera conhecimentos úteis para o avanço da ciência e tecnologia. Por outro lado, a principal característica da pesquisa aplicada é a geração de um produto ou processo de interesse mercadológico, que estimula o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.

O IFMS fomenta a pesquisa como princípio pedagógico, sendo um dos pilares da atividade acadêmica em todos os níveis e modalidades. Nesse sentido, tem-se como um dos principais objetivos a formação de recursos humanos voltados à investigação, à produção, ao empreendedorismo e à difusão de conhecimentos, buscando o desenvolvimento científico no âmbito local, nacional e até mesmo internacional.

³⁶ Arts. 6º e 7º da Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Definem as finalidades, características e objetivos dos Institutos Federais.

Para alcançar esses objetivos, foram instituídos o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (Piepi)³⁷ e o Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS (Pitec)³⁸, que permitem a concessão de bolsas e auxílios financeiros para servidores e estudantes, respectivamente.

Outra iniciativa está relacionada ao desenvolvimento de novos negócios pelo Programa de Empreendedorismo Inovador (Pemin)³⁹, que fomenta os ambientes de inovação e viabiliza o apoio a ideias inovadoras por meio da concessão de auxílio aos projetos de incubação.

A fim de assegurar a continuidade e a ampliação das atividades, o IFMS acompanha a publicação de editais de fomento de outras instituições, estimulando parcerias externas por meio da captação de recursos na execução de projetos. Com isso, pretende-se elevar as possibilidades de atuação dos estudantes e servidores.

Todas as atividades são estimuladas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação⁴⁰ e desenvolvidas em articulação com os *campi*. No que se refere às instâncias colegiadas na área, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão⁴¹, abordado na Seção 4.2.3, e da Comissão de Ética no Uso de Animais, abordada na Seção 4.3.4. Planeja-se criar o Conselho Editorial e adotar o Comitê de Ética em Pesquisa.

5.5.1 Iniciação Científica e Tecnológica

A Iniciação Científica e Tecnológica tem por objetivo desenvolver o pensamento científico dos estudantes e incentivar a formação de novos pesquisadores. No IFMS, o estudante tem a possibilidade de realizá-la mediante a concessão de bolsas, por meio do Pitec, bolsas oriundas de outras instituições de fomento ou voluntariamente.

As bolsas de iniciação científica concedidas seguem a categorização definida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a saber: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ensino Médio (Pibic-EM); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ações Afirmativas (Pibic-AF); e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (Pibiti).

5.5.2 Inovação Científica e Tecnológica

³⁷ Resolução Cosup nº 11, de 16/4/2018. Aprova o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação.

³⁸ Resolução Cosup nº 5, de 16/2/2018. Altera o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica do IFMS.

³⁹ Resolução Cosup nº 97, de 16/12/2016. Aprova o Programa Empreendedorismo Inovador do IFMS.

⁴⁰ Arts. 101 e 103 do Regimento Geral do IFMS. Definem as responsabilidades e competências da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

⁴¹ Resolução Cosup nº 30, de 3/8/2018. Atualiza o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A inovação refere-se à introdução ou aperfeiçoamento de novos produtos, serviços ou processos. Nesse sentido, a Política de Inovação do IFMS⁴² estabelece os mecanismos de proteção, gestão, titularidade e transferência dos direitos sobre a propriedade intelectual produzida no IFMS. São passíveis de proteção os inventos, modelos de utilidades, desenhos industriais, marcas, programas de computador, direito autoral e topografia de circuito integrado, conforme legislação vigente.

A proteção da propriedade industrial é realizada junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI); já os direitos autorais são protegidos junto à Biblioteca Nacional, ou seja, dependendo do tipo de proteção que se almeja deve-se procurar o órgão competente.

A gestão da política de inovação é de responsabilidade do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFMS (NIT)⁴³, em atendimento à Lei de Inovação⁴⁴. O NIT realiza ações relacionadas à proteção da propriedade intelectual e à transferência de tecnologias, sendo esta a negociação de pesquisas da instituição com setores interessados. Para isso, dispõe de coordenação, agentes multiplicadores de inovação nos *campi* e Conselho Técnico Consultivo.

Outro ambiente propício para geração de novas ideias são os Espaços de Inovação, denominados de IF Makers, implantados nos dez *campi* da instituição. Estes laboratórios de prototipagem possibilitam a utilização de equipamentos e oferecem orientação técnica para o desenvolvimento de projetos. Os espaços são abertos à comunidade, especialmente durante os eventos *Open Lab*, realizados em todos os *campi*.

As ações de inovação englobam, ainda, a realização de palestras e capacitações sobre propriedade intelectual, transferência de tecnologia, prospecção tecnológica, empreendedorismo, bem como possibilita a interação com o setor produtivo.

5.5.3 Empreendedorismo Inovador

O empreendedorismo é uma iniciativa que auxilia na criação, modificação e desenvolvimento de novos negócios.

A fim de fomentar tais práticas, foi institucionalizado o Programa de Empreendedorismo Inovador (Pemin)⁴⁵, que apoia o desenvolvimento de ideias e empreendimentos.

O IFMS dispõe da Incubadora Mista e Social de Empresas, denominada TecnoIF, que possui unidades descentralizadas nos *campi*.

⁴² Resolução Cosup nº 54, de 7/7/2017. Aprova a Política de Inovação do IFMS.

⁴³ Resolução Cosup nº 55, de 17/7/2017. Aprova a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFMS.

⁴⁴ Lei nº 10.973, de 2/12/2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.

⁴⁵ Resolução Cosup nº 97, de 16/12/2016. Aprova o Programa de Empreendedorismo Inovador do IFMS.

A incubadora poderá oferecer estrutura física e equipe técnica para a instalação de novos empreendimentos, sejam tradicionais, tecnológicos ou de impacto social.

A submissão e seleção de propostas para ingresso no sistema de incubação da TecnolF são feitas e reguladas por editais, em consonância com o Regimento Interno da Incubadora⁴⁶ e com o Pemin; e, excepcionalmente, pode-se ter o ingresso por meio de convite especial. Ao ser selecionado, o empreendedor receberá capacitação e orientação para o desenvolvimento do seu projeto.

5.5.4 Estímulo e Difusão da Produção Científica

As ações de estímulo e difusão da produção acadêmica consistem em criação e manutenção de grupos de pesquisa, participação de servidores e estudantes em eventos externos, realização de eventos científicos e divulgação científica.

A interação de servidores e estudantes no desenvolvimento de ações conjuntas resultou, até o momento, na formação de 13 grupos de pesquisa⁴⁷ em áreas como, Agronomia, Educação, Engenharia Elétrica, Engenharia de Materiais e Metalúrgica, Ciência da Computação e Divulgação Científica. Todos integram o Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, inventário coordenado pelo CNPq.

Com relação à participação de servidores e estudantes em eventos externos, os programas institucionais permitem a concessão de auxílios para apresentação de trabalhos em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Além disso, a instituição realiza anualmente eventos científicos, entre os quais destaca-se a Semana de Ciência e Tecnologia do IFMS, que oferece uma série de atividades para a divulgação de ações desenvolvidas nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. A programação aberta à comunidade inclui palestras, oficinas, mesas-redondas e as Feiras de Ciência e Tecnologia.

As feiras são a oportunidade para que estudantes do IFMS e de escolas de ensino médio e fundamental, públicas ou privadas, apresentem os resultados de suas pesquisas. A instituição tem intensificado a verticalização das Feiras de Ciência e Tecnologia, na qual o evento de âmbito local credencia trabalhos para a feira de caráter estadual que, por sua vez, seleciona potenciais trabalhos para a Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), para a Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (Mostratec) e para a Feira Internacional de Ciências e Engenharia da Intel (Intel ISEF).

Outros eventos de divulgação de trabalhos científicos que ocorrem no âmbito do IFMS são os Seminários de Iniciação Científica e Tecnológica (Semict) e o Simpósio de Ensino de Ciências do IFMS (Simec).

Para a consolidação da divulgação científica já realizada no IFMS, planeja-se instituir uma política editorial, bem como o Conselho Editorial do IFMS.

⁴⁶ Resolução Cosup nº 6, de 27/2/2018. Aprova o Regimento Interno da Incubadora Mista e Social de Empresas do IFMS.

⁴⁷ Dado extraído do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, em 24/7/2018.

5.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A política de extensão tem a finalidade de fomentar, orientar e acompanhar as práticas extensionistas no âmbito do IFMS, com fundamento na Lei de Criação dos Institutos Federais⁴⁸, na Política Nacional de Extensão Universitária⁴⁹ e demais normas da instituição. A atuação da extensão está organizada em ações e atividades, classificadas em áreas e linhas temáticas, que serão abordadas neste subcapítulo.

A extensão é uma das três bases de condução dos processos formativos na instituição, integrada ao ensino e à pesquisa. Aprovada em 2017, a Política de Extensão do IFMS⁵⁰ compreende um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de monitoramento, gestão e avaliação voltados para a promoção de atividades direcionadas ao atendimento de demandas sociais e produtivas.

A definição de extensão para o âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem sido discutida no Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal (Forproext). Por isso, seu conceito e abrangência variam entre as instituições.

Para o IFMS, a extensão é um processo de conexão entre a instituição e outros setores da sociedade, por meio da transferência dos conhecimentos gerados e da troca de experiências. A prática extensionista possibilita a renovação de métodos acadêmicos e a formação integral dos estudantes, pois relaciona-se com o contexto social, econômico e cultural.

Desse modo, a extensão tem como eixo fundamental a ampliação de possibilidades de acesso à educação e ao conhecimento por meio da interação com a comunidade. Ela é desenvolvida por servidores e estudantes, em observância aos princípios e objetivos dispostos na política, resumidos no Quadro 4.

⁴⁸ Lei nº 11.892, de 29/12/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

⁴⁹ Elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileira (Forproext).

⁵⁰ Resolução Cosup nº 59, de 21/7/2017. Aprova a Política de Extensão do IFMS.

Quadro 4 – Princípios e objetivos da Política de Extensão do IFMS

PRINCÍPIOS	<ul style="list-style-type: none"> • indissociabilidade entre ensino, pesquisa-inovação e extensão, com a promoção de atividades que busquem a fusão da teoria com a prática; • articulação com a sociedade, sobretudo com o mundo do trabalho e segmentos sociais, com objetivo de apresentar-lhes soluções às suas demandas; • interdisciplinaridade, com a correlação de diferentes competências e disciplinas no desenvolvimento das atividades e ações; • responsabilidade social; • sustentabilidade ambiental.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • promover atividades que atendam às demandas da sociedade e disseminem o conhecimento científico e tecnológico da instituição; • estabelecer parcerias para desenvolvimento de ações interinstitucionais e de atividades de estágio pelos estudantes; • desenvolver ações de inclusão e diversidade; • estimular a produção cultural, a prática desportiva, a responsabilidade social e a sustentabilidade ambiental.

Fonte: Política de Extensão do IFMS

Para alcançar tais objetivos, foram instituídos o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação (Piepi)⁵¹, que possibilita a concessão de bolsa e/ou auxílio financeiro aos servidores, e o Programa Institucional de Bolsas e Auxílios de Extensão aos estudantes (Pibaex)⁵², por meio dos quais são apoiados projetos, cursos ou eventos de extensão.

Além do fortalecimento de práticas extensionistas já consolidadas na instituição, o IFMS pretende, nos próximos cinco anos, cumprir a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação, a qual dispõe sobre a necessidade de assegurar, no mínimo, 10% do total de unidades curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão.

Para tanto, o Instituto iniciará um plano de ação para implantar a curricularização da extensão voltada aos seus cursos de ensino superior. A implementação dessa meta proporcionará ao IFMS uma revisão de conceitos e estruturas referentes à formação acadêmica e de seu relacionamento com a sociedade.

As atividades e ações de extensão são fomentadas pela Pró-Reitoria de Extensão⁵³ e desenvolvidas no âmbito dos *campi*. No que se refere às instâncias colegiadas na área, a instituição dispõe do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão⁵⁴, abordado na Seção 4.2.3.

⁵¹ Resolução Cosup nº 11, de 16/4/2018. Aprova o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação.

⁵² Resolução Cosup nº 25, de 7/10/2014. Aprova o Programa Institucional de Bolsas e Auxílios de Extensão aos Estudantes.

⁵³ Art. 90 e 92 do Regimento Geral do IFMS. Definem as responsabilidades e competências da Pró-Reitoria de Extensão.

⁵⁴ Resolução Cosup nº 30, de 3/8/2018. Atualiza o Regimento Interno do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMS.

5.6.1 Atividades de Extensão

A extensão no IFMS desenvolve-se por meio de atividades que, para fins de organização e acompanhamento, são classificadas em áreas e linhas temáticas.

As Atividades de Extensão (ATex) são práticas acadêmicas, científicas, artísticas e culturais articuladas com a comunidade externa, desenvolvidas por meio das seguintes modalidades:

- a) programa - compreende um conjunto articulado de projetos e outras atividades de extensão de médio e longo prazos, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, no que se refere à abrangência territorial e populacional, integram-se às práticas de ensino e às linhas de pesquisa desenvolvidas pela instituição, nos termos de seus Projetos Pedagógicos de Cursos e do Plano de Desenvolvimento Institucional;
- b) projeto - trata-se de atividade de caráter educativo, científico, cultural, político, social ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado, que pode ou não ser vinculada a um programa;
- c) curso - constitui atividade pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial, semipresencial ou a distância, visando à disseminação de conhecimentos para a comunidade externa, prioritariamente. Em razão da carga horária, estão classificados em minicurso de extensão, curso de extensão de média duração e curso de extensão de longa duração;
- d) evento - consiste em atividade que implica na apresentação do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico produzido ou reconhecido pela instituição, por meio de exibição ao público externo, prioritariamente; e
- e) prestação de serviços tecnológicos - trata-se de atuação, de caráter não rotineiro, desempenhada pela instituição em prol de entidades do setor produtivo. Envolve atividades de consultoria, assessoria, laudos técnicos, análises laboratoriais e outras ações específicas que venham a utilizar a infraestrutura física e/ou recursos humanos do IFMS.

É possível que as ATex sejam realizadas com ou sem recursos financeiros, que podem ser da própria instituição ou de órgãos de fomento externo. Elas são analisadas e registradas pela Pró-Reitoria de Extensão para fins de orientação e acompanhamento, bem como para a obtenção de dados relativos à extensão na instituição.

Os resultados das ATex podem ser registrados em produtos acadêmicos como anais, aplicativos, artigos, cartilhas, manuais, periódicos, relatos de experiência, revistas, entre outros, como estímulo à difusão e divulgação cultural, científica e tecnológica de atividades desenvolvidas no IFMS.

5.6.2 Ações de Extensão

A extensão no IFMS desenvolve-se, ainda, por meio das seguintes ações:

- a) articulação interinstitucional - consiste no estabelecimento de acordos de cooperação nacionais e internacionais como instrumentos de melhoria das atividades de ensino, pesquisa-inovação, extensão e gestão da instituição;

b) estágio e emprego - compreendem ações que visam à inserção dos estudantes do IFMS no mundo do trabalho, por meio da divulgação das potencialidades acadêmicas, bem como a captação das necessidades, das demandas e da prospecção de oportunidades de estágio/emprego dos setores produtivos;

c) acompanhamento de egressos - são ações que visam a acompanhar o ex-estudante do IFMS com a perspectiva de oportunizar o aperfeiçoamento de sua qualificação profissional, de identificar cenários do mundo produtivo e promover a melhoria contínua dos processos de ensino, pesquisa e extensão; e

d) ações inclusivas e de diversidade - são iniciativas que agregam um conjunto de ações, que podem ser desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a comunidade externa, com vistas à promoção de alternativas para inclusão social, redução da vulnerabilidade social, fortalecimento das discussões acerca de questões etnoraciais e de gênero, bem como inclusão da pessoa com deficiência e, ainda, buscando oportunizar melhoria das condições de vida.

5.6.3 Áreas Temáticas de Extensão

As áreas temáticas de extensão são classificações adotadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica⁵⁵. O agrupamento em temas objetiva sistematizar as informações, possibilitar a elaboração de estudos e relatórios sobre a extensão no país, bem como favorecer a articulação de extensionistas ou grupos que atuam na mesma área.

Desse modo, todas as atividades de extensão no IFMS devem ser classificadas segundo a área temática principal e, opcionalmente, a área secundária, conforme o objeto ou assunto abordado. As oito áreas de concentração das atividades de extensão de caráter nacional são: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; e Trabalho.

5.6.4 Linhas Temáticas de Extensão

As linhas temáticas também seguem as classificações adotadas no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Os temas aglutinadores das atividades de extensão estão organizados em 53 linhas, as quais devem ser relacionadas com as áreas temáticas.

As linhas de extensão agrupam temas correlatos, orientando a elaboração de amplos projetos ou programas de extensão. No IFMS, são frequentemente utilizadas, por exemplo: Artes; Desenvolvimento Tecnológico; Educação Profissional; Grupos Sociais Vulneráveis; Inovação Tecnológica; Línguas Estrangeiras; Questões Ambientais; Metodologias e Estratégias de Ensino/Aprendizagem; e Tecnologia da Informação.

⁵⁵ Classificação adotada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileira (Forproex).

5.7 POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão do IFMS perpassam as políticas de ensino, pesquisa e extensão, cujas dimensões são indissociáveis. Nesse sentido, destacam-se a comunicação com a sociedade; a permanência e o êxito dos estudantes; as ações afirmativas e de promoção da igualdade étnico-racial; o fortalecimento das relações institucionais; e as demandas por internacionalização, cujos temas serão abordados neste subcapítulo.

5.7.1 Comunicação com a Sociedade

No intuito de promover o acesso à informação pública, o IFMS dispõe de diferentes meios, ferramentas e formas de comunicação com a sociedade. Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI)⁵⁶, a instituição possui o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), cujo atendimento pode ser feito pessoalmente - na reitoria, em Campo Grande - e pela internet, por meio do sistema e-SIC.

A Ouvidoria do IFMS é outro canal de comunicação direto com o cidadão, uma vez que atende reclamações, solicitações de providências, sugestões, denúncias e elogios aos serviços prestados pela instituição. A manifestação pode ser feita pelo Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv), carta ou pessoalmente, na reitoria.

Por meio da Comissão de Ética, qualquer pessoa também pode entrar em contato com a instituição. Nesse caso específico, o cidadão tem a possibilidade de fazer denúncia para apuração de infração ética de agente público, órgão ou setor do IFMS, por meio de formulário *online* disponibilizado no *site* institucional.

Com relação à divulgação de atos oficiais, a instituição dispõe do Boletim de Serviço, cujas edições são publicadas semanalmente. Outra fonte de informação refere-se à Carta de Serviços ao Cidadão, que detalha a estrutura organizacional, os tipos de cursos oferecidos e as formas de contato com os *campi* e reitoria.

Quanto à comunicação social, o IFMS dispõe do *site* institucional, com média de 100 mil visitas por mês⁵⁷; e dos perfis oficiais no Youtube e no Facebook, que se configuram meios de interação com o cidadão. A atualização das informações nesses canais é coordenada pela Assessoria de Comunicação Social.

A participação social no Instituto é promovida por meio da realização de audiências públicas, seja para discutir com a sociedade a abertura de novos cursos ou em processos específicos - como a elaboração deste PDI, por exemplo. Consultas públicas e/ou internas a minutas de documentos institucionais também são uma forma de promover a gestão participativa na instituição.

Para os próximos cinco anos, a instituição tem o desafio de aperfeiçoar os atuais meios e ferramentas de comunicação com a sociedade e de criar novos mecanismos de acesso à informação pública. Uma das propostas é implantar a pesquisa de satisfação com o usuário, de forma a obter um instrumento

⁵⁶ Lei nº 12.527, de 18/11/2011. Cria a Lei de Acesso à Informação.

⁵⁷ Dados referentes ao primeiro semestre de 2018, com base no *Google Analytics*.

norteador para definição de estratégias com vistas ao desenvolvimento institucional.

5.7.2 Permanência e Êxito

O compromisso institucional no desenvolvimento de ações que levem o estudante a não desistir do curso e o auxiliem na superação de dificuldades resultou no Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes no IFMS, elaborado com a participação ativa de servidores dos dez *campi*, cuja aprovação pelo Conselho Superior⁵⁸ ocorreu em 2016.

A evasão ocorre quando o estudante deixa de frequentar as aulas e abandona o curso, enquanto a retenção acontece nos casos em que o estudante não obtém aprovação em determinada unidade curricular. Esses problemas são enfrentados pela maioria das instituições de ensino.

Diante desse contexto, surgiu a necessidade de elaboração de um plano estratégico que contemplasse tanto o diagnóstico das causas de evasão e retenção, como a implementação de ações administrativas e pedagógicas.

O diagnóstico qualitativo e quantitativo verificou que os fatores que influenciam a evasão e a retenção estão relacionados ao desempenho acadêmico, à organização didático-pedagógica e a problemas socioeconômicos. O Quadro 5 apresenta os fatores identificados no levantamento realizado em 2015.

Quadro 5 - Fatores de evasão e retenção no IFMS	
FATORES QUE INFLUENCIAM NA EVASÃO DO ESTUDANTE DO IFMS	FATORES QUE CAUSAM A RETENÇÃO DO ESTUDANTE DO IFMS
1º Dificuldade pessoal de adaptação à vida estudantil ou habilidades de estudos; 2º Dificuldades relativas à formação escolar anterior (falta de conteúdos); 3º Dificuldade de conciliar o estudo com o trabalho; 4º Desmotivação dos estudantes acerca do curso escolhido; 5º Didática utilizada em sala de aula pelos professores; 6º Reprovações constantes; 7º Dificuldades de adaptação à organização didático-pedagógica (regime semestral, matrícula por unidades curriculares, dependência); 8º Dificuldade financeira; 9º Distância de casa ao Instituto, aliada à dificuldade de transporte; 10º Falta de apoio da família.	1º Dificuldade de adaptação aos estudos na área do curso (disciplinas técnicas); 2º Dificuldades relativas à formação escolar anterior (falta de conteúdos); 3º Falta de hábitos de estudo; 4º Dificuldade de conciliar o estudo com o trabalho; 5º Desmotivação para os estudos de um modo geral; 6º Dificuldade de adaptação à metodologia de ensino utilizada pelo professor; 7º Dificuldade com o modelo de avaliação adotado; 8º Dificuldades de adaptação à organização didático-pedagógica (regime semestral, matrícula por unidades curriculares, dependência); 9º Dificuldade financeira, que o impede de permanecer mais tempo no Instituto para atendimento individualizado (permanência); 10º Falta de apoio da família

Fonte: Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes no IFMS 2015

A partir do planejamento estratégico, os *campi* elaboram planos de ação para mitigar os fatores que causam a retenção e os fatores que influenciam na evasão.

⁵⁸ Resolução Cosup nº 14, de 23/3/2016. Aprova o Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFMS.

O plano deve ser monitorado e constantemente avaliado para que as estratégias e metas firmadas estejam alinhadas à missão institucional.

Nesse sentido, a promoção e a continuidade das ações de permanência e êxito dos estudantes são prioridade na instituição, cujos acompanhamento e avaliação refletem-se no aperfeiçoamento das Políticas de Atendimento aos Discentes, abordadas no Capítulo 9.

5.7.3 Ações Afirmativas de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos e da Igualdade Étnico-Racial

O IFMS tem o dever e a responsabilidade de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos, cuja abordagem busca assegurar a igualdade de oportunidades e o respeito a todos os indivíduos. Para isso, o Instituto realiza ações afirmativas, promove a igualdade étnico-racial, valoriza a diversidade e combate a discriminação.

Nesse contexto, as ações afirmativas são medidas que objetivam minimizar desigualdades presentes na sociedade, que pressupõem uma reparação histórica de desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo, a fim de propiciar a igualdade étnico-racial.

Para o ingresso na instituição, cumpre-se a reserva legal⁵⁹ de 50% das vagas ofertadas ao ensino médio e superior para estudantes que cursaram, integralmente, em escola pública a escolaridade mínima exigida no processo seletivo. Desse percentual, também são reservadas cotas para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

Outra ação institucional refere-se ao ingresso em cursos de graduação por meio do SisU, no qual é garantido um bônus de 20% sobre as notas do Enem a estudantes que residam e sejam domiciliados na área de abrangência do *campus* ao qual concorre à vaga.

A promoção dos direitos humanos engloba, também, a prática da inclusão, cujas ações são realizadas no âmbito do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne)⁶⁰, que tem como finalidades propor normas de inclusão a serem praticadas na instituição, promover a temática da acessibilidade em todas as suas acepções, bem como prestar atendimento aos estudantes com necessidades educacionais específicas.

O compromisso de valorizar a identidade étnico-racial reflete-se nas ações dos Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi)⁶¹, que têm a finalidade de

⁵⁹ Lei nº 12.711, de 29/8/2012 e Decreto nº 7.824, de 11/11/2012. Dispõem sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Portaria Normativa MEC nº 18, de 11/10/2012, alterada pela Portaria MEC nº 9, de 5/5/2017. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino.

⁶⁰ Resolução Cosup nº 26, de 15/4/2016. Aprova o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas do IFMS.

⁶¹ Resolução Cosup nº 90, de 16/12/2016. Aprova o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFMS.

contribuir na implementação da lei⁶² que obriga a inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino, bem como no fortalecimento do Estatuto da Igualdade Racial⁶³.

A conscientização de servidores e estudantes sobre o respeito à diversidade e combate ao preconceito e à discriminação é fomentada por meio das ações do Grupo de Trabalho em Diversidade de Gênero e Sexual, dentre as quais, destacam-se o auxílio à gestão sobre os casos de discriminação, homofobia e machismo, e a orientação e o apoio às vítimas de preconceito sofrido dentro da instituição. Além disso, o IFMS assegura o uso do nome social, adotado por travestis e transexuais, aos servidores, estudantes e trabalhadores terceirizados.⁶⁴

A inclusão social de todos os grupos é um grande desafio institucional. Durante o período de vigência deste PDI, planeja-se instituir a Política de Responsabilidade Social, que incluirá, entre outras ações, o Plano de Promoção da Equidade Racial, de Gênero, do Respeito à Diversidade e do Combate ao Preconceito e o Plano de Promoção da Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida.

5.7.4 Relações Institucionais

As relações institucionais são prioridade no IFMS, pois agregam valor às estratégias e fortalecem as ações conjuntas com o setor produtivo, a sociedade civil organizada, as instituições públicas ou privadas, sejam de âmbito local, nacional ou internacional.

O fortalecimento das parcerias é um dos objetivos estratégicos do Instituto, descrito neste PDI. As possibilidades de parceria com o IFMS podem ocorrer por meio de chamada pública, apoio a eventos ou de iniciativa da própria instituição.

A fim de possibilitar a qualquer pessoa física ou jurídica a proposição de ações recíprocas com o IFMS, publica-se, anualmente, um edital de chamada pública para captação de parcerias, cuja inscrição de interessados pode resultar na celebração de Acordo de Cooperação Técnica.

Outra possibilidade de parceria é o apoio a eventos do Instituto que pode ocorrer por meio de cotas de patrocínio, organizadas nos tipos sênior, prêmio e junior, com respectivas faixas a depender do valor investido. Para isso, os benefícios concedidos incluem desde a montagem de estande, a veiculação de material durante o evento até a utilização da logomarca do parceiro.

De 2014 a 2018, o Instituto firmou 518 parcerias, que resultaram na oferta de cursos de extensão e de Formação Inicial e Continuada (presenciais e a distância); na realização de projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão; no

⁶² Lei nº 11.645, de 10/3/2008. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

⁶³ Lei nº 12.288, de 20/7/2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.

⁶⁴ Resolução Cosup nº 91, de 16/12/2016. Aprova o Regulamento do Uso do Nome Social no IFMS.

intercâmbio de estudantes e servidores; na oferta de vagas de estágio; em ações de internacionalização; e na disponibilização de infraestrutura.

As parcerias do IFMS são formalizadas por meio de Acordos de Cooperação Técnica, Planos de Trabalho, Convênios de Estágio, Memorandos de Entendimento e Protocolos de Intenções que preveem o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão, além de demais ações conjuntas específicas diante das demandas apresentadas pela comunidade externa.

As parcerias que abrangem todo o Instituto, denominadas sistêmicas, são formalizadas pela Pró-Reitora de Extensão; enquanto as parcerias locais de interesse do *campus* são articuladas pelas Coordenações de Extensão e Relações Institucionais. Caso envolva entidades estrangeiras, conta-se com o gerenciamento da Assessoria de Relações Internacionais.

5.7.5 Internacionalização

A internacionalização no IFMS é compreendida como uma estratégia de gestão, que tem por objetivo macro a inserção do Instituto em um contexto global de educação, mediante ações que promovam o ensino de línguas nos *campi* da instituição, além da mobilidade acadêmica e de servidores.

Nesse sentido, pode-se ampliar as visões de mundo da comunidade interna, comparando e revendo modelos educacionais por meio da experiência com os diversos contextos de ensino no mundo. No que diz respeito aos estudantes, as possibilidades de enriquecimento curricular e cultural destacam-se como resultados importantes das ações internacionais promovidas pelo IFMS.

As parcerias são realizadas com instituições estrangeiras que possuem áreas de interesse comum e com reconhecida competência na oferta de ensino, desenvolvimento de pesquisa e inovação e transferência tecnológica nas diversas áreas de atuação do Instituto e de interesse para o Brasil, cuja formalização é de responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão.

Essas parcerias são acompanhadas de planos de trabalho que documentam as ações a serem desenvolvidas no período de vigência da cooperação, bem como as contrapartidas de cada instituição. Como exemplo, citamos parcerias celebradas com *Mohawk College of Canada*, Instituto Politécnico do Porto em Portugal, *Universidad San Andrés* na Bolívia, Consulado da França, *Universidad Nacional de Asunción* e *Universidad de Vigo* na Espanha.

O fomento à internacionalização está previsto entre os objetivos estratégicos definidos neste PDI, cujas ações são coordenadas pela Assessoria de Relações Internacionais, vinculada ao reitor, com representante docente em cada *campus*.

Além das parcerias internacionais, o IFMS dispõe do Centro de Idiomas⁶⁵ para oferta de curso, aplicação de testes de proficiência a estudantes e servidores e promoção de processos de mobilidade internacional, tanto de envio de discentes para instituições estrangeiras, quanto de recebimento de intercambistas.

⁶⁵ Resolução Cosup nº 15, de 15/3/2017. Aprova o Regulamento do Centro de Idiomas do IFMS.

A mobilidade estudantil⁶⁶ no IFMS tem por finalidades:

- a) proporcionar o enriquecimento da formação acadêmico-profissional e humana, por meio da vivência de experiências educacionais e culturais em instituições de ensino internacionais;
- b) favorecer a construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico do estudante, contribuindo para seu desenvolvimento humano e profissional;
- c) estimular a cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes de instituições nacionais e internacionais;
- d) proporcionar a aprendizagem de outros idiomas e culturas;
- e) propiciar visibilidade nacional e internacional à instituição; e
- f) contribuir para o processo de interiorização e internacionalização das ações institucionais.

Durante o período de vigência deste PDI, o IFMS pretende definir a Política de Internacionalização; fortalecer processos de fomento à internacionalização, sobretudo de ações de mobilidade internacional dos estudantes; ampliar as ofertas de cursos de idiomas para estudantes e servidores; e expandir as parcerias internacionais para o desenvolvimento de ações de mobilidade.

5.8 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social de uma organização⁶⁷ refere-se aos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio que ele está inserida, por meio de um comportamento ético e transparente, que contribua para o desenvolvimento sustentável, levando em consideração as expectativas das partes interessadas. Para isso, suas práticas devem ser integradas em todas as relações, ações e atividades, além de estar em conformidade com a legislação aplicável.

No IFMS são realizadas ações relacionadas com as temáticas abordadas pela responsabilidade social previstas em normas brasileiras⁶⁸, como Direitos Humanos; Envolvimento e Desenvolvimento da Comunidade; Meio Ambiente e Governança Organizacional, conforme exposto no Quadro 6.

Por se tratarem de ações que ocorrem de forma esparsa, o Instituto pretende, durante o período de vigência deste PDI, trabalhar na elaboração de uma Política Institucional de Responsabilidade Social, em atendimento ao Plano de Metas apresentado no Capítulo 7 deste documento.

⁶⁶ Resolução Cosup nº 89, de 16/12/2016. Aprova o Regulamento de Mobilidade Acadêmica do IFMS.

⁶⁷ ABNT ISO 26000:2010. Diretrizes sobre responsabilidade social.

⁶⁸ ABNT NBR 16.001:2012. Responsabilidade social – Sistema da gestão.

Quadro 6 - Ações desenvolvidas pelo IFMS relacionadas aos temas da responsabilidade social

TEMAS CENTRAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL ⁶⁹	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO IFMS
DIREITOS HUMANOS	<ul style="list-style-type: none"> • estímulo à cultura da educação para a convivência, respeito e incentivo às relações étnico-raciais e o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi); • promoção da inclusão por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne); • promoção de acessibilidade comunicacional, arquitetônica, atitudinal, metodológica, entre outras, para estudantes, servidores e comunidade externa, articulada pela Coordenação de Inclusão e Diversidade (Coidi); • atividades de extensão que visam a atender grupos em situação de vulnerabilidade social e de comunidades tradicionais; • desenvolvimento de ações de orientação e reflexão para a promoção de mudanças comportamentais de assédios e de diversos tipos de preconceitos, coordenado pelo Grupo de Trabalho de Promoção da Equidade e Respeito nas Relações no IFMS.
ENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • possibilidade de solicitação da comunidade externa ao IFMS, para desenvolver projetos ou cursos que promovam melhoria de negócios e qualidade de vida; • política institucional que visa a contribuir para a formação integral dos estudantes, buscando dirimir suas necessidades no que tange aos aspectos socioeconômicos e psicopedagógicos, por meio do desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações, tanto da dimensão socioeconômica, quanto na dimensão ensino, pesquisa e extensão, por meio de ações da assistência estudantil; • realização das Feiras de Ciência e Tecnologia nos 10 <i>campi</i>, eventos anuais que oportunizam a apresentação de projetos de pesquisa aplicada e de inovação tecnológica, com amplo envolvimento de estudantes das redes municipal e estadual; • promoção do evento anual Festival de Arte e Cultura, que estimula o desenvolvimento cultural e artístico junto à comunidade; • articulação com parceiros para promoção de ofertas de estágio supervisionado a estudantes no mundo do trabalho, bem como de oferta de vagas de estágio dentro do IFMS, visando à integração da formação do discente, por meio da articulação entre teoria e prática, à geração de renda e a oportunidades de trabalho; • incentivo ao empreendedorismo inovador com a implantação das Incubadoras de Empresas (TecnolF) nos <i>campi</i>, espaços onde estudantes podem desenvolver ideias e projetos de negócio; • fomento e incentivo ao desenvolvimento de ambientes de inovação nos <i>campi</i>, por meio do apoio a ideias e empreendimentos inovadores, desenvolvido com base no Programa de Empreendedorismo Inovador (Pemin); • fomento à implantação dos IF Makers, como laboratórios que visam a estimular a criatividade e a cultura do empreendedorismo, da pesquisa e da inovação em Mato Grosso do Sul, bem como o interesse de estudantes e servidores do Instituto Federal pelo desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

⁶⁹ ABNT NBR 16.001:2012. Responsabilidade social – Sistema da gestão.

Quadro 6 - Ações desenvolvidas pelo IFMS relacionadas aos temas da responsabilidade social

TEMAS CENTRAIS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL ⁶⁹	AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO IFMS
MEIO AMBIENTE	<ul style="list-style-type: none"> • promoção de padrões sustentáveis nas atividades administrativas e proposição de agenda socioeconômica-ambiental para o desenvolvimento sustentável, cujas ações são coordenadas pelo Comitê de Governança Sustentável⁷⁰; • realização da Semana do Meio Ambiente nas dez unidades do IFMS, que promove a conscientização sobre a responsabilidade ambiental, a reflexão crítica e o desenvolvimento de ações em prol da preservação dos recursos naturais.
GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • desenvolvimento de ações de orientação e reflexão para a promoção de mudanças comportamentais de assédios e de diversos tipos de preconceitos, coordenadas pelo Grupo de Trabalho de Promoção da Equidade e Respeito nas Relações no IFMS; • política de cotas para ingresso de estudantes e servidores.

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão 12/9/2018

⁷⁰ Portaria nº 602, de 20/3/2017. Designa os membros do Comitê de Governança Sustentável do IFMS.

6 OFERTA DE CURSOS

No período de 2014 a 2018, o IFMS ofertou mais de 24 mil vagas em diferentes cursos, sendo 9.987 em técnicos de nível médio e 9.098 em qualificação profissional.

No mesmo período, foram ofertadas 4.967 vagas na educação superior, sendo 3.890 vagas na graduação e 1.053 na pós-graduação *lato sensu*.

A Tabela 2 apresenta a distribuição de vagas ofertadas entre 2014 e 2018.

Tabela 2 - Distribuição de vagas ofertadas pelo IFMS de 2014 a 2018						
CURSOS	QUANTIDADE DE VAGAS OFERTADAS					TOTAL
	2014	2015	2016	2017	2018	
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	600	1.625	1.950	3.188	1.735	9.098
TÉCNICOS	1.932	2.450	1.680	2.140	1.785	9.987
GRADUAÇÃO	540	720	840	790	1.000	3.890
PÓS-GRADUAÇÃO <i>LATO SENSU</i>	158	70	130	380	315	1.053
PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> ¹	-	-	-	-	24	24
TOTAL	3.230	4.865	4.600	6.498	4.859	24.052

¹ Mestrado profissional oferecido por instituições que compõem a Rede Federal, coordenado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 4/9/2018

Durante o período de vigência deste PDI, o IFMS prevê a oferta de 27.686 vagas em cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, nas modalidades presencial e a distância, conforme detalhado nos Quadros 7, 8, 9 e 10. Há, ainda, a previsão de abertura de vagas em cursos de qualificação profissional.

A oferta de cursos técnicos de nível médio obedece aos eixos tecnológicos priorizados em cada *campus*. Entre os novos cursos, destacam-se o Curso Técnico em Desenvolvimento de Sistemas integrado e os cursos técnicos em Programação de Jogos Digitais, Cooperativismo e Finanças subsequentes.

Com relação à graduação, será ofertado o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e as Engenharias Elétrica, Mecânica e Computação. A oferta da pós-graduação *lato e stricto sensu* também será ampliada.

Quadro 7 - Previsão de oferta de cursos técnicos no período de 2019 a 2023

LOCAL DE OFERTA	MODALIDADE	TIPO DE CURSO	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
AQUIDAUANA	Presencial	Técnico Integrado	Edificações	80	80	80	80	80
			Informática	80	80	80	80	80
		Técnico Integrado - Proeja	Administração	40	40	40	40	40
	EaD	Técnico Subsequente	Edificações	40	40	40	40	40
			Edificações	40	40	40	40	40
CAMPO GRANDE	Presencial	Técnico Integrado	Eletrotécnica	80	80	80	80	80
			Informática	80	160	80	80	80
			Mecânica	80	120	80	80	120
		Técnico Integrado - Proeja	Administração	40	40	40	40	40
		Técnico Subsequente	Informática	0	40	40	40	40
			Mecânica	40	40	40	40	80
			Eletrotécnica	40	40	40	40	80
CORUMBÁ	Presencial	Técnico Integrado	Informática	80	80	80	80	80
			Metalurgia	80	80	80	80	80
		Técnico Integrado - Proeja	Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	40
	EaD	Técnico Subsequente	Administração	40	40	40	40	40
			Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	40
COXIM	Presencial	Técnico Integrado	Alimentos	80	40	40	40	40
			Aquicultura	0	40	40	40	40
			Desenvolvimento de Sistemas	0	80	80	80	80
			Informática	80	0	0	0	0
	Técnico Integrado - Proeja	Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	40	
	EaD	Técnico Subsequente	Aquicultura	40	0	0	0	0
			Manutenção e Suporte em Informática	40	0	40	0	40
Administração			80	0	80	0	80	
DOURADOS	Presencial	Técnico Integrado	Informática para Internet	120	160	160	160	160
		Técnico Integrado - Proeja	Administração	80	80	80	80	80
		Técnico Subsequente	Técnico em Computação Gráfica	0	80	80	80	80
	Administração		80	80	80	80	80	
	EaD		Administração	80	80	80	80	80

Quadro 7 - Previsão de oferta de cursos técnicos no período de 2019 a 2023

LOCAL DE OFERTA	MODALIDADE	TIPO DE CURSO	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
JARDIM	Presencial	Técnico Integrado	Edificações	35	40	40	40	40
			Informática	35	40	40	40	40
		Técnico Integrado - Proeja	Edificações	40	40	40	40	40
			Informática para Internet	40	40	40	40	40
	EaD	Técnico Subsequente	Edificações	0	80	80	80	80
			Informática para Internet	0	80	80	80	80
Administração			0	40	40	40	40	
NAVIRAÍ	Presencial	Técnico Integrado	Agricultura	80	80	80	80	80
			Informática para Internet	80	80	80	80	80
		Técnico Integrado - Proeja	Manutenção e Suporte em Informática	0	40	40	40	40
			Agricultura	0	40	40	0	40
	EaD	Técnico Subsequente	Informática para Internet	0	40	40	0	40
			Administração	40	40	40	40	40
NOVA ANDRADINA	Presencial	Técnico Integrado	Agropecuária	80	80	80	80	80
			Informática	80	80	80	80	80
		Técnico Integrado - Proeja	Administração	0	40	40	40	40
			Zootecnia	40	40	40	40	40
	EaD	Técnico Subsequente	Administração	40	40	40	40	40
PONTA PORÃ	Presencial	Técnico Integrado	Agricultura	80	80	80	80	80
			Informática	80	80	80	80	80
		Técnico Integrado - Proeja	Manutenção e Suporte em Informática	0	30	30	30	30
			Agricultura	40	40	40	40	40
	EaD	Técnico Subsequente	Informática para Internet	30	0	0	0	0
			Administração	40	40	40	40	40
TRÊS LAGOAS	Presencial	Técnico Integrado	Eletrotécnica	80	80	80	80	80
			Informática	80	80	80	80	80
		Técnico Integrado - Proeja	Eletrotécnica	0	40	40	40	40
			Administração	40	40	40	40	40
	EaD	Técnico Subsequente	Automação Industrial	40	40	40	40	40
			Manutenção e Suporte em Informática	40	40	40	40	40

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 4/9/2018

Quadro 8 - Previsão de oferta de cursos de graduação no período de 2019 a 2023

LOCAL DE OFERTA	MODALIDADE	TIPO DE CURSO	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
AQUIDAUANA	Presencial	Bacharelado	Engenharia Civil	40	40	40	40	40
		Tecnologia	Redes de Computadores	40	40	40	40	40
	Sistemas para Internet		40	40	40	40	40	
	EaD	Gestão Pública	0	40	40	40	40	
CORUMBÁ	Presencial	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	120	120	120	120	120
			Processos Metalúrgicos	40	40	40	40	40
	EaD	Gestão Pública	0	40	40	40	0	
CAMPO GRANDE	Presencial	Bacharelado	Engenharia Elétrica	40	80	80	80	80
			Engenharia Mecânica	40	80	80	80	80
	Tecnologia	Sistemas para Internet	80	80	80	80	80	
COXIM	Presencial	Bacharelado	Engenharia de Pesca	40	40	40	40	40
		Licenciatura	Química	40	40	40	40	40
		Tecnologia	Sistemas para Internet	40	40	40	40	40
	Alimentos		40	40	40	40	40	
	EaD	Gestão Pública	0	40	40	40	40	
DOURADOS	EaD	Tecnologia	Gestão Pública	0	40	40	40	40
	Presencial		Jogos Digitais	40	40	40	40	40
JARDIM	Presencial	Bacharelado	Arquitetura e Urbanismo	40	40	40	40	40
		Licenciatura	Computação	40	40	40	40	40
	EaD	Tecnologia	Gestão Ambiental	0	0	0	0	40
			Sistemas para Internet	0	0	0	0	40
			Gestão Pública	40	40	40	40	40
NAVIRAÍ	Presencial	Bacharelado	Agronomia	40	40	40	40	40
		Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40
	EaD		Gestão do Agronegócio	0	0	0	40	40
		Gestão Pública	40	40	40	40	40	
NOVA ANDRADINA	Presencial	Bacharelado	Agronomia	40	40	40	40	40
		Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40
	EaD		Produção de Grãos	40	40	40	40	40
		Gestão Pública	0	40	40	40	40	
PONTA PORÃ	Presencial	Bacharelado	Agronomia	40	40	40	40	40

Quadro 7 - Previsão de oferta de cursos técnicos no período de 2019 a 2023

LOCAL DE OFERTA	MODALIDADE	TIPO DE CURSO	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
		Tecnologia	Agronegócio	40	40	40	40	40
	EaD	Tecnologia	Gestão Pública	0	40	40	40	40
TRÊS LAGOAS	Presencial	Tecnologia	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	40	40	40	40	40
		Tecnologia	Automação Industrial	40	40	40	40	40
		Bacharelado	Engenharia de Computação	40	40	40	40	40
		Bacharelado	Engenharia de Controle e Automação	40	40	40	40	40
	EaD	Tecnologia	Gestão Pública	0	40	40	40	40

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 4/9/2018

Quadro 9 - Previsão de oferta de cursos *lato sensu* no período de 2019 a 2023

LOCAL DE OFERTA	MODALIDADE	TIPO DE CURSO	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
AQUIDAUANA	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	30	30	30	30	30
			Internet das Coisas (IoT)	0	0	30	30	30
			<i>Building Information Modeling</i> (BIM)	0	0	0	30	30
CAMPO GRANDE	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	80	80	80	80	80
			Informática na Educação	0	0	80	80	80
CORUMBÁ	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	80	80	80	80	80
			Informática na Educação	40	40	40	40	40
COXIM	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Robótica no Ensino	0	25	0	25	0
			Ensino de Ciências	25	0	25	0	25
DOURADOS	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	40	40	40	40	40
JARDIM	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	0	40	0	0	0
	EaD		Gestão, Desenvolvimento e Planejamento Urbano Regional	0	0	40	0	40
			Tecnologias Educacionais	0	0	0	40	0
NAVIRAÍ	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Dimensão da Ciência e da Cultura no Contexto Escolar	0	40	0	40	0
			Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	40	0	40	0	40
			Agronegócio	0	0	40	0	40
			Tecnologia da Informação	0	0	40	0	40
NOVA ANDRADINA	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	40	40	40	40	40
			Desenvolvimento de Sistemas	0	30	30	30	30
			Tecnologias Aplicadas à Agropecuária	0	30	30	30	30
PONTA PORÃ	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	40	40	40	40	40
			MBA em Gestão Rural	25	25	25	25	25
			Desenvolvimento de <i>Software</i> para <i>Web</i>	0	25	25	25	25
TRÊS LAGOAS	Presencial	<i>Lato Sensu</i>	Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica	40	40	40	40	40

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 4/9/2018

Quadro 10 - Previsão de oferta de cursos *stricto sensu* no período de 2019 a 2023

LOCAL DE OFERTA	MODALIDADE	TIPO DE CURSO	NOME DO CURSO	2019	2020	2021	2022	2023
CAMPO GRANDE	Presencial	<i>Stricto Sensu</i>	Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEpt)	24	24	24	24	24
COXIM	Presencial	<i>Stricto Sensu</i>	Mestrado em Alimentos	0	0	10	10	10
DOURADOS	Presencial	<i>Stricto Sensu</i>	Mestrado Profissional em Administração	0	0	0	0	20
NOVA ANDRADINA	Presencial	<i>Stricto Sensu</i>	Mestrado em Tecnologias para o Campo	20	20	20	20	20
			Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEpt)	0	24	24	24	24

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 4/9/2018

7 PLANO DE METAS

O planejamento estratégico é um processo contínuo, que possibilita o cumprimento da missão da organização e auxilia a tomada de decisões. No IFMS, compreende a definição das estratégias institucionais traduzidas em objetivos, metas e indicadores, bem como a elaboração de planos de ação, dentre os quais se destaca o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que prevê as metas para o período de cinco anos.

Nesse sentido, o planejamento estratégico institucional é mais amplo do que o PDI, e sua metodologia pode ser resumida nas seguintes etapas:

- a) diagnóstico estratégico: tomada de consciência da instituição sobre a necessidade de iniciar um processo de planejamento em longo prazo;
- b) definição do direcionamento estratégico: gestores, representantes dos estudantes, docentes, técnicos-administrativos e comunidade externa definem diretrizes que nortearão as ações para os próximos anos; e
- c) implantação e controle: o planejamento estratégico é colocado em prática por meio de planos, com metas, objetivos e iniciativas estratégicas, que são sistematicamente monitorados e avaliados.

Conforme descrito no Capítulo 2 deste documento, as estratégias institucionais para o período 2019-2023 foram definidas da seguinte forma:

- a) revisão de Missão, Visão e Valores da instituição;
- b) análise dos cenários retrospectivo, atual e prospectivo; e
- c) construção e consolidação do mapa estratégico.

O Mapa Estratégico do IFMS, construído e consolidado por gestores e representantes de estudantes, docentes e técnicos-administrativos possui um conjunto de temas e objetivos estratégicos organizados em quatro perspectivas:

- a) estudantes e sociedade;
- b) processos internos;
- c) pessoas, gestão e infraestrutura; e
- d) orçamentária.

O mapa estratégico é a ferramenta que comunica as estratégias institucionais e estabelece as relações de causa e efeito entre os temas e objetivos estratégicos, baseados na Missão, Visão e Valores da instituição, conforme disposto nas Figuras 10 e 11.

Figura 10 - Mapa Estratégico

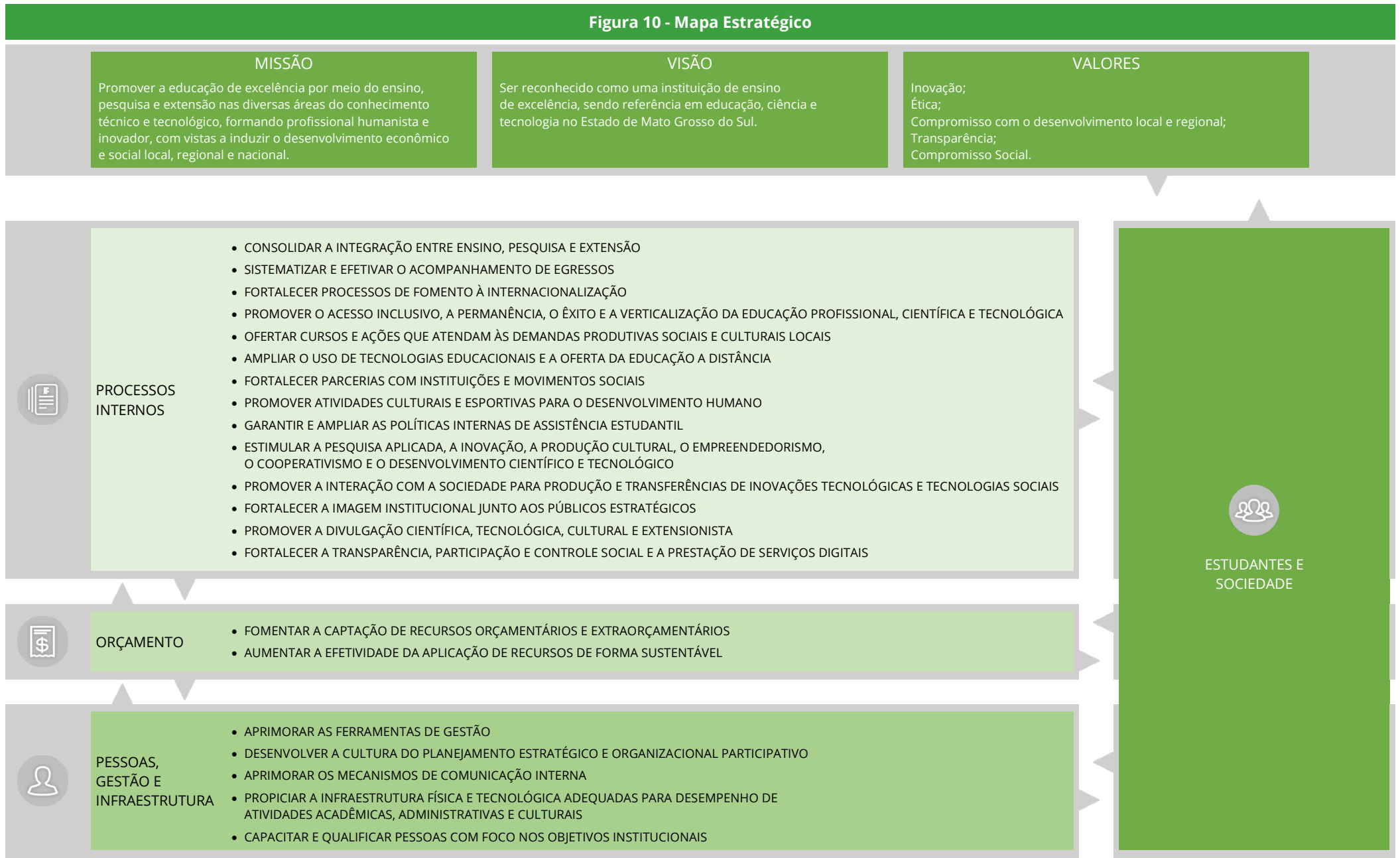
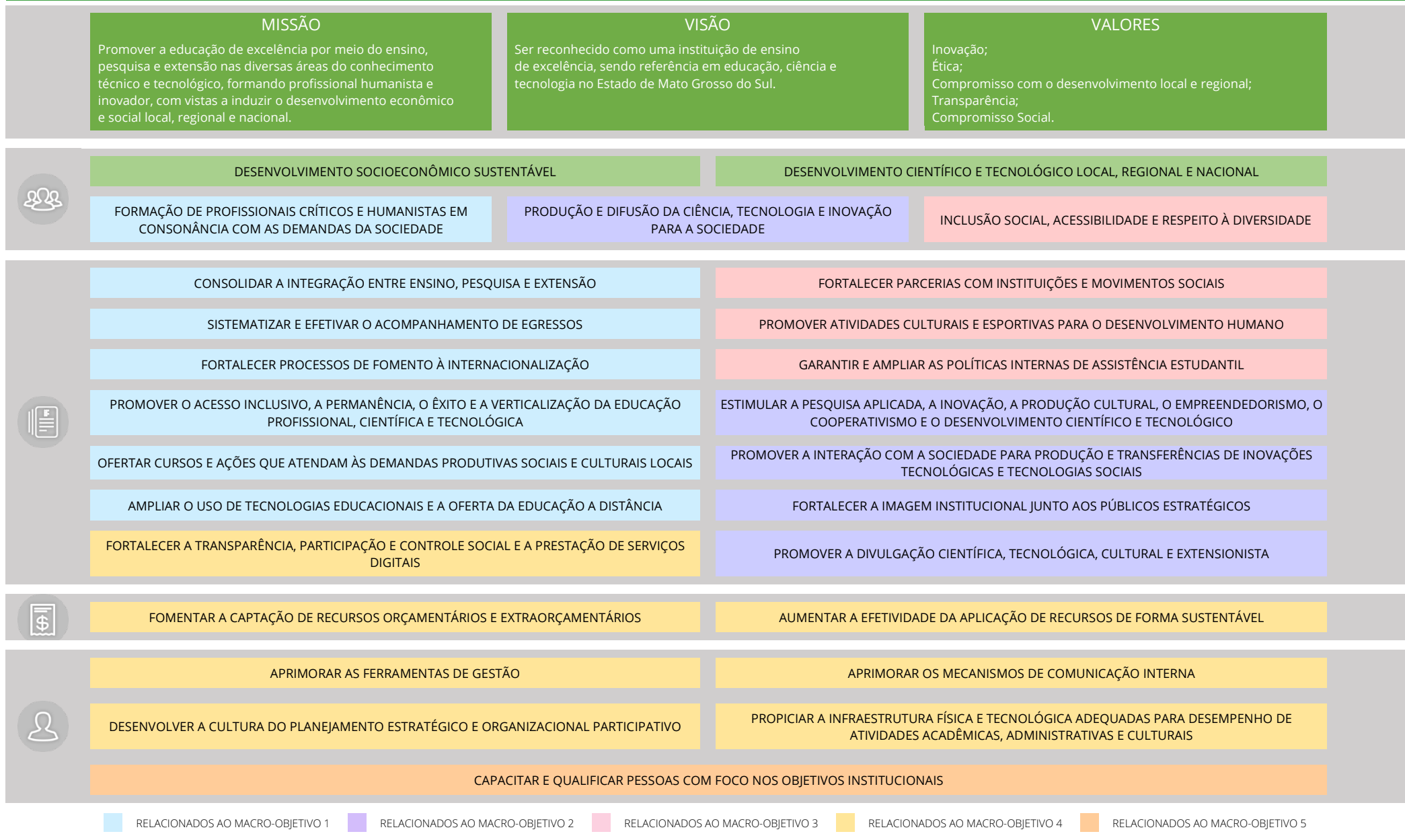


Figura 11 - Mapa Estratégico: temas estratégicos para o Plano de Metas



Definidas as estratégias, iniciou-se o processo de alinhamento estratégico para a construção do Plano de Metas do IFMS, que apresenta os macro-objetivos, os objetivos estratégicos, os indicadores e as metas da instituição para o período de 2019 a 2023, conforme disposto nos Quadros 11, 12, 13, 14 e 15.

Quadro 11 - Macro-Objetivo 1

FORMAR PROFISSIONAIS CRÍTICOS E HUMANISTAS EM CONSONÂNCIA COM AS DEMANDAS DA SOCIEDADE



OBJETIVO 1.1

Ofertar cursos e ações que atendam às demandas produtivas sociais e culturais locais

INDICADOR 1.1.1:

Percentual de cursos ofertados por eixo/*campi* alinhados às demandas produtivas sociais e culturais locais

META:

Ofertar 90% cursos presenciais relacionados aos eixos tecnológicos de cada *campus*

INDICADOR 1.1.2:

Taxa de vagas ofertadas em cada *campus* (cursos técnicos, cursos de formação de professores e Proeja)

META:

Ofertar vagas em cada *campus* em observação aos percentuais estabelecidos na Lei de Criação dos IFs e do Plano Nacional de Educação (PNE): 50% nos cursos técnicos, 20% nos cursos de formação de professores, 10% nos cursos de Educação de Jovens e Adultos.



OBJETIVO 1.2

Promover o acesso inclusivo à permanência, ao êxito e a verticalização da educação profissional, científica e tecnológica

INDICADOR 1.2.1

Taxa de conclusão por *campus*

META

Ampliar em 50% a taxa de conclusão em cada *campus* em relação ao ano de 2018

INDICADOR 1.2.2

Taxa de evasão no ciclo por *campus*

META:

Reduzir em 5% a taxa de evasão em cada *campus* em relação ao ano anterior

INDICADOR 1.2.3

Taxa de retenção no ciclo por *campus*

META:

Reduzir em 5% a taxa de retenção em cada *campus* em relação ao ano anterior

INDICADOR 1.2.4

Índice de eficácia dos mecanismos de acesso

META:

Melhorar a eficácia dos mecanismos de acesso aos cursos do IFMS



OBJETIVO 1.3

Sistematizar e efetivar o acompanhamento de egressos

INDICADOR 1.3.1

Percentual de implementação do Programa de Acompanhamento de Egressos

META

Implementar o Programa de Acompanhamento de Egressos



OBJETIVO 1.4

Promover atividades culturais e esportivas para o desenvolvimento humano

INDICADOR 1.4.1

Taxa de implementação do Programa de Esportes

META:

Elaborar e implementar o Programa de Esportes

INDICADOR 1.4.2

Taxa de implementação do Programa de Arte e Cultura

META

Elaborar e implementar o Programa de Arte e Cultura

OBJETIVO 1.5

Ampliar o uso de tecnologias educacionais e a oferta da educação a distância

INDICADOR 1.5.1

Percentual de cursos com apoio de tecnologias educacionais

META

Atingir 50% dos cursos de nível médio e superior com atividades não presenciais

INDICADOR 1.5.2

Taxa de municípios com EaD

META:Atender 70% dos municípios das áreas de abrangência dos *campi* por meio de EaD**INDICADOR 1.5.3**

Percentual de tecnologias educacionais utilizadas em sala de aula

META

Intensificar e diversificar em 5% o uso de tecnologias educacionais (recursos de ensino) em sala de aula

OBJETIVO 1.6

Consolidar a integração entre ensino, pesquisa e extensão

INDICADOR 1.6.1

Índice de cursos com curricularização da extensão e da pesquisa

META

Implementar a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos de graduação

INDICADOR 1.6.2

Taxa de trabalhos de iniciação científica convertidos por equivalência em TCC no nível médio e de graduação

META

Alcançar 30% dos trabalhos de iniciação científica como equivalentes ao TCC no nível médio e graduação

OBJETIVO 1.7

Fortalecer processos de fomento à internacionalização

INDICADOR 1.7.1

Índice de estudantes em mobilidade internacional

Número de parcerias com instituições internacionais

META

Elaborar e implementar a Política de Internacionalização do IFMS

INDICADOR 1.7.2:

Índice de implantação de ações binacionais

META:Implantar ação anual de caráter binacional para as populações nas áreas de abrangência dos *campi* de fronteira

Quadro 12 - Macro-Objetivo 2

DESENVOLVER, PRODUZIR E DIFUNDIR A CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA A SOCIEDADE EM ÂMBITO LOCAL, REGIONAL E NACIONAL

▶ OBJETIVO 2.1

Promover a interação com a sociedade para produção e transferências de inovações tecnológicas e tecnologias sociais

INDICADOR 2.1.1

Índice dos *campi* contemplados com capacitação

META

Agregar competência em prospecção, captação de projetos e recursos para desenvolvimento do Núcleo de Inovação Tecnológica - 1 capacitação por *campi* até 2023

INDICADOR 2.1.2

Taxa de capacitação dos servidores envolvidos com espaços de inovação

Taxa de ações de divulgação realizadas para promoção das atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica

META

Promover a capacitação de todos os servidores envolvidos com os espaços de inovação

INDICADOR 2.1.3

Índice médio de depósitos ou registros de propriedade intelectual por *campus*.

META

Alcançar a quantidade de 3 depósitos de patentes ou registros de propriedade intelectual por *campi*

INDICADOR 2.1.4

Taxa de transferência de tecnologias e acordo de licenciamento do banco de patentes do IFMS

META

Realizar transferências de tecnologias ou acordo de licenciamento de 3% dos depósitos de patentes ou registros de propriedade intelectual

INDICADOR 2.1.5

Índice de projetos de pesquisa aplicada com recursos de agências de fomento e/ou de parceiros do setor privado

META

Alcançar a quantidade média de 3 projetos com fomento externo ou com o apoio do setor privado no atendimento de demandas locais

INDICADOR 2.1.6

Número de parcerias firmadas em cada ano

META

Estabelecer parcerias para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, em âmbito nacional e internacional - 5% ao ano, atingindo uma elevação de 25% até 2023.

▶ OBJETIVO 2.2

Promover a divulgação científica e tecnológica, cultural e extensionista

INDICADOR 2.2.1

Percentual de implementação do canal de divulgação

META

Implementar um canal de divulgação dos trabalhos científicos, tecnológicos e extensionistas do IFMS

INDICADOR 2.2.2

Número de eventos anuais de integração do ensino, pesquisa, extensão e gestão realizados

META

Instituir e implementar evento anual que integre ensino, pesquisa, extensão e gestão

▶ OBJETIVO 2.3

Fortalecer a imagem institucional junto aos públicos estratégicos

INDICADOR 2.3.1

Percentual de implementação da Política de Comunicação do IFMS

META

Implantar e implementar a Política de Comunicação do IFMS para estimular a relação direta da instituição com a sociedade

INDICADOR 2.3.2

Taxa de ampliação do interesse dos públicos estratégicos em ações do IFMS

META

Ampliar o interesse dos públicos estratégicos em ações do IFMS (10% até 2023)

INDICADOR 2.3.3

Índice de inserção do IFMS na mídia

META

Aumentar o volume de cobertura sobre o IFMS na mídia em 10% até 2023

INDICADOR 2.3.4

Percentual de execução do investimento previsto

META

Investir recursos financeiros em publicidade de utilidade pública a partir de 2020

OBJETIVO 2.4

Estimular a pesquisa aplicada, a inovação, a produção cultural, o empreendedorismo, e cooperativismo consolidando a integração entre ensino, pesquisa e extensão

INDICADOR 2.4.1

Média anual de projetos de pré-incubação por unidades de TecnolFs ativas

META

Atingir a média anual de 3 projetos de pré-incubação por unidade de TecnolFs ativa

INDICADOR 2.4.2

Projetos de incubação ou graduação de empresas em andamento por unidade de TecnolFs ativa

META

Alcançar 1 projeto de incubação por unidade de TecnolFs ativa/ano e 1 empresa graduada até 2023

INDICADOR 2.4.3

Percentual médio de 10 % de carga horária dos professores para pesquisa, extensão e inovação
Taxa de professores com o mínimo de 10 % de carga horária dedicada à pesquisa, extensão e inovação

META

Estimular 10% da carga horária de cada professor para atividades de pesquisa, extensão e inovação

INDICADOR 2.4.4

Índice de evolução do desenvolvimento de atividades de pesquisa, empreendedorismo e de extensão, em consonância com as demandas sociais e do setor produtivo

META

Garantir a continuidade do desenvolvimento de atividades de pesquisa, empreendedorismo e de extensão, em consonância com as demandas sociais e do setor produtivo - 10% evolução anual

INDICADOR 2.4.5

Taxa de implantação do programa de apoio a estudantes com elevado desempenho

META

Implantar programa de apoio a estudantes com elevado desempenho

OBJETIVO 2.5

Fortalecer parcerias com instituições e movimentos sociais

INDICADOR 2.5.1

Taxa de ampliação de parcerias institucionais firmadas com setores produtivos e terceiro setor

META

Ampliar em 5% ao ano o número de parcerias com os setores produtivo, social e cultural

INDICADOR 2.5.2

Índice de atualização dos cenários dos setores produtivos

META

Manter atualizado os estudos dos cenários dos setores produtivos

Quadro 13 - Macro-Objetivo 3

PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL, ACESSIBILIDADE E RESPEITO À DIVERSIDADE

▶ OBJETIVO 3.1

Garantir e ampliar as políticas internas de assistência estudantil

INDICADOR 3.1.1

Quantidade de *campus* que institucionalizou a oferta de alimentação escolar

META

Institucionalizar a oferta de alimentação escolar nos dez *campi* do IFMS até 2020

INDICADOR 3.1.2

Índice de atendimento de estudantes na assistência estudantil

META

Ampliar em 5% o percentual de estudantes contemplados pela assistência estudantil, em relação ao número de matriculados até 2023 - base de partida 2018

INDICADOR 3.1.3

Índice do regime de internato pleno

META

Ampliar o número de estudantes atendidos em regime de internato pleno, atingindo 100% da infraestrutura de alojamento já existente

▶ OBJETIVO 3.2

Adequar a infraestrutura física e tecnológica para garantia da acessibilidade e promoção do esporte

INDICADOR 3.2.1

Taxa referente à acessibilidade da infraestrutura física

META

Elaborar e implementar o Plano de Promoção da Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida

INDICADOR 3.2.2

Índice de implantação do uso de tecnologias em processos educacionais para acessibilidade e atendimento diferenciado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

META

Implantar o uso de tecnologias em processos educacionais para facilitar a acessibilidade e o atendimento diferenciado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

INDICADOR 3.2.3

Percentual de instalações esportivas

META

Implantar infraestrutura poliesportiva nos dez *campi* a partir da adequação das quadras já existentes e/ou implantação de novos espaços

▶ OBJETIVO 3.3

Fomentar parcerias para proteção da diversidade em todas as suas expressões

INDICADOR 3.3.1

Índice de ações de extensão cujo público-alvo seja grupos de negros, mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), povos do campo e demais minorias

META

Ampliar em 30% as ações de extensão que atendam negros, mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTT), povos do campo e demais minorias

INDICADOR 3.3.2

Taxa de proteção da diversidade para atendimento a estudantes com necessidades específicas

META

Articular 5 parcerias com instituições especializadas para a promoção de capacitação aos servidores do IFMS quanto ao atendimento de estudantes com necessidades específicas

INDICADOR 3.3.3

Taxa de proteção da diversidade para enfrentamento à discriminação e ao preconceito

META

Articular 5 parcerias com instituições e movimentos sociais para ações de conscientização e enfrentamento à discriminação e ao preconceito em suas diversas acepções

Quadro 14 - Macro-Objetivo 4

PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA EFETIVA, PROPICIANDO INFRAESTRUTURA ADEQUADA E SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTÁRIA

▶ OBJETIVO 4.1

Aprimorar os mecanismos de comunicação interna

INDICADOR 4.1.1

Taxa de implementação de estratégias de comunicação interna

META

Implantar e implementar estratégias para padronizar e melhorar a comunicação interna

INDICADOR 4.1.2

Taxa de integração de dados e informações para melhoria da comunicação interna

META

Integrar dados e informações para melhoria da comunicação interna

INDICADOR 4.1.3

Taxa de implantação da Política de Integração dos Sistemas Computacionais do IFMS

META

Implantar a Política de Integração dos Sistemas Computacionais do IFMS

INDICADOR 4.1.4

Taxa de ampliação anual de campanhas internas alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais

META

Ampliar em 5% ano a quantidade de campanhas internas alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais

▶ OBJETIVO 4.2

Desenvolver a cultura do planejamento estratégico e organizacional participativo

INDICADOR 4.2.1

Índice de implementação do Programa de Gestão Participativa

META

Implementar ações anuais/Programa de Gestão Participativa

INDICADOR 4.2.2

Índice de servidores capacitados/qualificados para o planejamento organizacional

META

Fortalecer o planejamento organizacional em todas as suas instâncias - 15% ano ampliação da participação na elaboração

INDICADOR 4.2.3

Índice de implementação da gestão pública baseada na governança para resultados

META

Implementação do modelo de gestão pública, baseado na governança para resultados

INDICADOR 4.2.4

Índice de participação de servidores e alunos nos processos de avaliação

Índice de ações/projetos em rede

META

Consolidar a governança institucional e a gestão em rede

▶ OBJETIVO 4.3

Aperfeiçoar as ferramentas de gestão

INDICADOR 4.3.1

Índice de aperfeiçoamento das ferramentas de gestão

META

Estabelecer e implementar estratégias para controle da atualização dos dados e informações nos sistemas computacionais utilizados na gestão institucional em 10% ano

INDICADOR 4.3.2

Taxa de definição/padronização dos indicadores de desempenho institucional

META

Implementar o painel de indicadores institucionais

INDICADOR 4.3.3

Índice de consolidação da gestão do conhecimento

META

Consolidar a gestão do conhecimento no IFMS

INDICADOR 4.3.4

Índice de consolidação do Programa de Integridade do IFMS

META

Consolidar o Programa de Integridade do IFMS

INDICADOR 4.3.5

Índice de implementação da Política de Riscos dos Macroprocessos das Áreas Estratégicas do IFMS

META

Implementar a Política de Gestão de Riscos dos Macroprocessos das Áreas Estratégicas do IFMS

OBJETIVO 4.4

Propiciar a infraestrutura física e tecnológica adequadas para atividades acadêmicas, administrativas e culturais

INDICADOR 4.4.1

Índice de adequação da infraestrutura física

Índice de adequação da infraestrutura tecnológica

META

Adequar a infraestrutura física e tecnológica para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão e de gestão

INDICADOR 4.4.2Índice de definição do padrão *campus*/número de estudantes**META**Definir o padrão *campus*, de acordo com o número de estudante, da infraestrutura física e tecnológica consideradas adequadas**INDICADOR 4.4.3**

Percentual anual de acervo bibliográfico digital disponibilizado

META

Disponibilizar o acervo bibliográfico digital no sistema de bibliotecas para os usuários

INDICADOR 4.4.4

Percentual anual de metro quadrado construído

METAConcluir a obra da sede definitiva do *Campus* Naviraí**INDICADOR 4.4.5**

Percentual anual de implantação da sede urbana

METAImplantar a sede urbana do *Campus* Nova Andradina**INDICADOR 4.4.6**Taxa de implantação anual dos *campi* com relação ao Plano Diretor de Infraestrutura Física**META**Implantar a infraestrutura adequada para atendimento das atividades institucionais nos *campi* Dourados, Jardim e Campo Grande**OBJETIVO 4.5**

Fomentar a captação de recursos orçamentários

INDICADOR 4.5.1

Taxa anual de recursos fomentados

META

Buscar parcerias para captação de fomento formalizando anualmente 2 parcerias

OBJETIVO 4.6

Aumentar a efetividade da aplicação de recursos de forma sustentável

INDICADOR 4.6.1

Índice de efetividade de aplicação de recursos de forma sustentável

META

Estabelecer a Política de Responsabilidade Social do IFMS

INDICADOR 4.6.2

Índice de contratação alinhada com o planejamento

META

Implantar o planejamento anual de compras decorrente do desdobramento do Plano de Ação Específico (PAE) nos *campi* e na reitoria de modo participativo, priorizando a aplicação dos recursos nos critérios pré-estabelecidos

OBJETIVO 4.7

Fortalecer a transparência, participação e controle social e a prestação de serviços digitais

INDICADOR 4.7.1

Taxa de implantação do portal de participação social

META

Criar portal de participação social para melhoria de políticas e serviços públicos

INDICADOR 4.7.2

Taxa de implementação de serviços públicos em meio digital

META

Implementar o uso e o acesso a serviços digitais

INDICADOR 4.7.3

Índice de ampliação da disponibilização de dados abertos

META

Estimular e ampliar em 10% ao ano o uso e a disponibilização de dados abertos

INDICADOR 4.7.4

Índice de ampliação da transparência

Índice de ampliação da publicidade

META

Ampliar o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para promover a transparência e dar publicidade à aplicação de recursos públicos

INDICADOR 4.7.5

Índice de atendimentos aos registros do Sistema do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)

META

Garantir o direito de acesso à informação por meio de 100% de atendimento aos registros do Sistema do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)

Quadro 15 - Macro-Objetivo 5

APRIMORAR A POLÍTICA DE PESSOAL COM FOCO NOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

OBJETIVO 5.1

Fortalecer o desenvolvimento de pessoas promovendo a qualificação e capacitação de servidores, no âmbito nacional e internacional com foco nos objetivos institucionais

INDICADOR 5.1.1

Número de parcerias para capacitações realizadas por ano
Índice anual de servidores qualificados

META

Estabelecer parcerias anuais com instituições públicas e privadas, nacionais ou internacionais, visando à capacitação e qualificação dos servidores, que atendam às demandas Institucionais

INDICADOR 5.1.2

Taxa de implementação do Programa de Capacitação e Qualificação de Servidores

META

Implementar o Programa de Capacitação e Qualificação de Servidores

INDICADOR 5.1.3

Regulamento de Afastamento Integral publicado

META

Implantar o Regulamento de Afastamento Integral visando ao aumento da qualificação dos servidores técnicos-administrativos

INDICADOR 5.1.4

Taxa de implantação da gestão por competências

META

Implantar a gestão por competências

INDICADOR 5.1.5

Taxa de implantação do Programa de Formação de Gestores

META

Implantar o Programa de Formação de Gestores

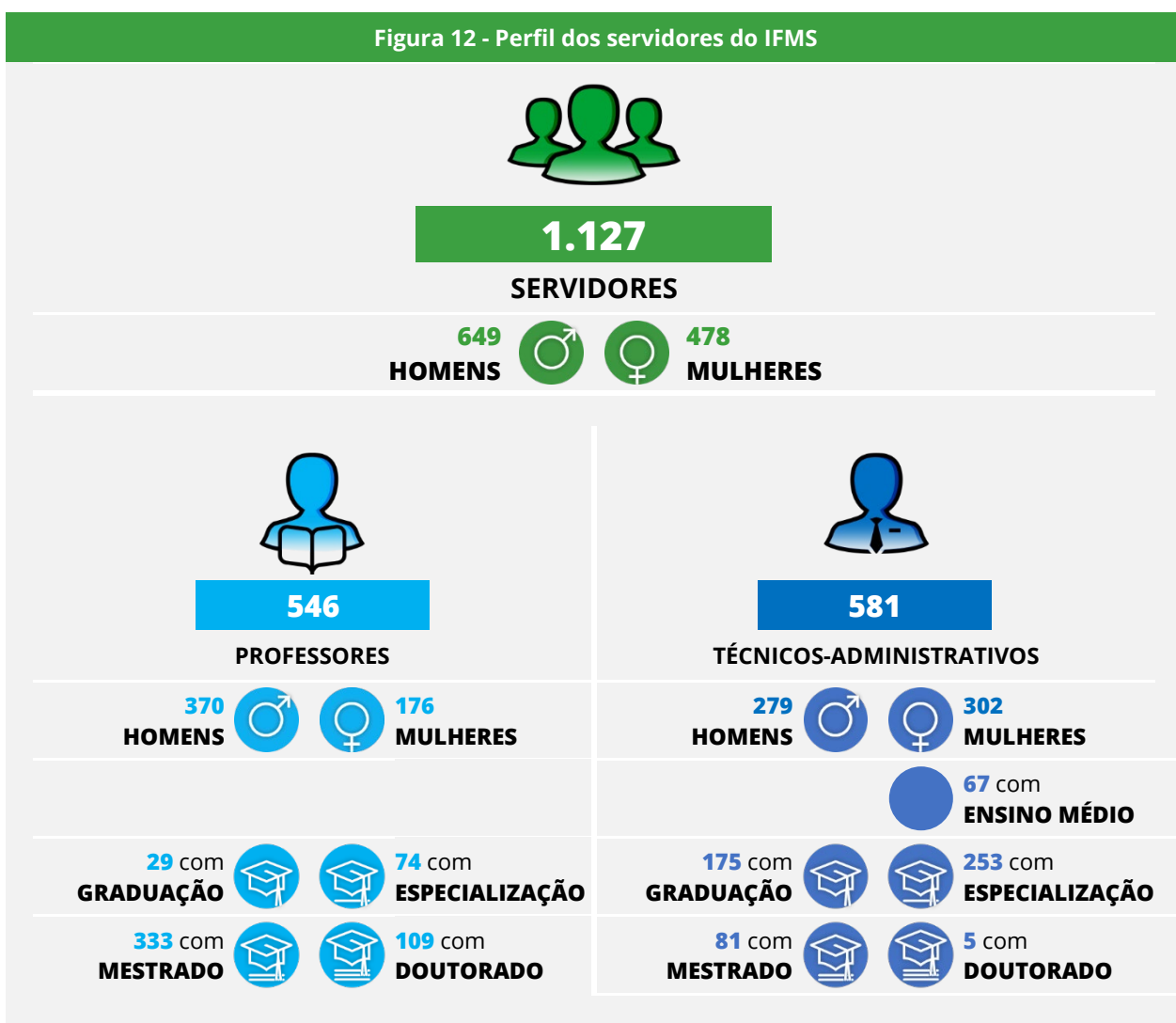
Durante o período de execução do Plano de Metas, serão elaborados os Planos Anuais de Ação (PAAs), de caráter tático e operacional, com base nos Planos de Ações Específicos (PAEs), definidos pelos setores da reitoria e *campi*, que resultam nos Relatórios Anuais Específicos (RAEs), para monitoramento e avaliação.

Todo o processo do planejamento estratégico do IFMS está detalhado em documento da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

8 GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas no IFMS desenvolve-se por meio de um conjunto de processos para planejamento, organização, direção e acompanhamento do trabalho e atuação dos servidores, que serão abordados neste capítulo, que reúne informações relacionadas aos perfis do corpo docente e técnico-administrativo.

A equipe de trabalho da instituição é composta de 1.127 servidores efetivos das carreiras de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e de Técnico-Administrativo em Educação (TAE), distribuídos nos dez *campi* e reitoria, conforme apresentado na Figura 12.



Fonte: Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública Federal pela Diretoria de Gestão de Pessoas em 31/8/2018.

8.1 PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS

Os processos de gestão de pessoas no IFMS relacionam-se à seleção, admissão, movimentação, avaliação, capacitação, formação continuada e atenção à saúde dos servidores. Todos são de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas⁷¹, que conta com o apoio das Coordenações de Gestão de Pessoas nos *campi*.

8.1.1 Seleção e Admissão de Pessoal

A seleção de candidatos para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico ocorre mediante concurso público, que compreende provas escritas, de desempenho didático e de títulos. A primeira compõe-se de um conjunto de questões elaboradas de acordo com a área em que o docente atuará; a segunda avalia a sua atuação didático-pedagógica em sala de aula; e a terceira visa a pontuar a experiência profissional do candidato, bem como valorizar a sua formação acadêmica.

Os candidatos ao cargo de Técnico-Administrativo em Educação são selecionados por concurso público de prova objetiva, composta por questões elaboradas em conformidade com o conhecimento necessário ao desempenho das funções que o cargo demanda.

Os editais para provimento de cargos efetivos definem critérios eliminatórios e classificatórios, assim como eventuais restrições e condicionantes decorrentes do ambiente organizacional ao qual serão destinadas as vagas, em conformidade com os requisitos previstos em lei⁷². Preveem, ainda, a reserva de vagas a serem providas por pessoas com deficiência e por negros.

Aos candidatos que se declararem pessoas com deficiência⁷³, é prevista a reserva de 5% das vagas existentes e a serem criadas durante o prazo de validade do concurso público. Entretanto, essa previsão não se aplica quando forem oferecidas menos de cinco vagas para determinado cargo.

Para o provimento de cargos de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, especificamente, as vagas reservadas são sorteadas entre as áreas/subáreas que tiverem inscrições de pessoas que se declararem com deficiência, em data, horário e local definidos no edital, em sessões abertas ao público.

Aos candidatos negros são reservados 20% das vagas ofertadas em concursos públicos⁷⁴. Para concorrer, o interessado se autodeclara preto ou pardo,

⁷¹ Arts. 116 e 118 do Regimento Geral do IFMS. Definem as responsabilidades e competências da Diretoria de Gestão de Pessoas.

⁷² Lei nº 11.091, de 12/1/2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

⁷³ Lei nº 8.112, de 11/12/1999. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Decreto nº 3.298, de 20/12/1999. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

⁷⁴ Lei nº 12.990, de 9/6/2014. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal.

conforme quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, assinalando esta opção no ato da inscrição. Cumpre ressaltar que esses candidatos concorrem concomitantemente às vagas reservadas e às de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso. Todavia, os aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não são computados para efeito do preenchimento das que foram reservadas.

Caso sejam aprovados nas vagas reservadas, os candidatos negros são submetidos à aferição da veracidade da autodeclaração prestada na inscrição⁷⁵, cujo ato é realizado por comissão designada pelo reitor. Na aferição são considerados, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados obrigatoriamente com a sua presença.

Especificamente para o provimento de cargos de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), as vagas de reserva são sorteadas entre as áreas/subáreas que tiverem inscrições de candidatos autodeclarados pretos ou pardos, em data, horário e local definidos no edital, em sessões abertas ao público.

A admissão dos novos servidores ocorre por meio de nomeação publicada no Diário Oficial da União (DOU) conforme a disponibilidade de vagas, por ordem de classificação do respectivo concurso público.

8.1.2 Movimentação de Servidores

A movimentação de servidores ocorre por meio da remoção, quando dentro do próprio quadro, ou da redistribuição, quando realizada do IFMS para demais órgãos da Administração Federal.

A remoção consiste no deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, este último no interesse da Administração, no âmbito do mesmo quadro de pessoal, com ou sem mudança de sede.

A redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal da instituição para outro órgão ou entidade do Poder Executivo Federal. No IFMS, foi publicada instrução de serviço⁷⁶ que dispõe sobre os requisitos para efetivação da redistribuição, bem como os procedimentos adotados para tramitação e análise dos processos.

8.1.3 Capacitação e Formação Continuada

As estratégias de desenvolvimento dos servidores são viabilizadas conforme os Planos Anuais de Capacitação⁷⁷, elaborados a partir do levantamento de necessidades dos *campi* e da reitoria, considerando as especificidades e

⁷⁵ Orientação Normativa nº 6, de 1/8/2016. Dispõe sobre regras de aferição da veracidade da autodeclaração prestada por candidatos negros para fins do disposto na Lei nº 12.990, de 9/6/2014.

⁷⁶ Instrução de Serviço nº 3, de 21/6/2016. Dispõe sobre os procedimentos adotados para tramitação e análise de processos de redistribuição de cargos no âmbito do IFMS.

⁷⁷ Elaborados em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23/2/2006, e com o Decreto nº 5.825, de 29/6/2006.

realidades diversas das unidades, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais.

A partir desse levantamento, as informações são compiladas, sendo possível elencar as prioridades na realização das capacitações, as quais são distribuídas entre as unidades para organização e execução.

As ações de capacitação promovidas pelo IFMS contam com instrutores do próprio quadro de pessoal e de instituições públicas ou privadas. Os servidores também podem requerer auxílio financeiro para realizar capacitações específicas fora do Instituto.

Outras práticas regulamentadas de incentivo à capacitação, formação continuada e qualificação acadêmica dos servidores contemplam:

- a) promoção do Programa de Formação Continuada para o Ensino em Educação, Profissional, Científica e Tecnológica, que consiste na oferta de curso de aperfeiçoamento composto por 240 horas e organizado em seis módulos. Tem como objetivo promover a formação dos servidores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, em uma visão global e interdisciplinar dos aspectos que permeiam a educação profissional, científica e tecnológica;
- b) redução de 10% da carga horária semanal do servidor efetivo em virtude de capacitação nos níveis de ensino médio; técnico; graduação; pós-graduação *lato e stricto sensu*; e pós-doutorado⁷⁸;
- c) afastamento, integral ou parcial, para participação de docentes em programas de pós-graduação *stricto sensu*⁷⁹;
- d) afastamento parcial para participação de Técnicos-Administrativos em Educação em programas de pós-graduação *stricto sensu*⁸⁰; e
- e) fomento, por meio de auxílio financeiro, à participação de servidores efetivos em eventos de natureza científica e tecnológica, nacionais e internacionais, para apresentação de trabalhos⁸¹.

8.1.4 Avaliação de Desempenho

A avaliação de desempenho do servidor segue diretrizes e critérios definidos na legislação⁸² e visa à promoção da melhoria da qualificação dos serviços públicos e ao apoio à gestão de pessoas, principalmente quanto à capacitação,

⁷⁸ Resolução Cosup nº 54, de 5/7/2016. Aprova o Regulamento para Concessão de Carga Horária aos Servidores Estudantes do IFMS.

⁷⁹ Resolução Cosup nº 55, de 13/11/2015. Aprova o Regulamento de Afastamento para Capacitação para Servidores Docentes do IFMS.

⁸⁰ Resolução Cosup nº 27, de 19/4/2017. Aprova o Regulamento para Afastamento Parcial para Servidores Técnico-Administrativos do IFMS em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

⁸¹ Resolução Cosup nº 11, de 16/4/2018. Aprova o Programa Institucional de Incentivo ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação.

⁸² Art. 20 da Lei nº 8.112, de 11/12/1999. Estabelece os fatores a serem observados na avaliação para o desempenho do cargo.

desenvolvimento no cargo ou na carreira, remuneração e movimentação de pessoal.

O Programa de Avaliação de Desempenho⁸³ prevê ciclos de avaliação a cada doze meses, organizados da seguinte forma:

- a) autoavaliação do servidor/chefia;
- b) avaliação do servidor/chefia pela chefia imediata/superior;
- c) avaliação da chefia imediata/superior pelos seus subordinados; e
- d) Avaliação do Docente pelo Discente, que compõe 30% da nota da avaliação de desempenho do servidor docente.

Para finalizar e validar a avaliação de desempenho anual, o servidor participa, ainda, de duas reuniões de *feedback*: uma individual com a chefia e outra com a equipe de trabalho e a chefia. O resultado final é obtido por meio de média aritmética das avaliações.

8.1.5 Controle Funcional e Pagamento

O controle e acompanhamento da vida funcional dos servidores, compreendida desde a admissão até a aposentadoria, são exercidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas, na reitoria, e pelas Coordenações de Gestão de Pessoas, nos *campi*, a partir da utilização de sistemas de gestão do Governo Federal.

O controle de frequência dos servidores ocorre mediante registro de ponto eletrônico biométrico no Sistema Unificado de Administração Pública (Suap). Para os professores, alia-se a esse controle o registro dos Planos Individuais de Trabalho (PTIs) no Sistema Acadêmico, que contempla as atividades desenvolvidas pelos docentes nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

O processamento da folha de pagamento é realizado por meio do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape), criado com a missão de integrar todas as plataformas de gestão da folha de pessoal dos servidores públicos, com abrangência nacional.

8.1.6 Atenção à Saúde

Para a promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores, o IFMS conta com a atuação do Núcleo de Atenção à Saúde do Servidor (Nuase) e das Comissões de Qualidade de Vida.

O Nuase estabelece e executa procedimentos relativos à concessão de benefícios legais aos servidores e pensionistas, registros de ocorrências de saúde, processos de licenças, perícias e exames admissionais.

Desenvolve, ainda, ações como o Programa Peso Saudável, Minuto Saúde, além de acolher, fornecer informações e realizar encaminhamentos médicos, psicológicos, sociais e nutricionais. Para tanto, o Núcleo dispõe de uma equipe multiprofissional composta de enfermeiro, psicólogo e nutricionista.

⁸³ Resolução Cosup nº 34, de 1/11/2014. Aprova o Programa de Avaliação de Desempenho do IFMS.

As Comissões de Qualidade de Vida, presentes em cada *campus* e reitoria, promovem eventos e campanhas de reflexão com os servidores sobre temas relacionados à saúde física, mental, laboral e social. Também oportunizam momentos de integração entre servidores, colaboradores e familiares.

8.2 PERFIL DOS DOCENTES

O perfil do corpo docente reúne informações sobre a composição do quadro de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, o plano de carreira, os procedimentos para substituição e a previsão de expansão do quadro efetivo para os próximos anos.

8.2.1 Composição

O modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais está definido em Portaria do Ministério da Educação⁸⁴, sendo previsto 780 Professores do Ensino Básico Técnico e Tecnológico para o IFMS.

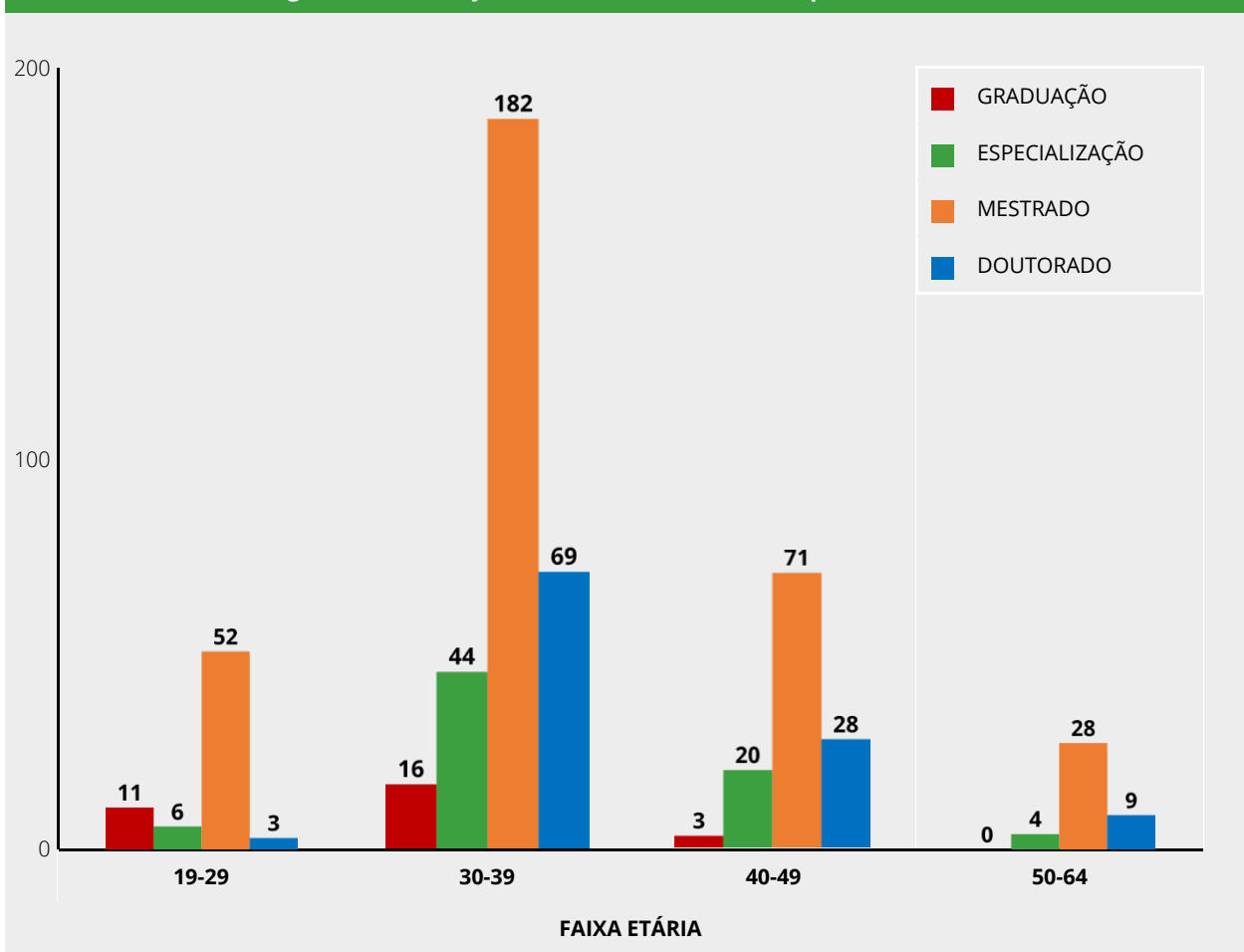
O corpo docente da instituição é composto de 546 Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e 68 professores substitutos, distribuídos nos dez *campi*⁸⁵.

A maioria dos docentes efetivos possuem título de mestre e estão na faixa etária entre 30 e 39 anos, conforme representado na Figura 13.

⁸⁴ Portaria MEC nº 246, de 15/4/2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

⁸⁵ Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública Federal pela Diretoria de Gestão de Pessoas em 31/8/2018.

Figura 13 – Titulação dos servidores docentes por faixa etária



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas 31/8/2018

Quanto à titulação, a instituição dispõe de 109 professores doutores, 333 mestres e 74 especialistas, conforme levantamento realizado em agosto de 2018. A fim de demonstrar a qualificação do corpo docente, a Tabela 3 apresenta a evolução do quadro de professores por titulação, no período de 2014 a 2018.

Tabela 3 – Evolução do quadro de professores por titulação

ANO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
2014	20	63	152	36	271
2015	24	63	169	52	308
2016	40	66	234	68	408
2017	28	77	324	98	527
2018	29	74	333	109	546

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas 31/8/2018

Com relação ao regime de trabalho, a maioria dos professores são dedicação exclusiva, conforme apontado na Tabela 4.

Tabela 4 – Evolução no quadro de professores por classe de regime de trabalho				
ANO	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	40 HORAS	20 HORAS	TOTAL
2014	262	9	0	271
2015	299	9	0	308
2016	401	7	0	408
2017	519	8	0	527
2018	538	8	0	546

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas 31/8/2018

8.2.2 Plano de Carreira

O desenvolvimento na carreira docente ocorre mediante progressão funcional e promoção, em conformidade com o Plano de Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico⁸⁶. O plano estabelece cinco classes de promoção: D I; D II; D III; D IV; e Titular, cada uma composta por níveis de progressão, conforme demonstrado no Quadro 16.

Quadro 16 - Classes e níveis da carreira de magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico		
CARGO	CLASSE	NÍVEL
PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO	Titular	1
	D IV	4
		3
		2
		1
		4
	D III	3
		2
		1
	D II	2
		1
	D I	2
		1

Fonte: Anexo I da Lei nº 12.772, de 28/12/2012

⁸⁶ Lei nº 12.772, de 28/12/2012. Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal.

A progressão é a passagem do servidor para o nível de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe e ocorre, cumulativamente, com o cumprimento do interstício de 24 meses de efetivo exercício em cada nível e aprovação em avaliação de desempenho individual.

Já a promoção é a passagem do servidor de uma classe para outra subsequente e ocorre mediante o interstício mínimo de 24 meses no último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, a aprovação em processo de avaliação de desempenho.

No caso de promoção para a classe Titular, o docente deve, ainda, possuir título de doutor e a aprovação de memorial sobre atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante.

Há, ainda, a possibilidade de aceleração da promoção aos docentes aprovados no estágio probatório do respectivo cargo, independentemente do cumprimento de interstício, e que atendam aos requisitos de titulação estabelecidos na legislação:

- a) de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, mediante apresentação de título de especialista; e
- b) de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, mediante a apresentação de título de mestre ou doutor.

A carreira docente dispõe de previsão legal para concessão da Retribuição por Titulação (RT), que se trata de uma gratificação devida aos professores em conformidade com a jornada de trabalho, classe, nível e titulação comprovada, independentemente de cumprimento de interstício.

O requisito básico para concessão do benefício é a obtenção da titulação exigida em cada fase da progressão (aperfeiçoamento, especialização, mestrado ou doutorado), sendo o valor da RT considerado no cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões do servidor.

Ainda em benefício do desenvolvimento dessa carreira, há o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), que se trata de um processo de avaliação no qual são reconhecidos os conhecimentos e habilidades do docente desenvolvidos a partir da experiência individual e profissional, bem como no exercício das atividades realizadas. Refere-se a uma gratificação financeira adicional, definida com base na equivalência do título acadêmico apresentado como parâmetro para a avaliação. A equivalência do RSC com a titulação ocorre em três níveis:

- a) diploma de graduação somado ao RSC-I equivale à titulação de especialização;
- b) diploma de pós-graduação *lato sensu* somado ao RSC-II equivale à mestrado; e
- c) diploma de mestre somado ao RSC-III equivale à doutorado.

8.2.3 Procedimentos para Substituição dos Professores do Quadro

A substituição eventual dos professores do quadro acontece pela contratação de docentes substitutos para atender necessidade temporária. Essa contratação ocorre em razão de vacância do cargo, afastamento, licença ou nomeação do docente efetivo para os cargos de reitor, pró-reitor e diretor-geral de *campus*.

O número total de professores substitutos da instituição não pode ultrapassar 20% do total de professores efetivos em exercício. No IFMS, o número de docentes substitutos corresponde a 12,45% do total de professores efetivos⁸⁷.

A seleção de professores substitutos é feita mediante processo seletivo simplificado, com divulgação no Diário Oficial da União e na Central de Seleção do IFMS.

8.2.4 Plano de Expansão

Para atender à expansão proposta para o IFMS nos próximos cinco anos, é necessário ampliar o quadro de pessoal docente, com base no dimensionamento estabelecido pelo Ministério da Educação, o que depende da liberação de códigos de vaga para contratação de novos servidores.

A partir desse dimensionamento, bem como na totalidade de cargos vagos disponíveis e na abertura de novos cursos, projeta-se a expansão do quadro permanente de Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico com a admissão de novos docentes, conforme proporção demonstrada nas Tabelas 5 e 6.

Os novos docentes ingressarão no quadro permanente da instituição em regime de trabalho de dedicação exclusiva⁸⁸.

Tabela 5 – Previsão do quadro de professores do ensino básico, técnico e tecnológico por ano

	2018¹	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAL DE PROFESSORES	546	603	634	662	668	670

¹ Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública pela Diretoria de Gestão de Pessoas em 31/8/2018

⁸⁷ Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública Federal pela Diretoria de Gestão de Pessoas em 8/2018.

⁸⁸ Art. 20 da Lei nº 12.772, de 28/12/2012. Dispõe sobre o regime de trabalho ao qual o professor das IFEs pode ser submetido, entre eles o de 40 horas semanais, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

Tabela 6 – Plano de expansão do quadro de professores por *campus* no período de 2019 a 2023

UNIDADE	SITUAÇÃO ATUAL ¹	PREVISÃO DE NOMEAÇÕES					TOTAL
		2019	2020	2021	2022	2023	
AQUIDAUANA	53	7	-	-	-	-	60
CAMPO GRANDE	102	6	7	7	6	2	130
CORUMBÁ	53	7	-	-	-	-	60
COXIM	54	5	1	-	-	-	60
DOURADOS	35	8	8	9	-	-	60
JARDIM	34	12	8	6	-	-	60
NAVIRAÍ	39	9	6	6	-	-	60
NOVA ANDRADINA	59	1	-	-	-	-	60
PONTA PORÃ	60	-	-	-	-	-	60
TRÊS LAGOAS	57	2	1	-	-	-	60

¹ Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública pela Diretoria de Gestão de Pessoas e Pró-Reitoria de Ensino em 31/8/2018.

8.3 PERFIL DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O perfil dos técnicos-administrativos reúne informações sobre a composição do quadro, o plano de carreira e a previsão de expansão de servidores para os próximos anos.

8.3.1 Composição

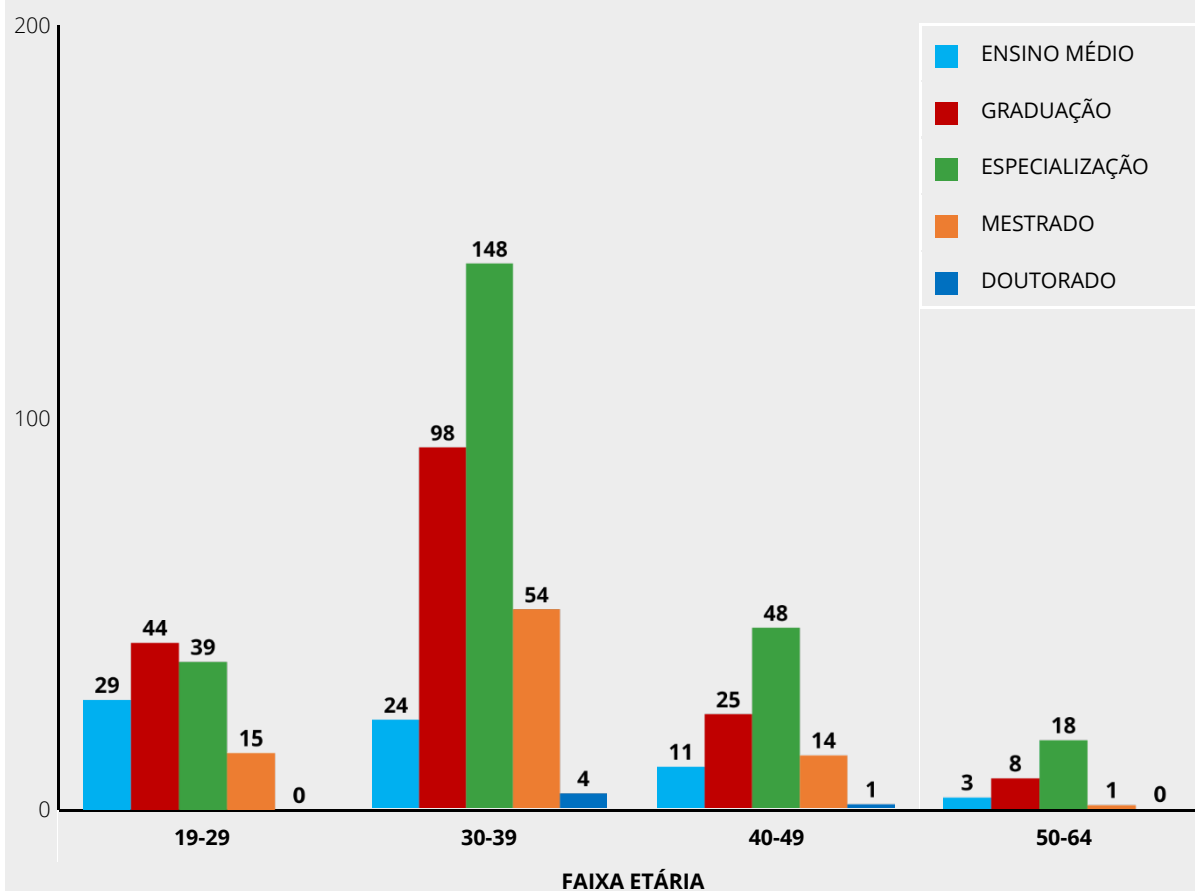
O modelo de dimensionamento de cargos efetivos dos Institutos Federais está definido em portaria do Ministério da Educação⁸⁹, sendo previsto 715 Técnicos-Administrativos em Educação para o IFMS, dos quais 276 são de cargo de nível superior (classe E), 347 cargos de nível intermediário (classe D) e 92 cargos de nível auxiliar (classe C).

O corpo técnico-administrativo da instituição é composto de 581 Técnicos-Administrativos em Educação, distribuídos nos dez *campi* e na reitoria⁹⁰. A maioria dos servidores técnico-administrativos possuem especialização e estão na faixa etária entre 30 e 39 anos, conforme representado na Figura 14.

⁸⁹ Portaria MEC nº 246, de 15/4/2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

⁹⁰ Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública Federal pela Diretoria de Gestão de Pessoas em 8/2018.

Figura 14 – Titulação dos servidores técnico-administrativos por faixa etária



Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas 31/8/2018

Com relação ao nível, os técnicos-administrativos de nível D - que exige o ensino médio - são maioria, seguidos pelos servidores de nível E, que exige nível superior. A evolução do quadro permanente de técnicos-administrativos por nível (C, D, E), no período de 2014 a 2018, está representada na Tabela 7.

Tabela 7 – Evolução do quadro de técnicos-administrativos em educação por nível

ANO	NÍVEL C	NÍVEL D	NÍVEL E	TOTAL
2014	73	153	120	346
2015	77	170	140	387
2016	91	200	151	442
2017	97	279	207	583
2018	93	279	209	581

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas 31/8/2018

Quanto à titulação, a instituição dispõe de cinco técnicos-administrativos doutores, 81 mestres e 253 especialistas, conforme levantamento realizado em agosto de 2018. A fim de demonstrar a qualificação do corpo técnico-administrativo, a Tabela 8 apresenta a evolução do quadro permanente por titulação, no período de 2014 a 2018.

Tabela 8 - Evolução do quadro de técnicos-administrativos em educação por titulação

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	GRADUAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO	TOTAL
2014	2	66	133	122	23	0	346
2015	1	72	133	153	28	0	387
2016	1	73	152	172	44	0	442
2017	0	80	207	223	70	3	583
2018	0	67	175	253	81	5	581

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas 31/8/2018.

8.3.2 Plano de Carreira

A carreira dos servidores técnico-administrativos em educação está organizada em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), sendo cada uma dessas classes dividida em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV) e estes contendo 16 padrões de vencimento básico cada.

O desenvolvimento na carreira pode ocorrer de duas formas: progressão por capacitação profissional e progressão por mérito profissional.

A primeira refere-se à mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção de certificação em programa compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses.

A segunda é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor alcance a pontuação prevista no programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Em benefício do desenvolvimento da carreira dos técnicos-administrativos, é prevista a concessão de Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior à exigida para o cargo de que é ocupante, cujo percentual é calculado sobre o vencimento.

8.3.3 Plano de Expansão

Para atender à expansão proposta para o IFMS nos próximos cinco anos, é necessário ampliar o quadro de pessoal técnico-administrativo, com base no dimensionamento estabelecido pelo Ministério da Educação, o que depende da liberação de códigos de vaga para contratação de novos servidores.

No período abrangido pelo presente PDI, com base na totalidade dos códigos de vagas estabelecidos em portaria do Ministério da Educação⁹¹, projeta-se o aumento do corpo técnico-administrativo do IFMS conforme demonstrado nas Tabelas 9 e 10. A execução da projeção está condicionada à liberação de códigos de vagas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁹¹ Portaria MEC nº 246, de 15/4/2016. Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

Tabela 9 – Previsão do quadro de servidores técnico-administrativos por ano

	2018 ¹	2019	2020	2021	2022	2023
TOTAL DE SERVIDORES	581	620	643	671	697	715

¹ Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública pela Diretoria de Gestão de Pessoas em 31/8/2018.

Tabela 10 – Plano de expansão do quadro de servidores técnico-administrativos no período 2019 a 2023

UNIDADE	PREVISÃO DE NOMEAÇÕES						TOTAL DE TÉCNICOS
	2018 ¹	2019	2020	2021	2022	2023	
AQUIDAUANA	44	1	-	-	-	-	45
CAMPO GRANDE	81	4	5	5	5	-	100
CORUMBÁ	42	2	1	-	-	-	45
COXIM	43	2	-	-	-	-	45
DOURADOS	35	1	2	2	3	2	45
JARDIM	22	5	3	5	5	5	45
NAVIRAÍ	33	6	6	-	-	-	45
NOVA ANDRADINA	42	6	2	3	4	3	60
PONTA PORÃ	45	3	2	3	4	3	60
TRÊS LAGOAS	44	1	-	-	-	-	45
REITORIA	150	8	2	10	5	5	180

¹ Dados extraídos do Sistema Unificado de Administração Pública pela Diretoria de Gestão de Pessoas em 31/8/2018.

9 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

As políticas de atendimento aos discentes têm a finalidade de fomentar e acompanhar o acolhimento, a permanência e o êxito dos estudantes na instituição, por meio de programas e ações de combate à evasão e à retenção que englobam, por exemplo, a concessão de auxílios financeiros e bolsas; o nivelamento; a monitoria; o atendimento psicopedagógico; a mobilidade acadêmica e as oportunidades de estágio, resumidos neste capítulo.

São abordados, também, aspectos da organização estudantil, o acompanhamento dos egressos, bem como as ações de estímulo à produção científica discente e à participação em eventos.

9.1 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA E AO ÊXITO

Os estímulos à permanência e ao êxito dos discentes no IFMS levam em consideração o Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes (Peipee), que tem por objetivos apoiar a implantação de ações para reduzir os índices de evasão e elevar os índices de aprovação nos cursos ofertados.

Outra iniciativa institucional para permanência e êxito dos estudantes refere-se à Política de Assistência Estudantil⁹². A política apresenta um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações voltadas para a democratização do acesso, da permanência e do êxito dos discentes nos cursos ofertados pela instituição, estimulando o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política está organizada em duas dimensões: socioeconômica, voltada aos estudantes matriculados nos cursos presenciais que possuem renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, com comprovada situação de vulnerabilidade social; e ensino, pesquisa e extensão, destinada a todos os estudantes matriculados nos cursos oferecidos pela instituição. Essas dimensões são compostas por programas, planos, projetos e ações, conforme descrito no Quadro 17.

Quadro 17 - Composição das dimensões da Política de Assistência Estudantil

DIMENSÃO	COMPOSIÇÃO
SOCIOECONÔMICA	Programa de Assistência Estudantil (Paes)
ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Plano de Acesso, Permanência e Êxito
	Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (Pitec)
	Programa de Empreendedorismo Inovador (Pemin)
	Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão (Pibaex)
	Mobilidade acadêmica
	Ações de inclusão e diversidade
	Estágio

Fonte: artigos 10 e 11 da Política de Assistência Estudantil do IFMS

⁹² Resolução Cosup nº 1, de 29/1/2018. Aprova a Política de Assistência Estudantil do IFMS.

Com base nesses documentos e nas demais ações desenvolvidas pelo IFMS para atendimento ao estudante, a seguir estão descritos os estímulos à permanência e ao êxito na instituição.

9.1.1 Ações de Combate à Evasão e Retenção

Com base no diagnóstico do Planejamento Estratégico Institucional de Permanência e Êxito dos Estudantes, contemplado na Seção 5.7.2 deste documento, foram previstas possíveis estratégias para o combate à evasão e à retenção no IFMS:

- a) programa de ambientação dos estudantes com encontros de turmas ingressantes;
- b) oficinas de aprendizagem/nivelamento sobre conteúdos que os estudantes demonstram dificuldade;
- c) ampliação das ações da assistência estudantil, do número de bolsas de iniciação científica e das oportunidades de estágio não obrigatório (remunerado);
- d) rodas de conversa com estudantes egressos ou de semestres avançados;
- e) encontros com profissionais externos que atuam na área para incentivar a permanência no curso;
- f) melhorias na divulgação dos cursos, com ênfase no perfil do egresso e nas disciplinas;
- g) formação continuada de professores para o uso das diversas metodologias de ensino;
- h) eventos/encontros para relatos de experiências de práticas exitosas;
- i) reuniões com as famílias dos estudantes que apresentam baixo desempenho;
- j) ações de aquisição e manutenção do passe estudantil;
- k) oficina de aprendizagem das disciplinas técnicas para conteúdos e métodos de estudo da área; e

9.1.2 Concessão de Auxílios Financeiros e Bolsas

Os programas voltados para o auxílio financeiro aos estudantes do IFMS são apresentados a seguir, de forma breve, assim como os números relacionados à abrangência dessas ações, no período entre 2014 e 2018.

Os critérios para concessão de auxílios e bolsas previstos na Política de Assistência Estudantil obedecem ao disposto nos respectivos regulamentos e em processos seletivos específicos.

9.1.2.1 Programa de Assistência Estudantil

O Programa de Assistência Estudantil do IFMS (Paes)⁹³ tem por objetivo oferecer atendimento técnico e auxílios a estudantes em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para sua permanência na instituição, o que pode resultar na prevenção à evasão por razões de ordem socioeconômicas.

⁹³ Resolução Cosup nº 2, de 29/1/2018. Aprova o Programa de Assistência Estudantil do IFMS.

Estão previstos nesse programa:

- a) Auxílio-Permanência: subsídio financeiro voltado para o custeio de necessidades acadêmicas e pessoais;
- b) Auxílio-Moradia: concessão de moradia estudantil gratuita nos *campi* que possuem estrutura adequada, ou subsídio em pecúnia;
- c) Auxílio-Alimentação: concessão de refeições nos *campi* que possuem estrutura de refeitório, ou subsídio em pecúnia;
- d) Auxílio-Transporte: auxílio financeiro para despesas com transporte urbano ou rural entre a instituição de ensino e a residência do estudante, desde que não haja condições de acesso garantidas por iniciativas governamentais;
- e) Auxílio Indígena e Quilombola: auxílio financeiro aos estudantes indígenas e quilombolas em razão de suas especificidades, oriundas do contexto histórico e cultural; e
- f) Auxílio Eventual: subsídio esporádico e eventual, caso o estudante não tenha sido contemplado por outra ação de apoio disponível e encontre-se em situação de vulnerabilidade social.

Foram concedidos 9.133 auxílios financeiros aos discentes da instituição, no período de 2014 a 2018. O quantitativo por tipo de auxílio segue apresentado na Tabela 11.

Tabela 11 – Número de auxílios financeiros concedidos pelo Programa de Assistência Estudantil no período de 2014 a 2018						
TIPO DE AUXÍLIO	NÚMERO DE AUXÍLIOS CONCEDIDOS					
	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
AUXÍLIO-PERMANÊNCIA	984	1.021	1.219	1.422	729	5.375
AUXÍLIO-MORADIA	54	40	44	51	83	272
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	37	30	90	1.248	1.311	2.716
AUXÍLIO-TRANSPORTE	115	21	110	222	297	765
AUXÍLIO INDÍGENA E QUILOMBOLA	-	-	-	-	5	5
TOTAL	1.190	1.112	1.463	2.943	2.425	9.133

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 22/8/2018

9.1.2.2 Plano de Acesso, Permanência e Êxito

O Plano de Acesso Permanência e Êxito do IFMS faz referência a atividades de planejamento sistêmico de ações, programas, projetos e concessão de auxílios aos estudantes, conforme apresentados a seguir:

- a) Programa de Monitoria: prevê a cooperação mútua entre estudantes, mediada pelo professor, por meio da concessão de bolsas;
- b) Auxílio ao Trabalho de Conclusão de Curso: apoio financeiro para aquisição de materiais e insumos relacionados ao desenvolvimento do TCC; e
- c) Auxílio para Visitas Técnicas: subsídio para ações que promovam a interação entre escola, empresa e outras organizações.

No período de 2014 a 2018, foram concedidos 798 bolsas e 2423 auxílios aos discentes da instituição, que totalizaram 3221 benefícios, , conforme Tabela 12.

Tabela 12 – Número de bolsas e auxílios financeiros concedidos pelo Plano de Acesso, Permanência e Êxito no período de 2014 a 2018						
TIPO DE BOLSA/AUXÍLIO	NÚMERO DE BOLSAS/AUXÍLIOS CONCEDIDOS					
	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
BOLSA MONITORIA	67	67	251	257	156	798
AUXÍLIO PARA TCC	9	46	99	69	56	279
AUXÍLIO PARA VISITAS TÉCNICAS	-	74	1.566	504	-	2.144
TOTAL	76	187	1.916	830	212	3.221

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 22/8/2018

9.1.2.3 Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (Pitec)⁹⁴ propõe o desenvolvimento de habilidades por meio de atividades de pesquisa, incentivando a participação dos estudantes em projetos desenvolvidos por servidores pesquisadores do IFMS e contribuindo para as estratégias direcionadas à permanência e ao êxito da comunidade acadêmica.

O apoio financeiro a esse programa acontece por meio de bolsa pesquisa, concedida aos estudantes para participação em ações de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico. Foram concedidas 976 bolsas no período de 2014 a 2018, conforme Tabela 13.

Tabela 13 – Número de bolsas concedidas pelo Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica no período de 2014 a 2018						
TIPOS DE BOLSA	NÚMERO DE BOLSAS CONCEDIDAS					
	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
BOLSA PIBIC - ENSINO MÉDIO	152	90	140	140	150	672
BOLSA PIBIC E PIBIC-AF - ENSINO SUPERIOR	36	30	52	52	54	224
BOLSA PIBITI - ENSINO SUPERIOR	9	12	17	18	24	80
TOTAL	197	132	209	210	228	976

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação 22/8/2018

9.1.2.4 Programa de Empreendedorismo Inovador

⁹⁴ Resolução Cosup nº 5, de 16/2/2018. Aprova o Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica.

O Programa de Empreendedorismo Inovador (Pemin)⁹⁵ tem por objetivo apoiar o desenvolvimento de ideias e empreendimentos inovadores, zelando pela proteção intelectual e pela transferência tecnológica resultante de projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

O apoio financeiro ao estudante acontece por meio de bolsas, que preveem o custeio de despesas relacionadas à inscrição, transporte, alimentação e outras relativas à participação em eventos ligados às áreas de pesquisa e inovação. Foram concedidas 65 bolsas no período de 2016 a 2018, conforme Tabela 14.

Tabela 14 – Número de bolsas concedidas pelo Programa de Empreendedorismo Inovador no período de 2016 a 2018			
2016	2017	2018	TOTAL
7	28	30	65

Fonte: Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação 5/9/2018

9.1.2.5 Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão

O Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão (Pibaex)⁹⁶ prevê a concessão de bolsas e auxílios a estudantes do IFMS, objetivando apoiar o desenvolvimento de atividades de extensão, por meio de fomento institucional ou externo, em duas modalidades:

- a) Auxílio-Extensão: subsídio concedido para incentivar a participação de estudantes em eventos ou atividades extensionistas, ações culturais, esportivas e relativas à inclusão e diversidade e à mobilidade estudantil;
- b) Bolsa Extensão: auxílio mensal que visa ao apoio e incentivo da participação de estudantes em atividades de extensão.

No período de 2014 a 2018, foram concedidos 2.374 auxílios e 197 bolsas, conforme apresentado na Tabela 15.

⁹⁵ Resolução Cosup nº 97, de 16/12/2016. Aprova o Programa de Empreendedorismo Inovador.

⁹⁶ Resolução Cosup nº 20, de 14/5/2015. Aprova o Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão.

Tabela 15 – Número de auxílios financeiros e bolsas concedidos pelo Programa Institucional de Bolsas e Auxílios para Atividades de Extensão no período de 2014 a 2018

TIPO DE AUXÍLIO/BOLSA	NÚMERO DE AUXÍLIO / BOLSAS CONCEDIDOS					
	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
AUXÍLIO EXTENSÃO	359	403	748	484	380	2.374
BOLSA EXTENSÃO		71	38	26	62	197
TOTAL	359	474	786	510	442	2.571

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão 22/8/2018

9.1.3 Nivelamento

As ações de nivelamento, que acontecem nos *campi* do IFMS têm por objetivo auxiliar estudantes que apresentam dificuldades nas unidades curriculares de língua portuguesa e matemática. As vagas são definidas pelos professores, que podem aplicar testes a fim de identificar as lacunas existentes, como critério de seleção. As aulas compõem as atividades de ensino e constam como carga horária docente.

9.1.4 Permanência ao Estudante

De acordo com as Diretrizes de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMS⁹⁷, as atividades de ensino docente compreendem as aulas, o planejamento e a preparação de aula; a permanência ao estudante; e as atividades de apoio ao ensino.

A permanência ao estudante é uma ação didático-pedagógica relacionada ao complemento dos estudos, reforço e recuperação de notas. Nos horários de permanência, o docente fica à disposição do estudante, com carga horária definida com base na quantidade de aulas ministradas durante o período letivo, para auxiliá-lo com os conteúdos das disciplinas de sua área de atuação.

9.1.5 Monitoria

A monitoria conta como atividade complementar dos estudantes e é mediada por um docente orientador. Tem como finalidades fortalecer a articulação entre teoria e prática, promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e permitir ao estudante a experiência com as atividades pedagógicas.

Nesse sentido, o Programa de Monitoria do IFMS⁹⁸ tem por objetivo apoiar atividades que contribuam para o fortalecimento dos cursos ofertados, por meio de um trabalho extensivo com as unidades curriculares que apresentam maiores índices de retenção, selecionando discentes para atuarem como monitores, por meio de editais.

⁹⁷ Resolução Cosup nº 14, de 23/5/2018. Aprova as Diretrizes para a Gestão das Atividades Docentes de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão Institucional do IFMS.

⁹⁸ Resolução Cosup nº 7, de 13/3/2017. Aprova o Programa de Monitoria do IFMS.

Os monitores devem cumprir plano de atividades e cooperar no atendimento e auxílio dos estudantes, entre outras ações. Durante o período de vigência da monitoria, eles recebem um auxílio financeiro mensal, cujo quantitativo foi contemplado em tabela apresentada na Subseção 9.1.1.2 deste documento.

9.1.6 Apoio Psicopedagógico

Compreende-se o apoio psicopedagógico como o atendimento ao discente, passível de ser estendido a todos aqueles que participam da comunidade acadêmica, com o objetivo de avaliar, acompanhar e sanar dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, especificamente aquelas que levam ao impedimento da aquisição dos conhecimentos, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas na formação discente.

A orientação psicossocial consta no Regimento Geral do IFMS⁹⁹ como atividade complementar ao ensino e, também, na Política de Assistência Estudantil, como Programa de Acompanhamento Pedagógico, Psicossocial e de Saúde¹⁰⁰.

O programa destaca o apoio psicopedagógico como um princípio básico do atendimento ao discente. Dessa forma, prevê o desenvolvimento de ações direcionadas aos estudantes e seus familiares nos *campi* do IFMS, sendo realizado por meio dos seguintes acompanhamentos:

- a) pedagógico: relacionado ao acompanhamento dos processos de ensino e aprendizagem do estudante a fim de garantir a permanência e o êxito;
- b) psicológico: promove o bem estar biopsicossocial dos estudantes e a preservação da saúde mental;
- c) social: realiza o diagnóstico e acompanhamento de estudantes e familiares em questões sociais que podem dificultar o ensino e a aprendizagem; e
- d) saúde: promove a saúde dos estudantes, prevenindo problemas que possam interferir na aprendizagem.

9.1.7 Mobilidade Acadêmica

O Regulamento de Mobilidade Acadêmica do IFMS¹⁰¹ estabelece diretrizes para os programas de mobilidade, que preveem a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme especificado a seguir:

- a) Mobilidade *intercampi*: permite que estudantes regularmente matriculados em cursos do IFMS possam realizar ações em outros *campi* da instituição;
- b) Mobilidade nacional: permite que estudantes possam desenvolver atividades em outras instituições de ensino no país, desde que possuam acordos firmados com o IFMS; e

⁹⁹ Art. 218 do Regimento Geral do IFMS. Trata das possibilidades de atendimento ao discente.

¹⁰⁰ Art. 12 da Política de Assistência Estudantil do IFMS. Estabelece o programa como uma das ações do Plano de Acesso, Permanência e Êxito.

¹⁰¹ Resolução Cosup nº 89, de 15/12/2016. Aprova o Regulamento de Mobilidade Acadêmica.

- c) Mobilidade internacional: permite que estudantes possam desenvolver ações em instituições internacionais conveniadas com o IFMS.

As ações de mobilidade acadêmica internacional podem acontecer em duas modalidades: a *inbound*, na qual o IFMS recebe estudantes de outras instituições, e a *outbound*, que compreende o envio de discentes matriculados no IFMS para instituições conveniadas.

Houve participação de dois discentes em programas externos de bolsas para o Canadá, em 2016 e 2017. Ainda em 2017, uma estudante esteve em intercâmbio pela AFS Intercultura, em Costa Rica. Nesse mesmo ano, o IFMS recebeu estudantes do Japão, Argentina, Itália e Tailândia em decorrência de Acordo de Cooperação Técnica com a AFS.

Em 2018, as duas primeiras estudantes de cursos de nível médio integrado selecionadas para intercâmbio escolar embarcaram para a Argentina pelo período de um ano, por meio de um edital lançado pelo IFMS em parceria com o Rotary Club Campo Grande.

Ainda em 2018, foi aprovado o Programa Família Acolhedora¹⁰², tendo por objetivo cadastrar famílias voluntárias para o recebimento de estudantes e servidores de instituições estrangeiras, desde que conveniadas com o IFMS. O cadastro é aberto a famílias do estado e possibilita a promoção da solidariedade, bem como aprendizagem cultural e linguística para as famílias hospedeiras.

9.1.8 Ações de Inclusão e Diversidade

Compreende-se como ações de inclusão e diversidade aquelas que visam a incluir os discentes nas atividades institucionais, objetivando oportunidades iguais de acesso e permanência, considerando-se não só a existência de deficiências, mas também diferenças de classe social, gênero, idade e origem étnica.

A Política de Inclusão e Diversidade consta no Regimento Geral do IFMS e tem por objetivo promover a igualdade étnico-racial e de gênero nas diversas atividades em âmbito institucional, de forma a contribuir com a permanência e com o êxito dos estudantes, bem como reduzir a vulnerabilidade social, fortalecendo relações étnico-raciais e de gênero.

O Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne)¹⁰³ prevê, como objetivo estruturador desse núcleo, a definição de normas de inclusão a serem praticadas no IFMS, promovendo a cultura da convivência, o respeito à diferença e a superação de obstáculos arquitetônicos e atitudinais para que seja possível garantir a prática da inclusão social na instituição.

Além do Napne, ainda na perspectiva da inclusão social e com o objetivo de promover ações de valorização das identidades negras e indígenas, foi aprovado

¹⁰² Resolução Cosup nº 31, de 3/8/2018. Aprova o Programa Família Acolhedora.

¹⁰³ Resolução Cosup nº 26, de 15/4/2016. Aprova o Regulamento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.

o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi)¹⁰⁴ no IFMS. O documento versa sobre as linhas de atuação do núcleo, que incluem:

- a) discussões sobre o currículo dos cursos do IFMS, com o intuito de auxiliar no processo de inserção dos conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas, em especial nas áreas de artes, literatura, sociologia, filosofia e história;
- b) proposição de políticas afirmativas, em especial à política de reserva de vagas para indígenas e afro-brasileiros nos processos seletivos e concursos públicos oferecidos;
- c) estímulo a ações de extensão que envolvam as comunidades interna e externa nas discussões que norteiam o Neabi; e
- d) incentivo à capacitação dos servidores para o conhecimento e a valorização da história, da cultura afro-brasileira e indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país.

No sentido de promover a inclusão no tocante à diversidade de gênero, o Regulamento do Uso do Nome Social no Âmbito do IFMS¹⁰⁵ permite que a pessoa travesti ou transexual utilize um nome com o qual se identifique e seja socialmente reconhecida, uma vez que seu registro civil não reflete sua identidade de gênero.

9.1.9 Oportunidades de Estágio

No IFMS, o estágio curricular supervisionado integra os Projetos Pedagógicos de Cursos e o itinerário formativo do educando, podendo ser obrigatório, quando figura entre os requisitos para conclusão do curso, ou não obrigatório, contando, assim, como atividade extracurricular. Segundo dados da Pró-Reitoria de Extensão, 621 estudantes realizaram estágio, remunerado ou não, no ano de 2017.

Os estudantes podem estagiar no IFMS e em instituições concedentes, mediante seleção em edital e celebração de convênio, respectivamente. Em ambos os casos, o documento que formaliza essa relação é o Termo de Compromisso de Estágio.

No período de 2014 a 2018, o IFMS selecionou 1.334 estudantes para estágio interno e firmou convênio com 350 instituições concedentes, conforme demonstrado na Tabela 16.

¹⁰⁴ Resolução Cosup nº 90, de 16/12/2016. Aprova o Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas.

¹⁰⁵ Resolução Cosup nº 91, de 16/12/2016. Aprova o Regulamento do Uso do Nome Social no IFMS.

Tabela 16 - Número de estudantes selecionados para estágio interno e de instituições conveniadas para realização de estágio no período de 2014 a 2018

	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL
NÚMERO DE ESTUDANTES SELECIONADOS EM EDITAIS DO IFMS PARA ESTÁGIO INTERNO	141	205	381	311	296	1.334
NÚMERO DE INSTITUIÇÕES CONVENIADAS PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO	92	57	66	97	68 ¹	350

¹ Dados extraídos em 31 de julho de 2018

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão.

9.1.10 Iniciação à Docência

O Programa de Iniciação à Docência do IFMS¹⁰⁶ consiste em uma ação institucional que visa ao fortalecimento da articulação entre teoria e prática, assim como à cooperação mútua entre docentes e discentes dos cursos de licenciatura.

O programa procura incentivar o aperfeiçoamento da formação docente, contribuindo na inserção dos licenciandos na rotina das escolas de educação básica. Também busca incentivar a permanência e a conclusão dos cursos de licenciatura, elevando, conseqüentemente, a qualidade da formação de professores.

A seleção dos estudantes ocorre por meio de editais elaborados e publicados pela Pró-Reitoria de Ensino. No ano de 2017, dez estudantes do curso de Licenciatura em Química foram contemplados pelo programa.

9.2 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

No que diz respeito às organizações de estudantes em instituições de ensino, há garantia legal na definição de que a União Nacional dos Estudantes (UNE) é a entidade representante do conjunto de estudantes das Instituições de Ensino Superior de todo o país¹⁰⁷, enquanto as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) representam grupos discentes de diferentes instituições de cada estado. Já em nível institucional, esses estudantes podem se organizar em Centros ou Diretórios Acadêmicos.

No que concerne aos estudantes do ensino médio, a lei assegura a organização com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais¹⁰⁸. A organização dos Grêmios Estudantis será, conseqüentemente, estabelecida em seus estatutos, que devem ser aprovados em cada estabelecimento de ensino.

Dessa forma, os órgãos de representação dos discentes de ensino superior no âmbito do IFMS são o Diretório Central de Estudantes (DCE) e o Diretório

¹⁰⁶ Resolução Cosup nº 52, de 7/7/2017. Aprova o Programa de Iniciação à Docência.

¹⁰⁷ Lei nº 7.395, de 31/10/1985. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior.

¹⁰⁸ Lei nº 7.398, de 4/11/1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus.

Acadêmico, enquanto as entidades representativas dos estudantes de nível médio são os Grêmios Estudantis¹⁰⁹.

9.3 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O Programa de Acompanhamento de Egressos do IFMS tem por base o Regimento Geral, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política de Extensão do IFMS¹¹⁰. Tem como foco o egresso em sua realidade profissional e acadêmica, visando à avaliação do efetivo cumprimento da missão institucional. Dessa forma, o programa tem impacto na aferição dos resultados institucionais e na definição de indicadores de efetividade. Seus objetivos são:

- a) possibilitar o contato permanente do IFMS com o egresso, para a divulgação de oportunidades de qualificação profissional e emprego;
- b) coletar informações e dados que permitam mapear o perfil do egresso;
- c) analisar a qualidade da formação do IFMS;
- d) reavaliar a atuação do ensino, pesquisa, extensão, administração e desenvolvimento institucional, visando ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;
- e) construir indicadores de efetividade que subsidiem a instituição na tomada de decisões e na avaliação contínua de suas políticas; e

implementar e gerenciar a Página do Egresso, no *site* institucional.

9.4 AÇÕES DE ESTÍMULO À PRODUÇÃO DISCENTE E À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

A produção acadêmica e a participação em eventos de cunho científico e tecnológico têm papel fundamental no desenvolvimento institucional e social, pois influencia diretamente na qualidade de formação do estudante e cumpre o seu papel social de transferência de conhecimento.

Diante desse pressuposto, objetiva-se promover políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas que viabilizem e estimulem a produção científica e tecnológica na comunidade acadêmica. Dentre essas ações, pode-se destacar:

- a) participação discente em olimpíadas, feiras, encontros e jogos, organizados internamente ou em outra instituição;
- b) participação docente e discente em evento científico e tecnológico, nacional ou internacional;
- c) participação docente e discente em edital de auxílio à pesquisa e evento, interno ou externo; e
- d) participação e formação de grupos de estudos e pesquisa no âmbito institucional ou em instituição parceira.

¹⁰⁹ Arts. 216 e 217 do Regimento Geral do IFMS. Definem as entidades representativas de estudantes dos ensinos médio e superior.

¹¹⁰ Resolução Cosup nº 59, de 21/7/2017. Aprova a Política de Extensão do IFMS.

A Tabela 17 apresenta o quantitativo de estudantes do IFMS que participaram de eventos de pesquisa e extensão entre 2014 e 2018.

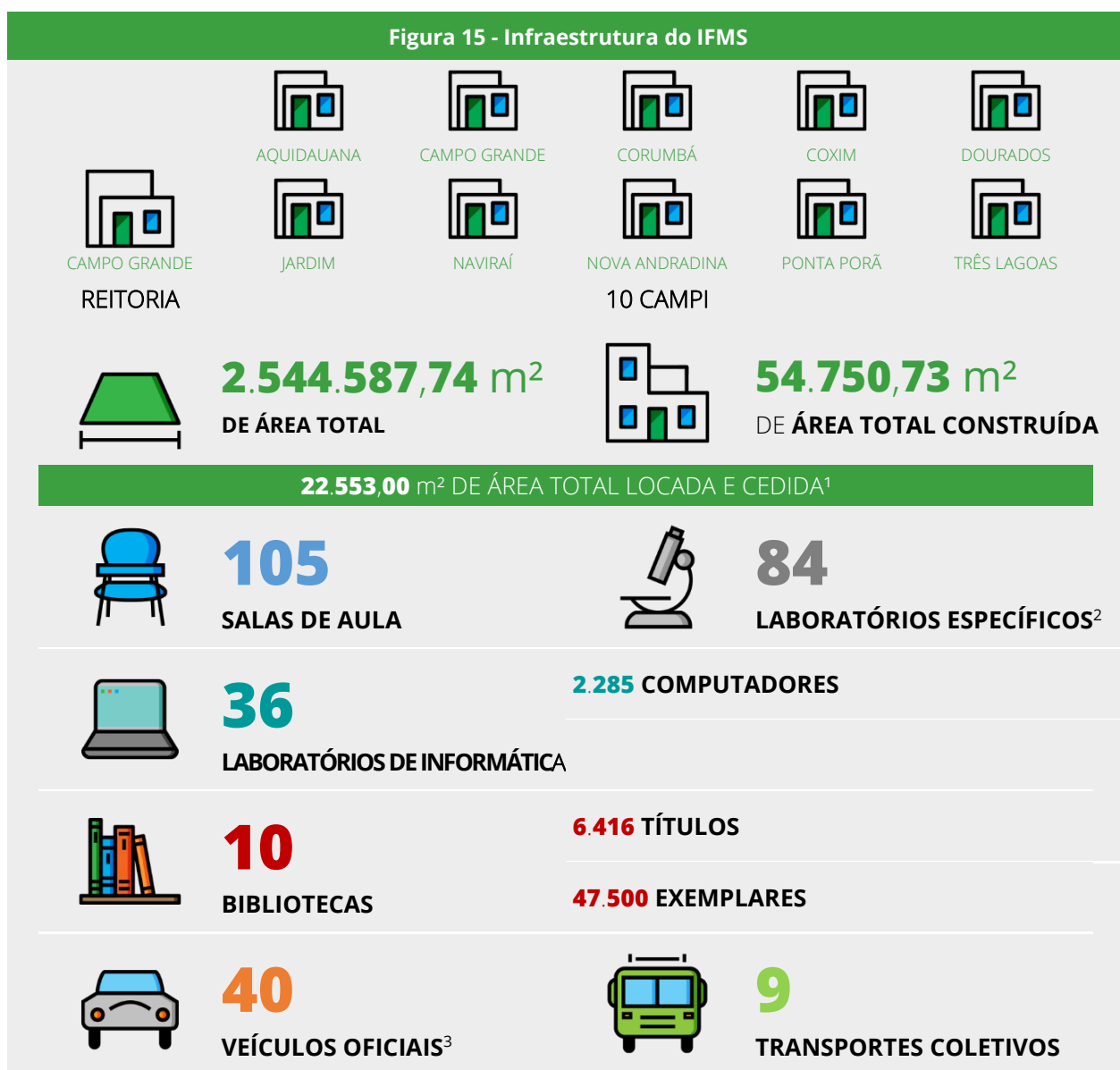
Tabela 17 – Número de estudantes que participaram de jogos e eventos no período de 2014 a 2018					
EVENTO	NÚMERO DE ESTUDANTES PARTICIPANTES				
	2014	2015	2016	2017	2018
EVENTOS EXTERNOS DE EXTENSÃO	-	176	376	5	11
FEIRA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA (FEBRACE)	24	14	12	18	21
FEIRA DO EMPREENDEDOR	-	-	-	-	5
FEIRA DE TECNOLOGIAS, ENGENHARIAS E CIÊNCIAS DE MATO GROSSO DO SUL (FETEC)	120	83	56	66	-
INTEL/ ISEF/ GENIUS OLYMPIAD	3	6	2	1	-
JOGOS DO IFMS (JIFMS)	245	227	255	278	259
JOGOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS ETAPA CENTRO OESTE (JIFCO)	96	-	93	186	110
JOGOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS ETAPA NACIONAL (JIF)	18	-	24	15	-
MOSTRA BRASILEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA/ MOSTRA INTERNACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (MOSTRATEC)	6	4	2	-	-
OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA (OBR)	36	36	24	56	-
SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO IFMS (SEMICT)	30	43	41	64	-

Fonte: Pró-Reitoria de Extensão e Pró Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós Graduação 22/8/2018

10 INFRAESTRUTURA

O IFMS possui dez *campi* e a reitoria, que somados dispõem de 105 salas de aulas, 36 laboratórios de informática, 84 laboratórios específicos, 10 bibliotecas, 2.285 computadores, 40 veículos oficiais e nove transportes coletivos. A instituição ocupa, ainda, um imóvel locado e um cedido, este último de uso compartilhado. A infraestrutura física do IFMS está descrita no Plano Diretor de Infraestrutura, que contempla as necessidades de expansão.

A partir dos dados levantados pelas diretorias responsáveis¹¹¹, apresenta-se neste capítulo um resumo da infraestrutura geral do IFMS (representada na Figura 15), além da específica de cada *campus*, da reitoria e da Educação a Distância, e ao final, a infraestrutura tecnológica que dá suporte às atividades da instituição e os recursos audiovisuais utilizados nas práticas pedagógicas.



¹ Cread e *Campus* Naviraí; ² Os laboratórios específicos estão identificados na infraestrutura de cada *campus*;

³ 36 veículos simples, 1 veículo de carga e 3 agrícolas

¹¹¹ Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018).

10.1 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS AQUIDAUANA

O *Campus* Aquidauana possui quatro blocos que abrigam 11 salas de aula, 15 laboratórios, 28 salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina, espaço de inovação e quadra poliesportiva. O Quadro 18 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 18 - Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Aquidauana	
Área total do terreno: 70.000,00 m ²	Área total construída: 6.047,22 m ²
Área da biblioteca: 824,27 m ²	Área do estacionamento: 3.521,21 m ²
Salas de aula: 11	Área total das salas de aulas: 728,19 m ²
Salas administrativas: 28	Salas de reuniões: 1
Laboratórios de informática: 7	Laboratórios específicos: 8
Computadores: 242	Frota: 3
Vagas no estacionamento: 93	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 5
¹ Identificação dos laboratórios específicos: Biologia; Física; Química; Desenho Técnico; Núcleo de Desenvolvimento de <i>Software</i> ; Solos; Materiais; Elétrica e Hidráulica.	

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.2 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS CAMPO GRANDE

O *Campus* Campo Grande possui cinco blocos que abrigam 14 salas de aula, 20 laboratórios, 32 salas para setores administrativos, biblioteca, cantina e quadra poliesportiva. O Quadro 19 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 19 - Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Campo Grande	
Área total do terreno: 59.875,74 m ²	Área total construída: 8.323,32 m ²
Área da biblioteca: 201,43 m ²	Área do estacionamento: 6.550,00 m ²
Salas de aula: 14	Área total das salas de aulas: 724,88 m ²
Salas administrativas: 32	Salas de reuniões: 0
Laboratórios de informática: 6	Laboratórios específicos: 14
Computadores: 284	Frota: 4 (3 veículos simples e 1 coletivo)
Vagas no estacionamento: 187	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 9
¹ Identificação dos laboratórios específicos: Biologia; Química; Instalações Industriais; Instalações Prediais; Máquina; Eletricidade; Eletrônica; Acionamentos; Ajustagem; Usinagem; Usinagem II; Soldagem; Automação; Laboratório de Materiais/Física.	

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.3 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS CORUMBÁ

O *Campus* Corumbá possui quatro blocos que abrigam 14 salas de aula, 14 laboratórios, 26 salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina, espaço de inovação e quadra poliesportiva. O Quadro 20 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 20 - Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Corumbá	
Área total do terreno: 46.212,00 m ²	Área total construída: 6.134,82 m ²
Área da biblioteca: 824,27 m ²	Área do estacionamento: 3.619,98m ²
Salas de aula: 14	Área total das salas de aulas: 920,34m ²
Salas administrativas: 26	Salas de reuniões: 1
Laboratórios de informática: 5	Laboratórios específicos ¹ : 9
Computadores: 192	Frota: 3
Vagas no estacionamento: 96	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 7

¹ Identificação dos laboratórios específicos: Biologia; Física; Química; Robótica; Dispositivos Móveis; Arquitetura de Computadores; Metalografia I; Metalografia II; Metalurgia.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.4 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS COXIM

O *Campus* Coxim possui quatro blocos que abrigam 14 salas de aula, 17 laboratórios, 34 salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina, espaço de inovação e quadra poliesportiva. O Quadro 21 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 21 - Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Coxim	
Área total do terreno: 50.000,00 m ²	Área total construída: 6.047,22 m ²
Área da biblioteca: 824,27 m ²	Área do estacionamento: 4.173,49 m ²
Salas de aula: 14	Área total das salas de aulas: 923,28 m ²
Salas administrativas: 34	Salas de reuniões: 1
Laboratórios de informática: 3	Laboratórios específicos: 14
Computadores: 181	Frota: 3
Vagas no estacionamento: 98	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 7

¹ Identificação dos laboratórios específicos: Desenvolvimento de *Software*; Redes e Arquitetura de Computadores; Biologia/Microbiologia; Física; Robótica; Química Analítica; Físico-Química; Química Orgânica e Análise de Alimentos; Análise Sensorial; Processamento de Leites e Derivados; Processamento de Carnes, Pescados e Ovos; Processamento Vegetal; Panificação; Laboratório de Instrumentação.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.5 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS DOURADOS

O *Campus* Dourados possui dois blocos que abrigam oito salas de aula, quatro laboratórios, nove salas para setores administrativos, biblioteca, cantina e quadra poliesportiva. O Quadro 22 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 22 - Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Dourados	
Área total do terreno: 50.000,00 m ²	Área total construída: 3.180,96 m ²
Área da biblioteca: 100,34 m ²	Área do estacionamento: 2.580,46 m ²
Salas de aula: 8	Área total das salas de aulas: 480,93 m ²
Salas administrativas: 9	Salas de reuniões: 0
Laboratórios de informática: 2	Laboratórios específicos: 2
Computadores: 140	Frota: 2
Vagas no estacionamento: 101	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 4

¹ Identificação dos laboratórios específicos: Matemática e Física; Biologia e Química.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.6 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS JARDIM

O *Campus* Jardim possui quatro salas de aula, quatro laboratórios, oito salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina e quadra poliesportiva. O Quadro 23 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 23 - Caracterização da infraestrutura do <i>Campus</i> Jardim	
Área total do terreno: 80.333,00 m ²	Área total construída: 1.756,76 m ²
Área da biblioteca: 116,32 m ²	Área do estacionamento: 4.778,79 m ²
Salas de aula: 4	Área total das salas de aulas: 219,80 m ²
Salas administrativas: 8	Salas de reuniões: 0
Laboratórios de informática: 1	Laboratórios específicos: 3
Computadores: 134	Frota: 2
Vagas no estacionamento: 139	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 2

¹ Identificação dos laboratórios específicos: Ciências; Infraestrutura; Informação e Comunicação.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.7 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS NAVIRAÍ

O *Campus* Naviraí funciona em espaço cedido e compartilhado com a Secretaria de Estado de Educação (SED/MS). O espaço destinado ao uso do IFMS conta com cinco salas de aula, sete laboratórios, quatro salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina e ginásio coberto. O Quadro 24 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 24 - Caracterização da infraestrutura do Campus Naviraí

Área total do terreno: 19.847,00m ²	Área total construída: 5.577,39 m ²
Área da biblioteca: 60,62 m ²	Área do estacionamento: 1.660,00 m ²
Salas de aula: 5	Área total das salas de aulas: 303,14m ²
Salas administrativas: 4	Salas de reuniões: 0
Laboratórios de informática: 3	Laboratórios específicos: 4
Computadores: 188	Frota: 2
Vagas no estacionamento: 70	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 2

¹ Identificação dos laboratórios específicos: Redes/*Hardware*; Química; Biologia; Física.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.8 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS NOVA ANDRADINA

O *Campus Nova Andradina*, localizado em área rural, possui 10 salas de aula, sete laboratórios, 14 salas para setores administrativos, biblioteca, cantina, restaurante e quadra poliesportiva. Dispõe, ainda, de aviários, estábulo, pocilga e alojamento estudantil, com 64 leitos. O Quadro 25 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 25 - Caracterização da infraestrutura do Campus Nova Andradina

Área total do terreno: 1.816.509,00 m ²	Área total construída: 7.988,20m ²
Área da biblioteca: 91,95 m ²	Área do estacionamento: 6.387,00 m ²
Salas de aula: 10	Área total das salas de aulas: 583,87m ²
Salas administrativas: 14	Salas de reuniões: 1
Laboratórios de informática: 1	Laboratórios específicos: 6
Computadores: 303	Frotas: 12 (5 simples, 5 transportes coletivos e 2 agrícolas)
Vagas no estacionamento: 79	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 0

¹ Identificação dos laboratórios específicos: Física; Biologia; Química; Sementes; Extensão Rural; Agroindustrialização.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (24/7/2018); Diretoria de Serviços Gerais e Transportes (15/8/2018) e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (17/8/2018)

10.9 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS PONTA PORÃ

O *Campus Ponta Porã* possui quatro blocos que abrigam 13 salas de aula, 17 laboratórios, 26 salas para os setores administrativos, biblioteca, cantina, espaço de inovação e quadra poliesportiva. O Quadro 26 resume a infraestrutura específica do *campus*.

Quadro 26 - Caracterização da infraestrutura do Campus Ponta Porã	
Área total do terreno: 250.000,00 m ²	Área total construída: 6.029,81 m ²
Área da biblioteca: 824,27 m ²	Área do estacionamento: 3.368,61 m ²
Salas de aula: 13	Área total das salas de aulas: 858,25 m ²
Salas administrativas: 26	Salas de reuniões: 1
Laboratórios de informática: 3	Laboratórios específicos: 14
Computadores 214	Frota: 4 (3 veículos simples e 1 agrícola)
Vagas no estacionamento: 91	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 7

Hardware I; Hardware II; Biologia; Física; Química; Humanidades;
¹ Identificação dos Projetos; Análise de Solos; Análise de Sementes; Entomologia e laboratórios específicos: Fitopatologia; Microbiologia e Fitopatologia; Engenharia Agrícola; Agroindustrialização de Alimentos; Robótica.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura 24/7/2018; Diretoria de Serviços Gerais e Transportes 15/8/2018 e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação 17/8/2018

10.10 INFRAESTRUTURA DO CAMPUS TRÊS LAGOAS

O Campus Três Lagoas possui quatro blocos que abrigam 12 salas de aula, 15 laboratórios, 23 salas para setores administrativos, biblioteca, cantina, espaço de inovação e quadra poliesportiva. O Quadro 27 resume a infraestrutura específica do campus.

Quadro 27 - Caracterização da infraestrutura do Campus Três Lagoas	
Área total do terreno: 49.870,00 m ²	Área total construída: 6.092,68 m ²
Área da biblioteca: 824,27 m ²	Área do estacionamento: 4.173,49 m ²
Salas de aula: 12	Área total das salas de aulas: 793,22 m ²
Salas administrativas: 23	Salas de reuniões: 1
Laboratórios de informática: 5	Laboratórios específicos: 10
Computadores 196	Frota: 3
Vagas no estacionamento: 102	Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 7

Manutenção Informática; Biologia; Física; Química; Desenho Técnico; Instalações Elétricas; Eletrônica; Eletrônica Digital; laboratórios específicos: Eletrotécnico Geral; Redes Industriais, Hidráulica, Pneumática e Automação Industrial.

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura 24/7/2018; Diretoria de Serviços Gerais e Transportes 15/8/2018 e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação 17/8/2018

10.11 INFRAESTRUTURA DA REITORIA

A reitoria do IFMS, localizada em Campo Grande, possui área total do terreno de 1.788,00 m², com área total construída de 3.150,14 m², onde funcionam as pró-reitorias, diretorias e demais setores. O espaço locado ao lado abriga o Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância, almoxarifado, depósito e estacionamento. Os Quadros 28 e 29 resumem a infraestrutura da reitoria.

Quadro 28 - Caracterização da infraestrutura da reitoria	
Área total do terreno: 1.788,00 m ²	Área total construída: 3.150,14 m ²
Área de estacionamento: 115,89 m ²	Vagas no estacionamento: 8
Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 0	Salas de reuniões: 3
Salas administrativas: 50	Mini-Auditório: 1
Computadores: 211	Frota: 11 (7 simples, 1 de carga e 3 transportes coletivos)

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura 24/7/2018; Diretoria de Serviços Gerais e Transportes 15/8/2018 e Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação 17/8/2018

Quadro 29 - Caracterização da infraestrutura do espaço locado da reitoria	
Área total do terreno: 2.706,00 m ²	Área total construída: 1.442,00 m ²
Área de estacionamento: 1.917,20 m ²	Vagas no estacionamento: 64
Vagas de estacionamento para Pessoa com Deficiência: 1	Salas administrativas: 8 (inclui depósito e almoxarifado)

Fonte: Diretoria de Engenharia e Infraestrutura 24/7/2018 e Diretoria de Serviços Gerais e Transportes 15/8/2018

10.12 INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A Educação a Distância (EaD) é caracterizada como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica ocorre com a utilização de meios e Tecnologias de Informação e Comunicação. No IFMS, a infraestrutura dessa modalidade conta com o Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (Cread), o *campus* que realiza parcerias para oferta de cursos e o polo de educação a distância.

O Cread está organizado em duas coordenações e localiza-se ao lado da reitoria, onde ficam o estúdio para gravação das aulas, os equipamentos audiovisuais, a sala de tutoria, entre outros espaços administrativos, cuja infraestrutura física corresponde a 350,20m² da área construída locada.

Para cada curso EaD ofertado no IFMS por meio de parcerias municipais, há um polo de educação a distância para a realização das atividades presenciais. Nesse caso, o polo é vinculado tecnicamente ao Cread e administrativamente ao *campus* que atua na área de abrangência do município parceiro.

Quanto à infraestrutura tecnológica, o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) possui ferramentas que permitem a interação entre professores, tutores e estudantes. Outro recurso disponível é o sistema acadêmico que oferece à EaD as mesmas condições e suporte da modalidade presencial. Os dados de ambos os sistemas estão integrados.

A fim de garantir o atendimento aos estudantes, as infraestruturas física e de pessoal adequadas para funcionamento do polo estão previstas nos Projetos Pedagógicos de Cursos. Recomenda-se que a unidade disponha de sala de aula, laboratório de informática (ou outro tipo de laboratório a depender do curso), sala para coordenação, sala de tutoria, secretaria de atendimento aos estudantes, espaço de convivência e banheiros.

10.13 INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

A infraestrutura tecnológica corresponde aos componentes e serviços que fornecem a base para sustentar todos os sistemas de informação de uma organização, composta por *hardware*, *software*, rede de dados e serviços de tecnologia. No IFMS, essa infraestrutura atende às necessidades institucionais, considerando tanto atividades pedagógicas como administrativas.

O primeiro componente da infraestrutura tecnológica é o *hardware*, que corresponde à tecnologia para processamento, armazenamento, entrada e saída de dados. Inclui, também, os equipamentos utilizados no IFMS. Em julho de 2018, a instituição contava com 2.285 computadores, sendo que 1.198 estavam disponíveis em laboratórios para uso dos estudantes.

Outro componente, o *software*, refere-se aos sistemas de informação utilizados pela instituição. Em julho de 2018, o IFMS contava com cerca de 30 sistemas em funcionamento. O Quadro 30 apresenta os principais sistemas disponíveis na instituição.

Quadro 30 - Principais sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação

SISTEMAS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	DESENVOLVIMENTO	PÚBLICO ATENDIDO
SISTEMA ACADÊMICO	<ul style="list-style-type: none"> • cadastro de cursos e matrizes curriculares; • matrícula e enturmação; • diários de classe, histórico escolar, horários de aula; • emissão de crachás; • extração de relatórios; • área do estudante (notas, frequência, boletim). 	Projeto desenvolvido em código livre pelo IFMS, registrado no INPI	Estudantes e servidores

Quadro 30 - Principais sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação

SISTEMAS	PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES	DESENVOLVIMENTO	PÚBLICO ATENDIDO
AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM - IFMS	<ul style="list-style-type: none"> criação de turmas virtuais; registro dos tutores e estudantes; publicação de materiais pedagógico (vídeos e arquivos); aplicação de atividades e avaliações; lançamento de notas. 	Projeto desenvolvido pelo IFMS, com base no <i>software</i> livre Moodle (www.moodle.org)	Estudantes da EaD, servidores e tutores
SISTEMA UNIFICADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (SUAP)	<ul style="list-style-type: none"> registro e tramitação de documentos e processos eletrônicos; gestão de pessoas (cadastro, lotação, progressão, licenças, afastamento e ponto eletrônico); registro de contratos; controle do almoxarifado; controle do patrimônio; gestão da frota oficial; módulo de pesquisa e extensão; emissão de declaração e certificado. 	Desenvolvido pelo IFRN, por meio de acordo de cooperação com outros Institutos Federais, inclusive o IFMS.	Servidores e comunidade externa
SISTEMA DE BIBLIOTECA (PERGAMUM)	<ul style="list-style-type: none"> catalogação do acervo; pesquisa, reserva e empréstimo do acervo. 	Desenvolvido pela Associação Paranaense de Cultura (APC)	Servidores e estudantes
CENTRAL DE SELEÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> cadastro e pesquisa de processos seletivos; publicação de editais; sistema de inscrição de candidato. 	Projeto desenvolvido pelo IFMS	Servidores, estudantes e comunidade externa

Fonte: Diretoria de Gestão de Tecnologia e Informação 3/8/2018

O terceiro componente da infraestrutura é a tecnologia de rede, que proporciona a conectividade de dados. No IFMS, a rede está estruturada de duas formas: pela RedeComep, iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), coordenada pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP); e operadora de telefonia local.

Esses serviços possibilitam a comunicação de voz, dados e o acesso à internet em a toda instituição. O Quadro 31 apresenta a conectividade da internet e capacidade do servidor de dados, por *campus* e reitoria.

Quadro 31 - Conectividade e velocidade da internet por <i>campus</i> e reitoria		
UNIDADE	OPERADORA	VELOCIDADE MÉDIA DE CONEXÃO
AQUIDAUANA	Operadora local	12 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	100 Mb
CAMPO GRANDE	Operadora local	12 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	1Gb
CORUMBÁ	Operadora local	12 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	10 Mb
COXIM	Operadora local	12 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	100 Mb
DOURADOS	Operadora local	50 Mb
JARDIM	Operadora local	12 Mb
NAVIRAÍ	Operadora local	12 Mb
NOVA ANDRADINA	Operadora local	12 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	Via rádio
PONTA PORÃ	Operadora local	12 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	20 Mb
TRÊS LAGOAS	Operadora local	12 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	20 Mb
REITORIA	Operadora local	50 Mb
	Serviço oferecido pela RNP	1Gb

Fonte: Diretoria de Gestão de Tecnologia e Informação 15/8/2018

Os serviços de tecnologia referem-se às demandas tanto por sistema informatizado quanto pela infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI), que inclui o suporte e a manutenção de equipamentos. Todos os serviços de TI disponíveis no IFMS estão descritos no Catálogo de Serviços, que deve ser constantemente atualizado.

Destacam-se, também, os recursos que auxiliam nas comunicações, como os serviços de telefonia. Um deles é chamado de DDR (Discagem Direta a Ramal) e o outro é o fone@RNP, que permite a realização de chamadas pela internet por meio da tecnologia de Voz sobre IP (VoIP). Outros dois recursos tecnológicos disponíveis para todos os *campi* e reitoria são a videoconferência e a *webconferência*.

A gestão da tecnologia do IFMS é compartilhada. No nível estratégico, existem dois comitês, conforme disposto no Regimento Geral: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)¹¹², que é responsável por alinhar os investimentos de TI com os objetivos estratégicos institucionais; e o Comitê

¹¹² Portaria nº 2167, de 11/9/2017. Designa os membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do IFMS.

Gestor da Segurança de Tecnologia da Informação (CGSTI)¹¹³ que estabelece a Política de Segurança da Informação do IFMS.

O CGTI, presidido pelo reitor, define a prioridade dos projetos a serem desenvolvidos com base no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), resultante do processo de planejamento de TI e elaborado a cada dois anos. Esse plano apresenta o diagnóstico, o planejamento e a gestão dos recursos tecnológicos no IFMS, prevendo a expansão e a atualização dos equipamentos.

Nos níveis tático e operacional, estão a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e suas coordenações (Coordenação de Infraestrutura, Redes e Telecomunicação e Coordenação de Sistemas). Para o atendimento das demandas institucionais, o IFMS conta com 51 profissionais de TI distribuídos na reitoria e nos dez *campi*¹¹⁴.

¹¹³ Portaria nº 1.018, de 25/4/2017. Designa os membros do Comitê Gestor de Segurança de Tecnologia da Informação do Instituto.

¹¹⁴ Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação 7/2018.

10.14 RECURSOS AUDIOVISUAIS

Tabela 18 – Quantidade de recursos audiovisuais por *campus* e Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e em Educação a Distância

RECURSOS AUDIOVISUAIS	AQ	CB	CG	CX	DR	JD	NV	NA	PP	TL	CREAD	TOTAL
AMPLIFICADOR	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	5
APARELHO DE RÁDIO	1	0	3	0	1	5	3	1	1	3	2	20
CAIXA DE SOM	1	5	11	2	3	1	2	1	4	4	2	36
FILMADORA	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	6	7
FLASH PARA MÁQUINA FOTOGRÁFICA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
GRAVADOR	0	0	3	0	0	1	0	1	0	1	0	6
LENTES FOTOGRÁFICAS	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0	5
KIT ILUMINAÇÃO PARA FILMAGEM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8
MÁQUINA FOTOGRÁFICA	1	2	1	1	0	0	0	1	2	3	0	11
MESA DE SOM	1	2	1	1	1	0	0	1	2	1	4	14
MICROFONE COM FIO	1	1	5	2	3	2	0	2	4	1	2	23
MICROFONE SEM FIO (HEADSET)	2	0	4	2	0	0	0	1	4	2	5	20
MICROFONE SEM FIO (LAPELA)	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	3	5
MULTIPLICADOR DE SINAL HDMI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
MULTIPLICADOR DE SINAL VGA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
NOTEBOOK/NET/COMPUTADOR	0	1	4	1	2	0	0	0	0	1	3	11
PROJETOR	7	1	21	32	13	10	14	20	16	7	9	150
TELA DE PROJEÇÃO	1	2	6	22	10	10	10	2	2	13	2	80
TELEVISÃO	0	1	1	3	0	0	0	0	0	0	1	6
TRIPÉ	1	1	7	2	2	0	0	0	0	5	9	27

Fontes: Pró-Reitoria de Ensino 20/8/2018 e Centro de Referência em Tecnologias Educacionais e Educação a Distância. 29/8/2018

11 BIBLIOTECA

O IFMS possui bibliotecas nos dez *campi* para atendimento a estudantes e professores da instituição. Entre os serviços oferecidos estão as rotinas de circulação, que incluem empréstimo, devolução e reserva de títulos, além de ações de orientação aos usuários.

A Pró-Reitoria de Ensino, em conjunto com as bibliotecárias dos *campi*, propõe que seja realizado o levantamento dos serviços prestados pelas dez unidades, assim como os produtos oferecidos e projetos desenvolvidos de forma pontual. A partir desse diagnóstico, pretende-se elaborar um plano de trabalho conjunto para a implementação de serviços sistêmicos.

O quadro de pessoal das bibliotecas do IFMS é formado por 27 servidores, entre bibliotecários, assistentes e auxiliares de administração.

11.1 INFRAESTRUTURA DAS BIBLIOTECAS

Os espaços destinados às bibliotecas nos dez *campi* do IFMS somam mais de 4.600m² de área construída, conforme apresentado na Tabela 19. A fim de atender às necessidades de estudantes e professores, a instituição tem como desafio, no período de vigência deste PDI, ampliar a capacidade de atendimento, disponibilizando maior número de estações individuais e coletivas para estudos, bem como mais recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo.

Tabela 19 – Infraestrutura física das bibliotecas do IFMS					
CAMPUS	ESTAÇÕES COLETIVAS DE ESTUDO	ASSENTOS NA SALA COLETIVA	ESTAÇÕES INDIVIDUAIS DE ESTUDO	COMPUTADORES PARA CONSULTA	ÁREA
AQUIDAUANA	-	-	31	11	824,27 m ²
CAMPO GRANDE	2	12	-	6	201,43 m ²
CORUMBÁ	-	-	15	4	824,27 m ²
COXIM	-	-	8	4	824,27 m ²
DOURADOS	5	-	6	3	100,34 m ²
JARDIM	-	-	-	11	116,32 m ²
NAVIRAÍ	-	-	6	3	60,62 m ²
NOVA ANDRADINA	-	-	7	6	91,95 m ²
PONTA PORÃ	-	-	12	6	824,27 m ²
TRÊS LAGOAS	-	-	29	3	824,27 m ²
TOTAL	7	12	114	57	4.692,01 m²

Fontes: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018 e Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional 7/2018

Quadro 32 – Horário de funcionamento, serviços oferecidos e quadro de servidores das bibliotecas do IFMS

CAMPUS	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	SERVIÇOS OFERECIDOS	QUADRO DE SERVIDORES
AQUIDAUANA	7h às 12h 13h às 18h	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes.	2 bibliotecários 2 atendentes
CAMPO GRANDE	7h às 11h 12h às 21h30	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes. Orientação aos usuários a cada início de semestre.	3 bibliotecários 1 atendente
CORUMBÁ	7h às 11h 12h às 17h45 18h45 às 22h	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes. Orientação aos usuários.	2 bibliotecários 2 atendentes
COXIM	7h às 11h 13h às 17h 18h às 22h	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes.	1 bibliotecário
DOURADOS	7h às 11h 13h às 17h 18h às 22h	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes.	1 bibliotecário 1 auxiliar
NAVIRAÍ	7h às 11h 13h às 17h 18h às 22h	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes.	1 bibliotecário 1 auxiliar
NOVA ANDRADINA	7h às 11h 13h às 17h 18h às 22h	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes.	1 bibliotecário 2 auxiliares
PONTA PORÃ	7h às 22h45	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes.	2 bibliotecários 2 atendentes
TRÊS LAGOAS	8h às 21h	Rotinas de circulação de materiais bibliográficos para professores e estudantes.	2 bibliotecários

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 8/2018

11.2 ACERVO DAS BIBLIOTECAS

As bibliotecas do IFMS dispõem de 6.416 títulos e 47.500 exemplares, além de 415 materiais adicionais que acompanham a obra principal. O acervo bibliográfico é organizado por área de conhecimento, sendo composto por livros e periódicos, publicações científicas e acadêmicas.

11.3 ACERVO FÍSICO

Tabela 20 – Acervo bibliográfico do IFMS

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	1.775	18.608
	Ciências Biológicas	179	1.168
	Engenharias	634	5.845
	Ciências da Saúde	28	418
	Ciências Agrárias	318	2.726
	Ciências Sociais Aplicadas	1.127	11.229
	Ciências Humanas	846	2.277
	Linguística, Letras e Artes	1.493	5.176
PERIÓDICOS	Ciências Agrárias	3	4
	Ciências Sociais Aplicadas	3	14
	Ciências Humanas	5	35
DVDS	Linguística, Letras e Artes	4	-
	Engenharias	1	-
TOTAL		6.416	47.500

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 21 – Acervo da biblioteca do Campus Aquidauana

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	231	2.974	64
	Ciências Biológicas	6	30	10
	Engenharias	85	656	-
	Ciências da Saúde	3	6	-
	Ciências Sociais Aplicadas	85	1.691	6
	Ciências Humanas	35	133	3
	Linguística, Letras e Artes	43	172	13
TOTAL		488	5.662	96

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 22 – Acervo da biblioteca do Campus Campo Grande

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	228	2.637	56
	Ciências Biológicas	9	41	-
	Engenharias	148	1.300	8
	Ciências da Saúde	2	6	-
	Ciências Sociais Aplicadas	256	1.774	6
	Ciências Humanas	142	343	-
	Linguística, Letras e Artes	231	433	12
PERIÓDICOS	Ciências Humanas	1	28	-
DVDS	Linguística, Letras e Artes	2	6	-
TOTAL		1.019	6.568	82

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 23 – Acervo da biblioteca do Campus Corumbá

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	247	1.518	10
	Ciências Biológicas	6	28	-
	Engenharias	110	759	14
	Ciências Sociais Aplicadas	169	725	-
	Ciências Humanas	99	262	-
	Linguística, Letras e Artes	761	3.563	24
DVDS	Linguística, Letras e Artes	2	6	-
TOTAL		1.394	6.861	48

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 24 – Acervo da biblioteca do Campus Coxim

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	248	2.071	13
	Ciências Biológicas	19	400	5
	Engenharias	56	426	-
	Ciências da Saúde	11	355	-
	Ciências Agrárias	7	70	6
	Ciências Sociais Aplicadas	116	1.510	-
	Ciências Humanas	148	491	-
	Linguística, Letras e Artes	154	354	-
TOTAL		759	5.677	24

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 25 – Acervo da biblioteca do *Campus Dourados*

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	28	427	-
	Ciências Biológicas	1	1	-
	Engenharias	14	466	-
	Ciências da Saúde	1	1	-
	Ciências Agrárias	4	4	-
	Ciências Sociais Aplicadas	62	477	01
	Ciências Humanas	136	165	-
	Linguística, Letras e Artes	104	117	-
TOTAL		350	1.658	01

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 26 – Acervo da biblioteca do *Campus Jardim*

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	15	133	4
	Engenharias	11	280	-
	Ciências Sociais Aplicadas	10	97	-
	Ciências Humanas	1	10	-
TOTAL		37	520	4

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 27 – Acervo da biblioteca do *Campus Naviraí*

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	82	917	7
	Ciências Biológicas	21	95	-
	Engenharias	19	524	-
	Ciências da Saúde	2	3	-
	Ciências Agrárias	16	33	-
	Ciências Sociais Aplicadas	63	622	1
	Ciências Humanas	84	103	1
		Linguística, Letras e Artes	63	84
PERIÓDICOS	Ciências Agrárias	3	4	-
	Ciências Sociais Aplicadas	3	4	-
	Ciências Humanas	4	4	-
DVDS	Engenharia	1	1	-
TOTAL		361	2.394	24

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 28 – Acervo da biblioteca do Campus Nova Andradina

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	325	3.899	3
	Ciências Biológicas	76	379	3
	Engenharias	52	277	-
	Ciências da Saúde	3	8	-
	Ciências Agrárias	224	1.453	-
	Ciências Sociais Aplicadas	167	2.109	-
	Ciências Humanas	130	418	-
	Linguística, Letras e Artes	44	142	-
TOTAL		1.021	8.685	6

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 29 – Acervo da biblioteca do Campus Ponta Porã

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	150	1.914	-
	Ciências Biológicas	41	194	-
	Engenharias	18	259	-
	Ciências da Saúde	5	36	-
	Ciências Agrárias	67	1.166	-
	Ciências Sociais Aplicadas	125	1.881	-
	Ciências Humanas	42	242	-
	Linguística, Letras e Artes	56	217	-
TOTAL		504	5.909	

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

Tabela 30 – Acervo da biblioteca do Campus Três Lagoas

MATERIAL	ÁREA DE CONHECIMENTO	TÍTULOS	EXEMPLARES	MATERIAIS ADICIONAIS
LIVROS	Ciências Exatas e da Terra	221	2.118	59
	Engenharias	121	898	-
	Ciências da Saúde	1	3	-
	Ciências Sociais Aplicadas	74	343	6
	Ciências Humanas	29	110	-
	Linguística, Letras e Artes	37	94	65
TOTAL		483	3.566	130

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 6/2018

11.4 ACERVO VIRTUAL

Docentes e estudantes do IFMS podem consultar o acervo bibliográfico da instituição em ambiente virtual, por meio do [Sistema de Bibliotecas Pergamum](#), adquirido em 2016 e disponibilizado no *site* institucional.

Até junho de 2018, 80% dos mais de 6.000 títulos físicos do Instituto Federal estavam disponíveis para consulta na internet. A busca no sistema é feita por meio dos parâmetros autor, assunto e/ou título da obra.

Além de disponibilizar aos usuários outros serviços *online*, como empréstimo e renovação, também é um desafio para a instituição adotar um plano de contingência para garantir o acesso dos usuários ao acervo bibliográfico utilizando o sistema para ter conhecimento sobre os títulos e/ou exemplares mais demandados.

Em 2017, o IFMS iniciou a tramitação de um processo para aquisição ou assinatura de um sistema que possibilite à instituição disponibilizar a estudantes e docentes uma Biblioteca Virtual, o que permitiria aos usuários não apenas consultar a existência de títulos e/ou exemplares físicos nas bibliotecas, mas ter acesso às obras para leitura pela internet.

11.5 PLANO DE ATUALIZAÇÃO DO ACERVO

A fim de implementar o Plano de Atualização do Acervo institucional, foi constituída uma comissão de bibliotecários para a elaboração da Política de Desenvolvimento da Coleção do IFMS. O documento definirá, entre outras diretrizes, a garantia das bibliografias básica e complementar das unidades curriculares oferecidas pelo Instituto Federal. A viabilidade financeira para a execução do Plano deverá constar no Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD) dos *campi*, na ocasião da criação de novos cursos.

Até que a política seja aprovada pelos órgãos colegiados do IFMS e implementada, as Diretorias de Educação Básica (Direb) e de Graduação (Digra) verificam, periodicamente, se o acervo da bibliografia básica é adequado às unidades curriculares e aos conteúdos descritos nos Projetos Pedagógicos de Cursos, de forma a mantê-lo atualizado e a garantir a correlação pedagógica entre os títulos disponíveis nas bibliotecas com os cursos e programas oferecidos.

Outra diretriz que será definida a partir da institucionalização da Política de Desenvolvimento de Coleções é a atuação dos Núcleos Docentes Estruturantes, descritos na Seção 4.3.2 deste documento, no sentido de referendar o acervo bibliográfico, comprovando a compatibilidade entre o número de vagas autorizadas para o curso e a quantidade de exemplares, por título, disponível na biblioteca do *campus*.

Um dos desafios do IFMS para o período de vigência deste Plano de Desenvolvimento Institucional é garantir que a comunidade acadêmica tenha a possibilidade de avaliar o acervo bibliográfico da instituição, sendo adotadas ações corretivas com base na avaliação de docentes e estudantes.

12 PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A promoção da acessibilidade e o atendimento diferenciado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida são obrigações legais de toda instituição. No IFMS, essas ações estão voltadas ao atendimento prestado a estudantes e servidores, à acessibilidade comunicacional e à adequação arquitetônica das edificações.

A estrutura organizacional da instituição dispõe da Coordenação de Inclusão e Diversidade (Coidi), vinculada à Pro-Reitoria de Extensão, que orienta e acompanha as ações do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne).

O Napne¹¹⁵, responsável por propor políticas de inclusão no âmbito da instituição, é composto por um coordenador-geral, coordenadores nos *campi*, equipe interdisciplinar e membros da comunidade. Atuam no Núcleo psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, enfermeiros, assistente de alunos, intérpretes de Libras, técnicos de laboratórios e professores.

Segundo a Coidi, no primeiro semestre de 2018, foram atendidos 73 estudantes. No ano anterior, registraram-se 59 atendimentos. Além de pessoas com deficiência e necessidades específicas, o Napne atende os casos de transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Outras ações implementadas relacionam-se à acessibilidade comunicacional, que se refere à ausência de barreiras na comunicação interpessoal, escrita e no meio digital. Para garantir essa dimensão da acessibilidade, o IFMS dispõe ou realiza uma série de ações, dispostas no Quadro 33.

Quadro 33 - Ações e recursos para promoção da acessibilidade no IFMS

- oferta de cursos de Libras (Língua Brasileira de Sinais);
- disponibilização do intérprete de Libras;
- impressão em Braille por meio de parcerias;
- impressão de textos com letras ampliadas para uso em processos seletivos, salas de aula e eventos;
- produção de vídeos institucionais com janela de intérprete da Libras;
- tradução de editais e suas retificações em Libras;
- uso do computador com leitor de tela;
- disponibilização de barra de acessibilidade no *site* institucional;
- utilização de tecnologias assistivas, como computador com *software* específico, mouse adaptado e sintetizador de voz.

Fonte: Coordenação de Inclusão e Diversidade 27/7/2018

No que se refere à acessibilidade das edificações e áreas de circulação externa, algumas unidades da instituição dispõem de rampas, pisos táteis e banheiros acessíveis, além de elevadores na reitoria e no *Campus* Campo Grande. O diagnóstico da situação atual nos dez *campi* e na reitoria foi realizado pela

¹¹⁵ Resolução nº 26, de 15/4/2016. Aprova o Regulamento do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne).

Diretoria de Engenharia e Infraestrutura (Dirin), por meio da aplicação de um questionário.

O instrumento contemplou elementos mínimos e obrigatórios que as instituições públicas devem atender com base na legislação e normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os dados foram coletados no período de 9 a 20 de julho de 2018, cujos resultados analisados apontaram, em síntese, que são necessárias adequações e/ou manutenções:

- a) quanto à mobilidade nos acessos, circulação interna e externa, passeios e corredores, assim como algumas portas e banheiros, nos dez *campi* e na reitoria;
- b) nos auditórios do *Campus* Jardim e da reitoria;
- c) na sinalização vertical e horizontal, rebaixamento de guias, rotas de acesso e vagas em 90% dos estacionamentos dos *campi* e da reitoria;
- d) na sinalização de 90% dos extintores;
- e) relacionadas à mobilidade de cadeirantes e acesso à lousa (altura) em 90% das salas de aula;
- f) em 80% dos locais com pisos, soleiras, rampas e balcão de atendimento nos *campi* e na reitoria;
- g) nos elevadores e plataformas elevatórias existentes nos *Campi* Coxim, Naviraí, Três Lagoas e na reitoria;
- h) nas cantinas e refeitórios em 70% dos *campi*;
- i) nos ambientes administrativos, quadra de esportes e escadas em 50% dos *campi*;
- j) nas bibliotecas e laboratórios dos *Campi* Campo Grande, Corumbá, Coxim e Jardim; e
- k) nos acessos aos interruptores dos *Campi* Corumbá e Coxim.

Para atender essa dimensão da acessibilidade, há processos em andamento relacionados à adequação de pisos, vagas de estacionamento, rampas e sinalização visual e tátil, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional.

Além da conclusão desse processos, o IFMS prevê o desenvolvimento de projeto que prestará serviço de tradução e interpretação de Libras para pessoas surdas no âmbito da instituição, por meio de ação conjunta da Pró-Reitoria de Extensão e da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação.

Como o atual estágio da promoção da acessibilidade do IFMS aponta para ações realizadas de forma isolada, a instituição pretende elaborar, durante o período de vigência deste PDI, um Plano de Promoção da Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida.

A elaboração do plano deverá ser articulada entre os vários setores da instituição e o Núcleo de Atendimento Diferenciado a Pessoa com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, sob responsabilidade da Coordenação de Inclusão e Diversidade.

A fim de ampliar essas ações, foram elencadas uma série de diretrizes a serem observadas por todos os setores da instituição, resumidas no Quadro 34.

Quadro 34 - Diretrizes para promoção da acessibilidade e atendimento diferenciado a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida



DIRETRIZES GERAIS

- assegurar o acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica à pessoa com deficiência em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- desenvolver e implementar a adoção de medidas individualizadas e coletivas que favoreçam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem;
- ampliar a oferta do ensino da Libras;
- incentivar a inclusão em conteúdos curriculares de temas relacionados à pessoa com deficiência;
- adotar práticas pedagógicas inclusivas, ofertando orientação e formação continuada aos professores e técnicos da instituição;
- proporcionar condições de acesso e utilização de todos os ambientes pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários;
- prover a adaptação razoável do servidor com deficiência no ambiente de trabalho, inclusive a disponibilização de recursos de tecnologia assistiva;
- ofertar apoio aos servidores com deficiência, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais.
- incentivar a participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- incentivar o acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer.



ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- assegurar o atendimento prioritário à pessoa com deficiência ou seu acompanhante;
- disponibilizar pessoas e recursos tecnológicos, que garantam o atendimento da pessoa com deficiência em igualdade de condições com as demais pessoas;
- assegurar o atendimento prioritário na tramitação de processos administrativos em que a pessoa com deficiência for parte ou interessada;
- reservar assentos de uso preferencial sinalizados em recepções, espaços de atendimento ao público, auditórios e similares;
- destinar mobiliário de recepção e atendimento adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas;
- preocupar-se com a capacitação de servidores que prestam atendimento às pessoas com deficiência;
- disponibilizar área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida;
- divulgar, em lugar visível, o direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- admitir a entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência.



ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

- promover o acesso às informações e a disponibilização de recursos de comunicação acessíveis;
- promover a realização de eventos que atendam às condições de acessibilidade e ofereçam recursos de tecnologia assistiva;
- assegurar a acessibilidade nos *sites* mantidos pela instituição para uso da pessoa com deficiência;
- fomentar que os vídeos institucionais e videoaulas contenham janela com intérprete da Libras e/ou audiodescrição;
- incentivar a produção e a edição de publicações institucionais em formatos acessíveis, de modo que os arquivos digitais possam ser acessados por *softwares* leitores de telas ou outras tecnologias assistivas, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, contrastes e impressão em Braille;
- estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras;
- responder diretamente à pessoa com deficiência interessada, mesmo que a pergunta tenha vindo de seu acompanhante (guia intérprete, intérprete de Libras ou outro);



PROCESSOS SELETIVOS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

- disponibilizar recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência em campo específico do formulário de inscrição em processos seletivos.
- disponibilizar provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;
- adotar critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa.



PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NOS PROCESSOS ELETIVOS

- assegurar à pessoa com deficiência o direito de votar e de ser votada nos processos eletivos para escolha de reitor, diretores-gerais e representantes de órgãos colegiados;
- garantir que os procedimentos, as instalações, os materiais e os equipamentos para votação sejam apropriados, acessíveis a todas as pessoas e de fácil compreensão e uso, sendo vedada a instalação de seções eleitorais exclusivas para a pessoa com deficiência;
- permitir que a pessoa com deficiência seja auxiliada na votação por pessoa de sua escolha, sempre que necessário e a seu pedido.



DIRETRIZES PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA



- fomentar programas, linhas de pesquisa e projetos com temas voltados à tecnologia assistiva;
- estimular a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a difusão de tecnologias voltadas para ampliar o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias da informação e comunicação e às tecnologias sociais;
- estimular o emprego de tecnologias da informação e comunicação como instrumento de superação de limitações funcionais e de barreiras à comunicação, à informação, à educação e ao entretenimento da pessoa com deficiência.

Fonte: Texto redigido com base na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência); e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; e NBR 15599:2008 - (Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços).

13 AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

As instituições de ensino devem realizar avaliações periódicas sobre o desempenho das suas atividades, a fim de subsidiar a gestão na melhoria contínua de seus processos. Os resultados obtidos nas avaliações auxiliam na formulação de propostas e identificação dos meios e recursos necessários para o desenvolvimento institucional.

Para fins de acompanhamento, os processos avaliativos no IFMS são divididos em internos e externos, que compreendem as avaliações realizadas pela própria instituição e por comissões avaliadoras externas, respectivamente, conforme demonstrado no Quadro 35.

Quadro 35 - Processos avaliativos no IFMS	
 PROCESSOS AVALIATIVOS INTERNOS	Autoavaliação Institucional
	Avaliação do Docente pelo Discente
 PROCESSOS AVALIATIVOS EXTERNOS	Avaliação de credenciamento institucional
	Avaliações de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação presencial e a distância
	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes de Graduação (Enade)

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino 1/8/2018

Esses processos contemplam as avaliações no IFMS relacionadas à instituição, cursos e desempenho dos estudantes, que estão referenciadas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)¹¹⁶; e a avaliação institucional do docente pelo discente.

13.1 PROCESSOS AVALIATIVOS INTERNOS

Os processos avaliativos internos possibilitam o autoconhecimento e o aperfeiçoamento das práticas institucionais. Contemplam a Autoavaliação Institucional e a Avaliação do Docente pelo Discente.

13.1.1 Autoavaliação Institucional

A Autoavaliação Institucional é um processo contínuo de conhecimento que observa as dez dimensões do Sinaes, agrupadas por afinidade em cinco eixos avaliativos, conforme representado na Figura 16.

¹¹⁶ Lei nº 10.861, de 14/4/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Figura 16 - Eixos e dimensões para avaliação institucional



Fonte: item 2.7 da Nota Técnica INEP/MEC nº 14, de 7 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre o Instrumento de Avaliação Institucional Externa do Sinaes

Toda instituição de ensino superior deve constituir Comissão Própria de Avaliação (CPA) para conduzir esse processo, cujas diretrizes seguem descritas no Quadro 36. No IFMS, a CPA¹¹⁷ possui atuação autônoma e constitui-se por uma Comissão Central, na reitoria, e uma Comissão Local em cada *campus*.

A Comissão Central tem como representantes um docente, um técnico-administrativo e os presidentes das comissões locais. Estas, por sua vez, possuem representantes docente, técnico-administrativo, discente e sociedade civil organizada.

Quadro 36 - Diretrizes da Comissão Própria de Avaliação

CONSTITUIÇÃO	A comissão é constituída por ato do dirigente máximo da instituição ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento.
PARTICIPAÇÃO	Todos os segmentos da comunidade e da sociedade civil organizada devem participar da comissão.
ATUAÇÃO	A comissão deve possuir atuação autônoma com relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição.

Fonte: Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que relaciona diretrizes a serem obedecidas pelas instituições de ensino na constituição de Comissões Próprias de Avaliação.

No Autoavaliação do IFMS, a coleta de dados é realizada por meio da aplicação de questionários *online* semiestruturados, em versões para docentes; técnicos-administrativos; estudantes presenciais e egressos. As respostas são configuradas em uma escala tipo *Likert* de cinco pontos.

¹¹⁷ Resolução Cosup nº 6, de 24/4/2014. Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação.

A partir dos resultados, a CPA procede à análise quantitativa, que resulta em tabelas e gráficos, e qualitativa, que é apresentada em quadros contendo os resultados alcançados (fragilidades e potencialidades) e as recomendações. Esse trabalho é consolidado no Relatório de Autoavaliação¹¹⁸, postado anualmente no Sistema e-MEC¹¹⁹ e publicado no [site](#) institucional.

A participação é voluntária e preserva o anonimato dos respondentes. Assim, para sensibilização da comunidade, a CPA realiza reuniões, visita os setores administrativos e salas de aula. A divulgação inclui, ainda, publicações no [site](#) institucional, distribuição de materiais impressos e *e-mail marketing*. A Tabela 31 apresenta o percentual de respondentes do questionário de Autoavaliação Institucional, por segmento e ano de aplicação.

Tabela 31 - Percentual de respondentes do questionário de Autoavaliação Institucional por segmento e ano de aplicação			
ANO	DOCENTES	TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS	ESTUDANTES PRESENCIAIS E EGRESSOS
2014	62%	68%	33%
2015	63%	55%	25%
2016	72%	70%	23%
2017	73%	83%	39%

Fonte: Comissão Própria de Avaliação 1/8/2018

13.1.2 Avaliação do Docente pelo Discente

A Avaliação do Docente pelo Discente¹²⁰ é um processo institucional realizado semestralmente, de acordo com o calendário proposto pela Pró-Reitoria de Ensino. Tem como objetivo aprimorar a qualidade do curso e o desempenho do docente na sala de aula, bem como consolidar os pontos fortes do ensino no IFMS.

Inicialmente são realizadas reuniões de sensibilização com estudantes, evidenciando os objetivos da avaliação e a garantia do anonimato; e com professores, a fim de refletirem sobre a prática pedagógica e possibilidades de melhorias.

Por meio de questionário *online*, os estudantes avaliam voluntariamente todos os docentes das unidades curriculares nas quais estão regularmente matriculados, sejam eles efetivos ou substitutos. O questionário tem como base as atividades didático-pedagógicas, as metodologias utilizadas, bem como a relação professor-estudante. A divulgação do processo de avaliação é feita no *site* institucional.

¹¹⁸ Nota Técnica INEP/DAES/CONAES n° 65, de 9/10/2014. Define roteiro para o Relatório de Autoavaliação Institucional

¹¹⁹ Art. 37 da Portaria Normativa MEC n° 19, de 13/12/2017. Estabelece o prazo 1° de janeiro a 31 de março de cada ano para postagem do Relatório de Autoavaliação.

¹²⁰ Resolução Cosup n° 96, de 28/11/2017. Aprova o Regulamento de Avaliação do Docente pelo Discente.

Os estudantes atribuem de um a três pontos para cada grupo de atividades avaliadas e a nota obtida também compõe 30% da Avaliação de Desempenho do Servidor Docente. A equipe pedagógica do *campus* realiza o repasse individual desses resultados aos professores.

13.2 PROCESSOS AVALIATIVOS EXTERNOS

Os processos avaliativos externos permitem traçar um panorama da qualidade da instituição e dos cursos. Contemplam o credenciamento institucional; o reconhecimento e a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação presencial e a distância; e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)¹²¹.

13.2.1 Avaliações de Recredenciamento, Reconhecimento e Renovação dos Cursos de Graduação

O processo de credenciamento institucional é necessário para continuidade da oferta de educação superior. De modo similar, os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação presenciais e a distância são indispensáveis à emissão de diplomas e à continuidade da oferta, respectivamente. Esses processos contemplam várias etapas, sendo uma delas a avaliação *in loco*.

As avaliações *in loco* são realizadas por comissões, a partir de instrumentos próprios¹²². Em avaliações de credenciamento, esse instrumento observa as dez dimensões do Sinaes, agrupadas por afinidade nos eixos Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física (conforme Figura 17). Já nas avaliações de reconhecimento e renovação de reconhecimento, ele analisa outras três dimensões: Organização Didático-Pedagógica, Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo e Instalações Físicas¹²³.

Figura 17 - Dimensões para avaliação de cursos de graduação

Organização Didático-Pedagógica

Perfil do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

Instalações Físicas

A instituição deve proporcionar as condições necessárias para a realização dessa avaliação. Ao final da visita, a comissão elabora relatório contendo os conceitos atribuídos a cada eixo ou dimensão. Os conceitos variam de um a cinco e resultam no Conceito Institucional (CI) ou no Conceito de Curso (CC), cujos níveis

¹²¹ Portaria Normativa MEC nº19, de 13/12/2017. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho dos estudantes.

¹²² Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância. Recredenciamento e Transformação da Organização Acadêmica. 10/2017.

¹²³ Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. 10/2017.

iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória. Esses conceitos subsidiam as secretarias competentes do Ministério da Educação em suas decisões regulatórias.

Em 2014, o IFMS recebeu avaliação *in loco* de credenciamento e o CI obtido pela instituição foi três, conforme demonstrado no Quadro 37. Os conceitos dos cursos de graduação do Instituto seguem relacionados no Quadro 38.

Quadro 37 - Conceito Institucional do IFMS

ANO	CONCEITO INSTITUCIONAL (CI)	ATO REGULATÓRIO
2014	3	Recredenciamento ¹²⁴

Fonte: Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior 7/8/2018

Quadro 38 - Conceitos dos cursos de graduação do IFMS

ANO	CURSOS AVALIADOS	CAMPUS	CONCEITO DE CURSO (CC)	ATO REGULATÓRIO
2014	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Corumbá	4	Reconhecimento
	Gestão do Agronegócio	Ponta Porã	4	Renovação de reconhecimento
	Sistemas para Internet	Aquidauana	4	Reconhecimento
	Sistemas para Internet	Campo Grande	3	Reconhecimento
	Sistemas para Internet	Três Lagoas	4	Reconhecimento
	Química - Licenciatura	Coxim	4	Reconhecimento
2015	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Nova Andradina	3	Reconhecimento
2017	Alimentos	Coxim	4	Reconhecimento
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Três Lagoas	4	Reconhecimento
	Produção de Grãos	Nova Andradina	4	Reconhecimento
	Sistemas para Internet	Coxim	4	Reconhecimento

Fonte: Sistema e-MEC/ Procurador Educacional Institucional 27/7/2018

13.2.2 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é elaborado a partir de conteúdos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais; no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, e normas associadas; e na legislação de regulamentação do exercício profissional. É composto de prova e questionário do estudante, ambos aplicados aos discentes dos cursos vinculados às áreas de avaliação descritas em seu regulamento anual.

Com base na participação dos discentes no Enade, e demais insumos dispostos em portaria do Ministério da Educação, são calculados os Indicadores de Qualidade da Educação Superior¹²⁵.

¹²⁴ Portaria nº 1.210, de 26/10/2016, retificada em 14/7/ 2017. Recredencia o IFMS.

Eles são expressos em cinco níveis e resultam no Conceito Enade¹²⁶, Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD)¹²⁷, Conceito Preliminar de Curso (CPC)¹²⁸ e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC)¹²⁹, nos quais os resultados iguais ou superiores a três indicam qualidade satisfatória.

Em 2014, o IFMS registrou o IGC quatro, índice que se manteve nos dois anos subsequentes, conforme apresentado no Quadro 39.

Quadro 39 – Índice Geral de Cursos do IFMS	
PERÍODO	ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC)
2014 A 2016	4

Fonte: Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior 7/8/2018

No período de 2014 a 2018, os cursos de graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Licenciatura em Química e Gestão do Agronegócio obtiveram Conceito Enade, conforme demonstrado no Quadro 40 que apresenta, também, o respectivo local de oferta.

Quadro 40 - Conceito Enade dos cursos de graduação do IFMS			
ANO	CURSO	CAMPUS	CONCEITO ENADE
2014	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Corumbá	5
	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Nova Andradina	3
	Química - Licenciatura	Coxim	3
2016	Gestão do Agronegócio	Ponta Porã	3

Fonte: Sistema e-MEC/ Procurador Educacional Institucional 27/7/2018

13.3 ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O acompanhamento do desenvolvimento institucional é feito com base no monitoramento dos resultados das ações para viabilização dos objetivos e metas estabelecidos no PDI, que são utilizados para subsidiar a gestão no ciclo de melhoria contínua.

Para monitorar esses resultados, os setores da reitoria e os *campi* elaboram anualmente os Relatórios Anuais Específicos (RAEs), para registro e acompanhamento dos Planos Anuais Específicos (PAEs).

¹²⁵ Portaria MEC nº 515, de 14/6/2018. Define os Indicadores de Qualidade da Educação Superior referentes ao ano de 2017.

¹²⁶ Nota Técnica CGCQES/DAES nº 16, de 14/5/2018. Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Conceito Enade referente ao ano de 2017.

¹²⁷ Nota Técnica CGCQES/DAES nº 17, de 5/2018. Apresenta a metodologia de cálculo do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) referente ao ano de 2017.

¹²⁸ Nota Técnica CGCQES/DAES nº 38, de 13/6/2017. Apresenta a metodologia de cálculo do Conceito Preliminar de Curso (CPC).

¹²⁹ Nota Técnica CGCQES/DAES nº 39, de 13/6/2017. Apresenta a metodologia utilizada no cálculo do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).

A compilação dos PAEs resulta no Plano de Ação Anual (PAA), em que são definidos os procedimentos para o alcance dos objetivos e metas previstos no PDI. A elaboração e a divulgação do PAA, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi), configuram-se como uma das etapas do Planejamento Estratégico Organizacional.

Com relação aos processos avaliativos internos e externos, os setores competentes elaboram relatórios específicos, com periodicidade anual, que devem contemplar:

- a) síntese e análise dos resultados dos processos avaliativos internos realizados no período;
- b) apresentação dos resultados dos processos avaliativos externos referentes ao período; e
- c) compilação dos resultados desses processos, organizados por áreas de atuação institucional, de modo que os setores correlatos possam identificar as oportunidades de melhoria.

14 GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gestão financeira e orçamentária é o conjunto de ações de operacionalização dos recursos orçamentário e financeiro que, orientados pelas diretrizes apresentadas no PDI, visam ao atingimento de metas e objetivos pré-estabelecidos para o alcance de resultados. Essas ações possuem o escopo de viabilizar as atividades fim e meio da instituição, pelo fomento do desenvolvimento do ensino integrado profissional, científico e tecnológico em todas as suas instâncias.

No IFMS, a gestão financeira e orçamentária está condicionada à Lei Orçamentária Anual (LOA) e observa as diretrizes traçadas no PDI, de forma a viabilizar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

14.1 ORÇAMENTO DO IFMS

O orçamento público é o mecanismo de planejamento governamental em que constam a previsão das receitas e a destinação das despesas públicas, para que o Estado possa fazer frente às suas obrigações sociais, políticas e administrativas. O orçamento tem como base o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a LOA.

A composição orçamentária utiliza fontes de recursos do Tesouro Nacional, para pagamento de pessoal, custeio e investimento; Recursos Próprios; e Convênios Pactuados.

A distribuição de recursos do Tesouro Nacional para o IFMS podem obedecer aos seguintes critérios:¹³⁰

- I - o número de matrículas e a quantidade de alunos ingressantes e concluintes em todos os níveis e modalidades de ensino em cada período;
- II - a relação entre o número de alunos e o número de docentes nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertado;
- III - as diferentes áreas de conhecimento e eixos tecnológicos dos cursos ofertados;
- IV - o apoio às instituições públicas de ensino, em ações e programas de melhoria da educação básica, especialmente na oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- V - a existência de programas institucionalizados de extensão e certificação, com indicadores de monitoramento;
- VI - a produção institucionalizada de conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico, reconhecida nacional e internacionalmente;
- VII - a existência de núcleos de inovação tecnológica;
- VIII - o número de registro e comercialização de patentes;

¹³⁰ Decreto nº 7.313, de 22/9/2010. Dispõe sobre os procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

IX - os resultados das avaliações realizadas por sistemas nacionais de avaliação da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, capazes de aferir a qualidade de ensino ofertado;

X - adesão a sistemas de informação e programas de interesse coletivo instituídos pelo Ministério da Educação; e

XI - a existência de programas de mestrado e doutorados, especialmente os profissionais, e seus respectivos resultados da avaliação pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

14.1.1 Fontes ordinárias de financiamento

O IFMS é contemplado pelas seguintes fontes ordinárias de financiamento:

a) Arrecadação da União: é o denominado Orçamento de Custeio e Capital (OCC) advindo do montante presente no Orçamento Geral da União e alocado na Unidade Orçamentária para o desenvolvimento de suas atividades. É a parte mais representativa dentro do total das receitas. A alta dependência dessa categoria expõe a instituição aos eventuais riscos econômicos e políticos advindos das mudanças de governo; e

b) Receita Própria Diretamente Arrecadada: são valores arrecadados originários da venda de produtos e serviços, assim como da locação de seus ambientes. Atualmente, essa fonte de receita ainda se mostra incipiente.

14.1.2 Fontes não ordinárias de financiamento

As fontes não ordinárias de financiamento contemplam recursos oriundos de outros órgãos da Administração Pública Federal, dentre os quais os Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e emendas parlamentares; e de convênios das esferas estadual ou municipal.

14.1.3 Matriz Conif

É a ferramenta utilizada para apurar e determinar os valores a serem distribuídos a cada unidade pertencente à Rede Federal de Instituições de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com base nas diretrizes do Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010.

14.2 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Com o intuito de assegurar a continuidade das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, o IFMS deve gerir os recursos disponíveis, de modo que atendam de forma sustentável ao seu planejamento.

A execução orçamentária da instituição é descentralizada. Assim, cada unidade tem autonomia para definir suas prioridades de custeio e investimento.

A gestão financeira é realizada em consonância com o Art. 4º do Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010. Os critérios que definem a forma de rateio são determinados pelo Fórum de Administração e Planejamento, que realiza os estudos e apresenta as propostas, e pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), que aprova e define qual será a sistemática.

14.2.1 Demonstrativo da evolução orçamentária nos últimos cinco anos

Desde que foi implantado, o IFMS apresenta evolução em sua Matriz Orçamentária, no que diz respeito às verbas de custeio. O crescimento é ocasionado, entre outras variáveis, pela instalação de novos *campi* e pelo aumento do número de estudantes e servidores, conforme demonstrado na Tabela 34.

Os números apresentados representam a dotação orçamentária prevista a cada ano. A execução do orçamento, entretanto, está sempre sujeita à conjuntura econômica e à liberação de cota limite para empenho por parte do MEC.

Tabela 32 - Demonstrativo da evolução do orçamento (2014-2018)

GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2014	2015	2016	2017	2018
PESSOAL ¹	47.296.475,00	65.224.315,00	88.224.936,00	135.051.528,00	136.762.657,00
CUSTEIO ²	28.145.899,00	28.518.380,00	30.408.356,00	35.182.874,00	37.012.053,00
INVESTIMENTO ³	42.953.112,00	18.295.541,00	10.179.522,00	6.640.781,00	3.319.393,00
TOTAL	118.395.486,00	112.038.236,00	128.812.814,00	176.875.183,00	177.094.103,00

¹ Ativos, inativos, pensionistas e encargos; ² Despesas com funcionamento da instituição; ³ Aumento de patrimônio.

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)

14.2.2 Demonstrativo da necessidade de evolução do orçamento nos próximos cinco anos

A necessidade de evolução orçamentária para custeio, investimento e despesa de pessoal está aliada à previsão de crescimento da instituição apresentada no PDI, especialmente no que diz respeito ao aumento do número de matrículas, com a abertura de novas turmas e de cursos; à necessidade de adequação e ampliação da infraestrutura; e ao crescimento do quadro de servidores.

No cálculo da necessidade orçamentária para custeio entre 2019 e 2023, consideraram-se o número de matrículas previstas ano a ano e a projeção da taxa de evasão de 20%, em consonância com os esforços institucionais para a permanência e o êxito dos estudantes. Cabe ressaltar que os valores projetados para a Assistência Estudantil encontram-se somados à previsão de custeio, conforme metodologia de repasse adotada pelo Conif.

Para o cálculo dos investimentos necessários, a referência é o Plano Diretor de Infraestrutura, documento que detalha as necessidades de cada *campus* para o funcionamento pleno da instituição. A estimativa ano a ano foi feita com base na previsão de novos cursos e, conseqüentemente, na ampliação do número de estudantes.

A previsão de orçamento de pessoal tem por base o prognóstico de nomeação e contratação de servidores e considera o vencimento-base para titulação de doutores, no caso de docentes, e de especialistas para os técnicos-administrativos. A projeção dos auxílios e benefícios legais a que os servidores têm direito foi somada aos valores obtidos.

Tabela 33 - Demonstrativo da necessidade de evolução do orçamento (2019-2023)					
GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA	2019	2020	2021	2022	2023
PESSOAL ¹	152.289.424,61	168.825.191,34	180.856.632,37	188.017.757,77	191.860.641,43
CUSTEIO ²	41.656.768,80	59.637.994,12	67.286.699,78	71.133.315,66	72.956.341,26
INVESTIMENTO ³	15.837.248,18	23.065.474,79	26.277.723,98	27.896.561,97	28.611.901,89
TOTAL	209.783.441,59	251.528.660,26	274.421.056,13	287.047.635,39	293.428.884,59

¹ Ativos, inativos, pensionistas e encargos; ² Despesas com funcionamento da instituição; ³ Aumento de patrimônio.
Fonte: Plano Diretor de Infraestrutura; Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Matriz Conif.

Vale salientar que essa projeção não assegura a disponibilidade orçamentária prevista, uma vez que a proposta orçamentária tem periodicidade anual e está sujeita à disponibilidade de recursos do MEC.

Pondera-se, ainda, que possíveis mudanças na legislação e a conjuntura econômica dos próximos cinco anos podem alterar significativamente os valores projetados, assim como o processo de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e outras variáveis.

14.3 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA




Para se obter eficiência e eficácia na gestão econômico-financeira do IFMS, propõem-se as seguintes ações para o período 2019-2023:

- a) consolidar a interlocução entre a gestão e a comunidade, a fim de garantir transparência às ações institucionais;
- b) equalizar e otimizar a estrutura física e o quadro de pessoal nos *campi* e reitoria;
- c) manter e implementar capacitações de servidores, com foco na gestão pública, para melhoria contínua de suas atividades;
- d) propor a melhoria dos gastos fixos com custeio, com a definição de padrões e metas que objetivem maior flexibilidade em investimentos nas atividades fins da instituição, de ensino, pesquisa e extensão; e
- e) realizar estudos das previsões de receitas e fixações de despesas nos *campi* e reitoria, tendo por base métodos que fortaleçam o planejamento institucional e a avaliação de indicadores, em especial os utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

15 GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos consiste em um conjunto de atividades coordenadas para identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar riscos. Esse processo é essencial para a boa governança¹³¹, uma vez que fornece garantia razoável para que os objetivos planejados pela instituição sejam alcançados.

No IFMS, a estrutura de gestão de riscos é composta pela Política de Gestão de Riscos; pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles; e pelo Processo de Gestão de Riscos, que ainda deverá ser implementado, conforme apresentado no Quadro 41.

Quadro 41 - Estrutura de gestão de riscos no IFMS	
COMPONENTES DA ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
 <p>POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • declaração das intenções e diretrizes gerais do IFMS relacionadas à gestão de riscos; • aprovada pelo Conselho Superior.
 <p>COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES</p>	<ul style="list-style-type: none"> • composto pelo reitor (presidente), pró-reitores, diretores-gerais dos <i>campi</i> e diretores Sistêmicos; • define os recursos necessários à operacionalização da gestão de riscos; • elabora o Processo de Gestão de Riscos do IFMS; • nomeia os gestores de riscos (cada risco mapeado e avaliado deve estar associado a um agente responsável formalmente identificado); • propõe indicadores de desempenho da gestão de riscos; • integra a Governança de Riscos com o Planejamento Estratégico; • realiza análises críticas periódicas acerca da Gestão de Riscos no IFMS • responsável, em nível estratégico, pelo Programa de Integridade do IFMS.
 <p>PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS</p>	<p>As atividades do processo de gestão de riscos a serem implementadas são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • estabelecimento do contexto; • avaliação de riscos; • tratamento de riscos; • comunicação e consulta; • monitoramento e análise crítica.

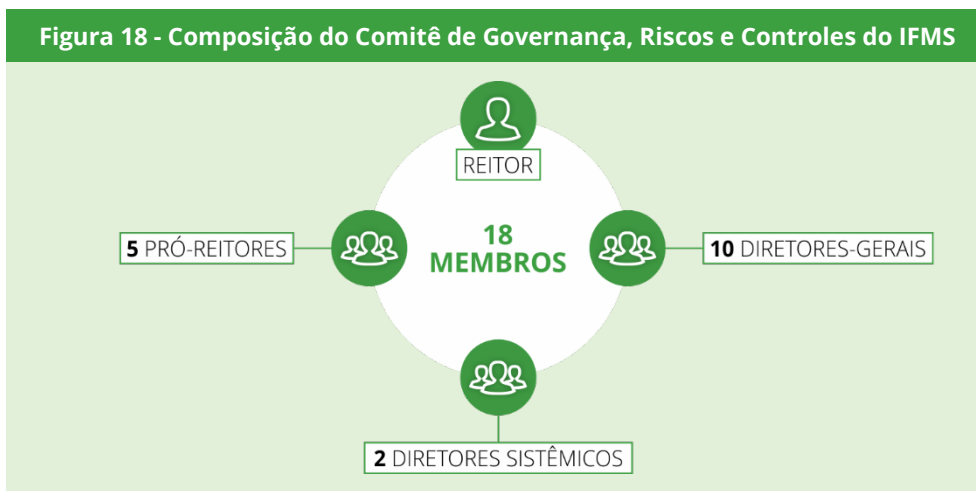
Fonte: Política de Gestão de Riscos do IFMS, aprovada pela Resolução nº 29, de 11 de maio de 2017

A Política de Gestão de Riscos do IFMS¹³² tem como objetivo aumentar a capacidade da instituição para lidar com incertezas. O documento apresenta os principais conceitos relacionados ao tema, princípios, objetivos e diretrizes para a gestão de riscos.

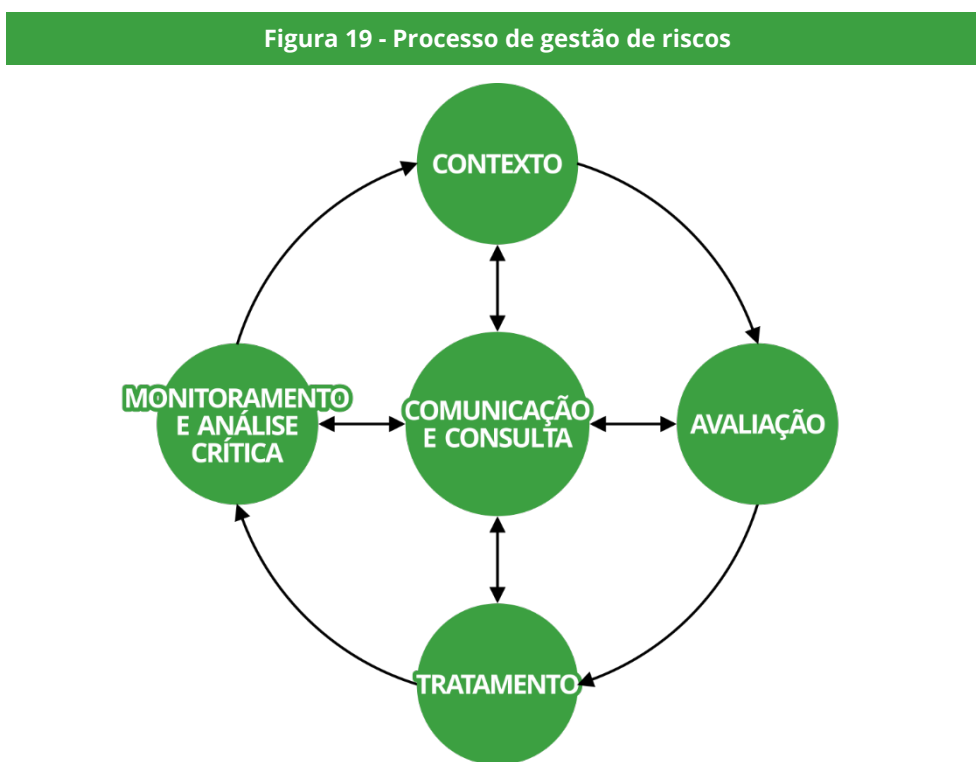
¹³¹ Decreto nº 9.203, de 22/11/2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

¹³² Resolução Cosup nº 29, de 11/5/2017. Aprova a Política de Gestão de Riscos do IFMS.

Em 2017, instituiu-se o Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFMS¹³³, composto pelo reitor, como presidente, pró-reitores, diretores-gerais de *campi* e diretores sistêmicos, conforme exposto na Figura 18.








O Comitê de Governança, Riscos e Controles é responsável pela integração da governança de riscos ao planejamento estratégico, bem como pela elaboração do processo de gestão de riscos, ilustrado na Figura 19.



O Processo de Gestão de Riscos representa o conjunto de atividades contínuas realizado em todos os níveis da organização, desde a definição das estratégias até a execução das atividades operacionais. No IFMS, o Processo de Gestão de Riscos compreende as atividades de estabelecimento do contexto; avaliação dos riscos;

¹³³ Portaria nº 116, de 30/1/2017. Institui o Comitê de Governança, Riscos e Controles do IFMS.





tratamento dos riscos; comunicação e consulta; monitoramento e análise crítica, resumidas no Quadro 42.

Quadro 42 - Atividades do Processo de Gestão de Riscos	
ATIVIDADES	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
 ESTABELECIMENTO DO CONTEXTO	<ul style="list-style-type: none"> identifica o contexto em que ocorre a gestão de riscos (ambiente interno e externo); classifica os riscos em externos (os quais não se tem controle), internos (relativos às atividades do IFMS) e estratégicos.
 AVALIAÇÃO DE RISCOS	<p>A avaliação está subdividida em três fases:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. identificação dos riscos; 2. análise de riscos; 3. avaliação de riscos.
 TRATAMENTO DE RISCOS	<p>As opções de tratamento de riscos são:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. aceitar o risco; 2. evitar o risco (mitigar); 3. contingenciar o risco; 4. compartilhar o risco; 5. minimizar o risco.
 COMUNICAÇÃO E CONSULTA	<ul style="list-style-type: none"> fluxo de informações que deve abranger as partes interessadas (internas e externas) durante o Processo de Gestão de Riscos; proporciona a exata compreensão dos fundamentos das decisões e as razões pelas quais ações específicas são requeridas.
 MONITORAMENTO E ANÁLISE CRÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> acompanhamento regular de todas as atividades do Processo de Gestão de Riscos; identificação de oportunidades de melhoria.

Fonte: Política de Gestão de Riscos do IFMS, aprovada pela Resolução nº 29, de 11 de maio de 2017

O Processo de Gestão de Riscos será efetivado em ciclos anuais, de acordo com o Plano de Gestão de Riscos, aprovado pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

As principais responsabilidades de cada instância e/ou atores na gestão de riscos no IFMS estão representadas no Quadro 43.

Quadro 43 - Responsabilidades da gestão de riscos na estrutura organizacional	
 CONSELHO SUPERIOR	<ul style="list-style-type: none"> assegura a implementação da Gestão de Riscos no IFMS; aprova a Política de Gestão de Riscos.
 REITOR DO IFMS	<ul style="list-style-type: none"> estabelece as diretrizes e a estrutura de Gestão de Riscos.
 DIRETORES-GERAIS DE CAMPUS PRÓ-REITORES DIRETORES SISTÊMICOS	<ul style="list-style-type: none"> identificam, monitoram e gerenciam os riscos relativos às atividades e processos sob sua responsabilidade; propõem, implementam e monitoram os controles aplicados nas suas atividades; propõem ações para o aprimoramento da gestão de riscos no IFMS.
 SERVIDORES E COLABORADORES DO IFMS	<ul style="list-style-type: none"> monitoram e comunicam os riscos de suas atividades.

Fonte: Política de Gestão de Riscos do IFMS, aprovada pela Resolução nº 029, de 11 de maio de 2017

Como a análise, avaliação e gestão de riscos devem estar associadas ao tema da integridade, instituiu-se o Programa de Integridade do IFMS¹³⁴, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, detecção, punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção em apoio à boa governança.

Nele está prevista a Comissão de Gestão da Integridade, composta por servidores que atuam na Ouvidoria, no Núcleo de Apoio à Correição, na Auditoria Interna e na Comissão de Ética, sob a coordenação do gabinete da reitoria.

No geral, as melhores práticas e modelos de gestão de riscos recomendam que sejam realizadas atividades em um ciclo de melhoria contínua. Para isso, a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional¹³⁵ é a responsável pela supervisão e monitoramento da Política de Gestão de Riscos no âmbito do IFMS.

¹³⁴ Portaria nº 771, de 11/5/2018. Institui o Programa de Integridade do IFMS.

¹³⁵ Art. 2º, § 2º, da Portaria nº 116, de 30/1/2017. Estabelece que caberá à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional a supervisão e o monitoramento da política de gestão de riscos no âmbito do IFMS.

